

Eliane Marques de Menezes Amicucci | Marilea Borges de Lima Salvador | Davi Machado Perez  
(ORGANIZADORES)

# Questão Social, Estado e Serviço Social





**Eliane Marques de Menezes Amicucci | Marilea Borges de Lima Salvador | Davi Machado Perez  
(ORGANIZADORES)**

# **Questão Social, Estado e Serviço Social**

**PALMAS - TO  
2020**

# Universidade Federal do Tocantins

## Reitor

Luis Eduardo Bovolato

## Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

## Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

## Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

## Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

## Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Vânia Maria de Araújo Passos

## Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

## Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sanzio Pimenta

## Conselho Editorial EDUFT

## Presidente

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

## Membros por área:

Liliam Deisy Ghizoni

Eder Ahmad Charaf Eddine  
(Ciências Biológicas e da Saúde)

João Nunes da Silva

Ana Roseli Paes dos Santos

Lidianne Salvatierra

Wilson Rogério dos Santos  
(Interdisciplinar)

Alexandre Tadeu Rossini da Silva

Maxwell Diógenes Bandeira de Melo  
(Engenharias, Ciências Exatas e da Terra)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Thays Assunção Reis

Vinicius Pinheiro Marques  
(Ciências Sociais Aplicadas)

Marcos Alexandre de Melo Santiago

Tiago Groh de Mello Cesar

William Douglas Guilherme

Gustavo Cunha Araújo  
(Ciências Humanas, Letras e Artes)

**Diagramação e capa:** Gráfica Movimento

**Arte de capa:** Gráfica Movimento

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

---

A516g

Amicucci, Eliane Marques de Menezes.

Questão social, Estado e serviço social / Eliane Marques de Menezes Amicucci; Marilea Borges de Lima Salvador; Davi Machado Perez – Palmas, TO: EDUFT, 2020.

134 p. il. ; 21 x 29,7 cm.

ISBN 978-65-89119-49-4

Inclui minicurriculo dos autores ao final.

1. Política social. 2. Crime organizado. 3. Processo formativo. 4. Exercício profissional. 5. Previdência social. I. Marilea Borges de Lima Salvador. II. Davi Machado Perez. III. Título. IV. Subtítulo.

CDD – 361.61

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>9</b>
<b>A AUTONOMIZAÇÃO RELATIVA DO ESTADO E A POLÍTICA SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL.....</b>	<b>14</b>
<i>Micheli Burginski</i>	
<b>MUNDO DO TRABALHO E INSS DIGITAL: REABATIMENTOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>28</b>
<i>Glete Fabiana Vale e Eliane Marques de Menezes Amicucci</i>	
<b>CRIME ORGANIZADO: DA RESPONSABILIDADE À DEGENERESCÊNCIA SOCIAL. ....</b>	<b>42</b>
<i>André Luiz Augusto da Silva e Wellington Macedo Coutinho</i>	
<b>OS FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA REFLEXÃO INSTIGANTE ENTRE O PROCESSO FORMATIVO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL ....</b>	<b>58</b>
<i>Célia Maria Grandini Albiero e Maryvalda Melo Santos Costa</i>	
<b>TRABALHADORES, QUESTÃO SOCIAL E A ALTERNATIVA SOCIALDEMOCRATA: OS SENTIDOS DO SERVIÇO SOCIAL.....</b>	<b>74</b>
<i>Mariléa Borges</i>	
<b>SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO: REPERCUSSÕES NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL.....</b>	<b>90</b>
<i>Valteir Conceição da Silva e Maria Helena Cariaga</i>	
<b>SINCRETISMO E NEOCONSERVADORISMO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL .....</b>	<b>104</b>
<i>Davi Machado Perez</i>	
<b>SOBRE OS AUTORES .....</b>	<b>117</b>

# APRESENTAÇÃO

A presente coletânea, intitulada *Questão Social, Estado e Serviço Social*, resulta de estudos e pesquisas elaborados por docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial) da Universidade Federal do Tocantins. Sua proposta temática visa traçar um percurso que possibilite relacionar e contextualizar na contemporaneidade os conteúdos e focos de estudos e pesquisas que hoje perpassam a produção de conhecimento em Serviço Social, desde o estudo das expressões da “questão social” materializadas em relações de dominação-exploração de classe, etnia e gênero e sua relação com os direitos humanos, passando pelo debate do Estado e da política social, até os fundamentos do Serviço Social, seu processo de trabalho e instrumentalidade.

Trata-se de iniciativa pioneira em um programa de pós-graduação que começa a dar os seus primeiros passos e se consolidar, constituindo o primeiro mestrado em Serviço Social do Estado do Tocantins e o terceiro programa de pós-graduação em Serviço Social da região norte do País. A proposta do mestrado em Serviço Social firma-se na busca pelo aprimoramento profissional e o aprofundamento em elementos da teoria social crítica, frente à realidade social, visando a produção de conhecimento no contexto da Amazônia Legal. Passados dez anos de formação profissional em Serviço Social, em nível de graduação, a UFT lançou novos desafios, que estão relacionados à formação de pesquisadores, bem como, o fortalecimento da pós-graduação em Serviço Social e maior articulação com as escolas de Serviço Social da região norte, estratégia fundamental no sentido de avançar nos estudos que contemplem a particularidade das expressões da questão social na Amazônia.

Cabe ressaltar que esta coletânea se desdobrou a partir de eixos que se relacionam e contemplam distintos objetos de pesquisa presentes na produção de conhecimento em Serviço Social. O resultado demonstra a pluralidade existente no interior das perspectivas críticas e democráticas em nosso colegiado de pós-graduação, diversidade que também contempla pontos de convergência que devem ser cada vez mais afirmados diante dos imensos desafios colocados em uma conjuntura de radicalização da barbárie e do aprofundamento da crise econômica, social, ambiental e sanitária.

No espírito de nossas diretrizes curriculares, que afirmam a indissociabilidade entre seus núcleos de fundamentação<sup>1</sup>, nos propomos aqui a percorrer um caminho que permita elucidar a relação entre as distintas dimensões da realidade histórica e social em que o Serviço Social como profissão se insere. A compreensão do trabalho como categoria fundante do ser social que, a partir daí desenvolve as demais formas de práxis e a liberdade; o desvelamento da anatomia da sociedade civil nas relações econômicas de produção e reprodução da vida social; a maneira como relações de dominação como o patriarcado e o racismo são apropriadas e perpetuadas pela sociedade capitalista; as particularidades do desenvolvimento capitalista em países dependentes como o Brasil; a interação da sociedade civil com o Estado e a Política Social; e a emergência do Serviço Social a partir de uma necessidade do Estado burguês já na era do capitalismo monopolista e o seu significado social enquanto profissão.

1 O Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

O desafio consistiu em perpassar todas essas categorias e objetos a partir da consideração comum de elementos latentes na contemporaneidade como a crise estrutural do capital, a maior concentração e centralização do domínio do capital monopolista-oligopolista, a financeirização, as transformações no mundo do trabalho, o aprofundamento da barbárie e da violência racial e de gênero, o crescimento da pauperização, da fome e do desemprego, a manipulação ideológica e a propagação de ideologias neoconservadoras. Deste modo, cumpriríamos a tarefa de relacionar os eixos programáticos do livro e apresentar um percurso necessário para a compreensão da realidade social em sua totalidade e para a ampliação do diálogo entre as distintas linhas de pesquisa presentes na produção de conhecimento em Serviço Social.

Os conteúdos e objetos aqui aprofundados perpassam a crise do capital e a compreensão marxista da autonomia relativa do Estado na contemporaneidade expressa no crescimento do autoritarismo e no avanço do capital sobre os direitos e as políticas sociais; as transformações no mundo do trabalho e seus rebatimentos no trabalho profissional das/dos assistentes sociais, em especial no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; o crime organizado e as políticas de segurança pública e encarceramento; os fundamentos da formação em Serviço Social e a relação entre processo formativo e exercício profissional; a alternativa política social-democrata e suas influências na constituição e trajetória da profissão; a natureza sincrética do Serviço Social e a influência do conservadorismo e do neoconservadorismo em seus espaços de formação e atuação.

Partindo do imenso desafio de afirmar um projeto tão ousado de profissão e de formação diante de tantas adversidades impostas por uma conjuntura que evidencia mais do que nunca os limites de um projeto societário dominado pela lógica do capital, convidamos profissionais assistentes sociais, estudantes, pesquisadoras/es, militantes do movimento popular e demais interessados nos conteúdos aqui abordados, para realizar a leitura desta coletânea e compartilhar conosco o aprofundamento destes temas cada vez mais latentes na realidade contemporânea.

Comissão Organizadora



# PREFÁCIO

Em tempos de pandemia e aprofundamento da crise estrutural do capital a tarefa de analisar a realidade e transformá-la, no sentido da emancipação humana, corresponde à ação profundamente necessária. Entrelaçar as categorias envoltas no título deste livro, *Questão Social, Estado e Serviço Social*, foi o objetivo das/dos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (PPGSSOCIAL-UFT), autoras/es dos artigos que aprofundam objetos e algumas categorias descritas no título do livro, e que são parte de seus temas de estudo cotidianos.

Dentre os objetos dos artigos aqui apresentados, destacamos: as transformações no mundo do trabalho e no processo de trabalho das/os assistentes sociais do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); a questão da autonomização relativa do Estado e o papel das políticas sociais com a crise do capital; o encarceramento e a organização do crime organizado na realidade brasileira; a mediação de tendências socialdemocratas na constituição histórica do serviço social; o conservadorismo e o sincretismo na prática e formação do mesmo serviço social.

O conjunto de preocupações recolhidas neste livro é uma parte das que compartilhamos em todas as escolas, institutos e departamentos de Serviço Social pelo Brasil. Ancorados na teoria social marxista e marxiana, utilizando a pesquisa científica como instrumento investigativo, as/os colegas de ofício puderam avançar no desvelamento e na busca por mediações que possam explicar e intervir na realidade.

Ouso aqui tecer algumas considerações sobre os temas escolhidos como título central deste livro, dialogando com categorias e dilemas ético-políticos da classe trabalhadora, incluindo aqui as/os assistentes sociais.

A ciência é cada vez mais exigente em tempos de crise explosiva e estrutural do capital, pandemia, pauperismo, precarização do trabalho, racismo, machismo, LGBTfobia, xenofobia, dentre outras mazelas da sociedade de classes. É preciso aproximar-se das relações concretas de produção e reprodução da sociedade existente. Para tanto, a aparência, parte insuficiente no conhecimento do real, interage reciprocamente com as relações de produção alienadas e estranhadas, em uma síntese dialética entre forma e conteúdo.

A projeção sobre o processo de trabalho, tão bem descrita pela análise marxista, requer ação intencionada para um fim, conhecimento dos objetos e dos meios de trabalho (MARX, 2013). No caso da análise da chamada “questão social”, objeto que cotidianamente é encarada pelo serviço social, conhecer os fundamentos da vida social, a particularidade da formação social brasileira e as diferentes dimensões do trabalho profissional do Serviço Social – componentes dos núcleos de fundamentos das diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996) -, é condição prioritária deste movimento. Não à toa, a dimensão investigativa é fonte de toda e qualquer atividade que os assistentes sociais necessitam para empreender em sua prática cotidiana, analisando os rebatimentos produzidos pela acumulação capitalista, a função do Estado, as legislações concernentes, as ideologias que entornam e movimentam a luta de classes, a particularidade da formação social e, principalmente, a tensa relação entre as demandas institucionais (Estado e empregadores), profissionais e dos usuários (a classe trabalhadora).

Para aproximar-se do real não há como fugir da crítica da economia política, destrinchando as relações de produção predominantes que promovem a exploração intensiva da força de trabalho. A lei geral de acumulação capitalista (MARX, 2013) é a chave analítica que movimenta o que chamamos de “questão social”, produzindo pauperismo e miséria na ponta preenchida por aqueles que não detêm os meios de produção fundamentais, e concentração e centralização de riqueza na outra ponta que se apropria do trabalho excedente não pago. Essa é a fonte que se desdobra na distribuição, troca e consumo, na reprodução de outros complexos da vida social, produzindo encarceramento em massa da classe trabalhadora, postura conservadora das/os assistentes sociais, utilização crescente das políticas sociais para a manutenção da ordem, mistificação da teoria social e o neoconservadorismo enquanto ideologia discursiva que prioriza o efêmero e imediato.

Neste sentido, temos o Estado, reestruturado historicamente pelo predomínio do modo de produção capitalista, enquanto espaço de ordenamento da dominação de classe. A disputa permissível, “dentro da ordem”, possibilitou que várias funções pudessem ser desenvolvidas no sentido de controle e disciplinamento da força de trabalho em uso e aquela parte que é relegada ao exército industrial de reserva. Foi na era dos monopólios e do imperialismo que essas funções vicejaram, aliando essa determinação com as reivindicações históricas da classe trabalhadora, como redução da jornada de trabalho, descanso semanal e férias remuneradas, auxílio-doença, previdência, educação e sistema de saúde pública, dentre outras. O chamado Estado de Bem Estar Social surge então enquanto uma intervenção estatal, relegada aos países de capitalismo central, que promoveu uma série de concessões aos trabalhadores, com o receio de que estes pudessem levar suas lutas até às últimas consequências, “contra a ordem”, disputando o poder e instaurando uma sociabilidade sem a dominação de classes. Receavam o “perigo” do socialismo que trafegou no século XX, inaugurada pela irrupção da Revolução Russa em 1917 e o Estado proletário enquanto transição histórica para o socialismo.

Como mencionado acima, esse sistema de seguridade social foi relegado aos países de capitalismo central. Os países coloniais, semicoloniais ou de capitalismo dependente e associado (FERNANDES, 1995), não puderam gozar de tais “benefícios” promovidos pela conciliação de classes. Na América Latina foram necessárias muitas lutas para conquistas parciais no âmbito da participação democrática do poder, a chamada “revolução nacional”, assim como conquistas de direitos trabalhistas e sociais que de longe lembravam os sistemas de seguridade social que vigoraram nos países de capitalismo central. Ainda quando foram conquistados parte destes direitos, estes vieram para uma parcela muito restrita da classe trabalhadora.

No Brasil, destaca-se que as lutas que proporcionaram a derrocada final da ditadura civil-militar na década de 1980, e que constituíram importantes instrumentos de luta da classe trabalhadora, foram resolvidas com a conciliação em um processo de “redemocratização” e de uma Constituição Federal (CF) nova, na qual alguns direitos foram reservados em troca da permanência de instrumentos da dominação autocrática burguesa (FERNANDES, 1995). É importante lembrar, dentre outros limites, que a anistia dos crimes de setores militares, empresariais e civis no período de mais de 20 anos de ditadura se consolidou impunemente e que o instrumento de tutela militar se manteve com o artigo 142 da nova CF (PRESTES, 2012).

Os mais de 30 anos que nos separam da CF de 1988 não deixam dúvidas de que a ofensiva reacionária do capital impôs sua dinâmica de administração da “questão social”, do controle do Estado e da atividade e sentido institucional do Serviço Social. Foram anos em que retroces-

tos na conquista de direitos trabalhistas e sociais conviveram com privatizações de empresas e riquezas nacionais, que o imperialismo aperfeiçoou e aprofundou seu domínio na periferia dependente, que os monopólios consolidaram seu poder em todos os setores econômicos e que o latifúndio manteve-se como traço marcante na profunda concentração de terras e as ações de grileiros, ainda que alguns ramos de produção tenham se modernizado com o agronegócio.

Nem mesmo o lapso conjuntural de crescimento econômico impulsionado pela valorização e vendas das *commodities*, em meados dos anos 2000 ao começo dos anos 2010, puderam proporcionar condições de constituição de um projeto autônomo de desenvolvimento social. O chamado “neodesenvolvimentismo” se demonstrou uma falsidade ideológica que não pode ser concretizada em um país de capitalismo dependente, em que as burguesias não possuem ímpeto e interesse em um projeto autônomo, em que o desenvolvimento está organizado “de fora para dentro”, desde o Estado a partir dos interesses do imperialismo estadunidense e onde as classes trabalhadoras não conquistaram o poder político “contra a ordem”.

Não poderia ser outro o terreno pelo qual a intervenção do serviço social seria desenvolvida. Com a “intenção de ruptura” na década de 1980 (PAULO NETTO, 2010), navegando nas ondas da reorganização da classe trabalhadora, a profissão conseguiu conquistar de forma autônoma o seu projeto ético-político, enquistando-se na teoria social crítica marxiana e em princípios ético-políticos que colocam em perspectiva a socialização do poder e da riqueza socialmente construída, assim como outros valores democráticos.

Contudo, o avanço político e teórico não poderia vicejar impunemente sem o devido avanço na conquista do poder pelas classes trabalhadoras ou mesmo o avanço dessas políticas “dentro da ordem”. O que se conquistou nos anos 1980 e mesmo nas décadas seguintes representou parte deste acúmulo político, teórico e organizativo. Mas como lembra José Paulo Netto (2006, p. 4-5), os projetos profissionais “apresentam uma autoimagem da profissão”, elegendo valores, objetivos, funções e normas que são constituídas por “inelimináveis dimensões políticas”, influenciada por distintos projetos societários. Com relação ao projeto societário que se vincula à classe trabalhadora, de superação da sociedade capitalista, é importante identificar que essa avanço pouco nas décadas de 2000 e 2010.

E diante de uma conjuntura pouco propícia para o avanço organizativo da classe trabalhadora, remediada por pequenos avanços durante meados da década de 2000, eis que o capital irrompe em uma ofensiva ainda mais extremista e reacionária. O imperialismo estadunidense banca sua nova ofensiva sobre o que consideram seu “quintal”, investindo em governos ainda mais submissos aos seus interesses, com golpes parlamentares e militares, e ações que requerem ainda mais excedente de valor e riqueza do território latino-americano.

A ofensiva burguesa aprofundou seus movimentos desde pelo menos metade da década de 2010. O golpe jurídico-parlamentar-burguês que provocou o impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, apresentou a solução de aprofundamento da dependência tecnológica, educacional, industrial e política ao imperialismo, aprofundando os mecanismos de extração do trabalho excedente da classe trabalhadora, seja com reformas trabalhistas e da previdência social, privatizações aceleradas de empresas e riquezas públicas, aumento dos privilégios dos monopólios financeiros, industriais, agrominerais, do setor de serviços, dentre outros. A chegada da extrema direita proto-fascista e obscurantista ao governo, em 2019, é o ápice mais violento e tosco deste projeto burguês e irracionalista.

A ofensiva do capital é imposta pela violência material e também ideológica. Para tanto, o serviço social não fica imune dessas referências que buscam naturalizar o capitalismo e suas relações alienantes, culpabilizar o indivíduo pelas mazelas que o capital produz sobre a classe trabalhadora, questionar a teoria social, a totalidade, o trabalho, a dialética, o materialismo e todas as bases fundantes do marxismo.

No plano da prática profissional, o movimento por vezes fatalista, pragmático e/ou voluntarista, interroga-se na falsa tese da inocuidade da investigação da totalidade social, exigindo respostas imediatas que sosseguem seu espírito diante da barbárie e procedimentos técnicos pragmáticos. No plano da formação profissional e das pesquisas teóricas, a busca por modismos acadêmicos, respostas que ilusoriamente se encaixariam na realidade, inundam o debate político e acadêmico requerendo saídas epistemológicas abstratas e carentes de concretude.

O embate que surge então, entre o materialismo histórico-dialético, em que o substrato da vida social encontra-se na mesma, na ontologia do ser social e as teorias neoconservadoras, enquistadas em elementos do chamado “pós-modernismo”, que privilegiam exclusivamente o simbólico e subjetivo, corresponde à luta que as/os assistentes sociais travam neste momento histórico. Em outros momentos as tendências mantenedoras da ordem foram o conservadorismo positivista, a modernização conservadora e o trato fenomenológico da vida social. Portanto, não há o que temer se não portar a arma da crítica para fundamentar a crítica social consciente e as saídas que possam intervir no trabalho profissional, na disputa pelas políticas sociais e o fundo público, na organização da classe trabalhadora e sua potencial organização classista e/ou revolucionária.

Essas breves análises remetem-se à tríade escolhida para este livro, *Questão Social, Estado e Serviço Social*. Os artigos a seguir valorizam a dimensão da investigação científica do real e do concreto, respeitando a história, a razão e o humanismo como condições essenciais para uma análise que rompa com o irracionalismo e o obscurantismo cada vez mais presente na atual quadra histórica. Boa leitura, estudos e lutas!

Mariana, 13 de maio de 2020

Rodrigo Fernandes Ribeiro

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 1996.

FERNANDES, Florestan. **Em busca do socialismo**: últimos escritos e outros textos. São Paulo; Xamã, 1995.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da economia política. Vol. I São Paulo: Boitempo, 2013.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete. et al. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2010.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo; Expressão Popular, 2012.

# A AUTONOMIZAÇÃO RELATIVA DO ESTADO E A POLÍTICA SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL

Micheli Burginski

## INTRODUÇÃO

O Estado capitalista é fundamental para a reprodução do capital e participa diretamente do socorro deste na tentativa de “resolver” suas crises inerentes e reaver as taxas de lucros. Em tempos de crise, o Estado assume centralidade nos debates econômicos, políticos e sociais. As diversas frações da burguesia já não podendo esconder que o Estado é o principal centro das decisões econômicas e políticas não dialogam, simplesmente dão as coordenadas do diálogo. O que indica é que à medida que o capitalismo se desenvolve e suas crises se aprofundam, as formas e modos de intervenção estatal também se modificam, exigindo que o Estado burguês assuma, cada vez mais, conformações autoritárias.

A tese da autonomização relativa do Estado foi lançada por Marx e Engels na *Ideologia Alemã* e é o que distingue o Estado capitalista de outras formas de organização estatal anteriores, ou seja, a necessidade em se colocar acima dos interesses de classes, parecendo assumir uma forma independente, porém, essa autonomia é sempre relativa em decorrência das necessidades de acumulação e reprodução do capital. É a partir de então que Marx não vê o Estado como produto das ideias, mas como um ente do capital e analisa que a anatomia da sociedade civil se encontra na economia política. Por isso, para Marx a função precípua do Estado é garantir a acumulação do capital, contudo em alguns momentos se tornou necessário atuar em outras esferas do processo produtivo, intervindo na regulamentação da jornada de trabalho em função da luta de classes, dado o caráter dessa autonomização relativa.

As reflexões aqui elaboradas consistem em se aproximar do debate teórico sobre a *autonomização relativa* do Estado, tendo como ponto de partida a teoria social de Marx. Mas também recorre-se a autores de tradição marxista, que em épocas posteriores a Marx aprofundaram em elementos fundamentais para compreender o desenvolvimento do capitalismo, a função do Estado, o surgimento e a reconfiguração das políticas sociais, a partir da luta de classes. Nessas páginas, a análise de Mandel sobre o capitalismo maduro ganha destaque para pensar a função do Estado perante às crises do capital, bem como, o avanço do capital sobre o trabalho e a proteção social, o que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo de nosso tempo, de se despir de qualquer sentido de humanidade, que de fato em nada se coaduna com sua constituição enquanto modo de produção, que tem em sua raiz a exploração de grande parte de homens e mulheres do planeta.

Por fim, o texto intenta assinalar que o debate sobre a autonomização relativa do Estado é um importante instrumento para descortinar aspectos políticos autoritários que avançam por todo o mundo, expresso, sobretudo, com o avanço da ultradireita e do ultraneoliberalismo, que

não serão aprofundados nesse momento. O que se evidencia é o indício mais considerável do esgotamento das possibilidades civilizatórias do capitalismo, momento em que a luta em torno das políticas sociais, necessariamente, deve assumir um viés anticapitalista. A política social é central na agenda de luta da classe trabalhadora, à medida que a disputa pelo fundo público passa a ser uma característica essencial desses tempos.

## A AUTONOMIZAÇÃO RELATIVA DO ESTADO EM MARX E ENGELS

Embora tivesse a intenção, Marx não chegou a escrever especificamente sobre o Estado, de maneira que suas concepções estão difundidas em várias passagens de suas obras. É no livro *Ideologia Alemã* que o Estado deixou de ser conceituado como entidade representativa dos interesses gerais e comuns da sociedade. E, posteriormente, essa indicação aparecerá no *Manifesto Comunista*, na famosa síntese “o Estado é o comitê para gerir os negócios da burguesia” (MARX e ENGELS, *Manifesto Comunista*, 2010), que serviu para demarcar a vinculação do Estado aos interesses da classe burguesa. O Estado capitalista é entendido como o produto da divisão social do trabalho e “é justamente a contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que leva o interesse coletivo a tomar, na qualidade de Estado, uma forma independente” (MARX e ENGELS, *A Ideologia Alemã*, 2002, p.29), sendo o ponto de partida para uma teoria do Estado capitalista:

Por ser uma *classe* e não mais um *estamento*, a burguesia é obrigada a se organizar no plano nacional, e não mais no plano local, e a dar uma forma universal aos interesses comuns. Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto externa quanto internamente (MARX e ENGELS, 2002, p. 74).

A tese da *autonomização relativa* do Estado perpassará a obra marxiana. Essa tese distingue-se de todas as outras explicações teóricas sobre o Estado, pois as relações de produção capitalista em bases jurídicas e sociais requerem que sejam necessariamente transferidas para um aparato separado da maior parte dos membros da sociedade, ou seja, o Estado.

O Estado é mais antigo que o capitalismo, porém a forma política do Estado capitalista se distingue de todas as outras formas anteriores de dominação de classe. Nos modos de produção anteriores não há essa autonomização relativa, já que aqueles que dominam economicamente também dominam politicamente de forma direta (por meio de mecanismos impositivos, muitas vezes repletos de constrangimento e opressão), o que é uma relação totalmente distinta na qual se ergue o capitalismo, que se baseia em relações “livres” de troca, capazes de dissimular a sujeição dos que vendem a força de trabalho diante de seus compradores. Com base em Marx, Mandel (1982, p. 335) observa que foi no processo histórico de amadurecimento da acumulação primitiva que o Estado tornou-se mais *explicitamente* um instrumento de acumulação progressiva de capital e o parceiro do modo de produção capitalista. Isso quer dizer que as origens do Estado capitalista não podem ser entendidas como derivadas diretamente da produção e circu-

lação de mercadorias, mas pela tomada do poder político e da maquinaria estatal pela classe burguesa.

Destaca-se a importância do aspecto político do surgimento do Estado burguês, rejeitando a concepção de que sua função decorre somente da natureza da produção e circulação de mercadorias, sem ter havido qualquer mediação histórica, na constituição de classes ou até mesmo resistências, pois era necessário acompanhar-se “pela demolição sistemática do intervencionismo econômico dos Estados absolutistas, que impediria o livre desenvolvimento da produção capitalista enquanto tal” (MANDEL, 1982, p. 335). Por isso, Marx e Engels não ignoraram o papel exercido pelas ideias, pertencente ao âmbito do que Marx chamou de superestrutura; daí a necessidade de se entender o Estado na perspectiva da totalidade social, na unidade dialética entre estrutura e superestrutura. O Estado é utilizado como instrumento de dominação de uma classe e, para isso, as ideias da classe dominante devem ser transformadas em ideias universais:

Cada nova classe que toma o lugar daquela que dominava antes dela é obrigada, mesmo que seja apenas para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade ou, para exprimir as coisas no plano das ideias: essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representá-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos (MARX e ENGELS, 2002, p. 51).

Essa concepção de Marx e Engels torna evidente que o Estado assume tanto as funções integradoras quanto repressoras, para garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe burguesa. As funções integradoras são as mais eficazes, porque se efetivam através da educação, da cultura, da mídia e, sobretudo, pelas categorias do pensamento peculiares a uma estrutura de classe de uma sociedade, afastando a possibilidade dessa dominação se realizar apenas pela via da repressão militar, como bem analisou e compreendeu Gramsci. Sem essa função integradora viveríamos em uma condição insustentável de guerra civil permanente (MANDEL, 1982, p. 334).

Fica evidente que é equivocado tributar tanto a Marx quanto a Engels, uma visão reducionista do Estado, ora como simples agente da superestrutura, ora como uma mera manifestação da base econômica, esse tipo de interpretação reforça “as ficções da erudição burguesa, idealizadas para desestimular as pessoas a entender Marx em sua complexidade”, pois “Marx assinala que o reino da liberdade começa onde acaba o reino da necessidade, sendo apenas por meio da luta, política e pessoal, que podemos obter o domínio sobre nossa existência social e física, produzindo essa liberdade. [...] Isso tem a ver com a análise de Marx sobre o Estado” (Harvey, 2005, p. 77).

Após a morte de Marx, Engels preocupou-se em combater o economicismo (termo que foi atribuído e bastante criticado, sobre o papel do desenvolvimento econômico, na teoria da história de Marx) e passou a dar uma atenção especial à questão da ideologia, enfatizando a autonomia do Estado, entretanto, ressaltando que este não é um lado de fora do capital, ou seja, o Estado não pode ser entendido como um “poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é ‘a realidade da ideia moral’, nem a ‘imagem e a realidade da razão’, como afirma Hegel” (ENGELS, 2005, p. 191). Para Engels (2005, p. 191) o Estado burguês deve ser entendido como:



[...] um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que a sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela, se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 2005, p. 191).

Essa particularização do Estado em se colocar acima dos interesses de classes para expressar os interesses da burguesia, também expressa essa dominação de forma contraditória, como frisou Engels (2005). A função da determinação estatal permite garantir condições gerais de produção e reprodução do capital, porém, não o faz, muitas vezes, sem ter que conflitar com interesses da classe trabalhadora. Nesse sentido, a própria dominação é contraditória, porque expressa tanto a contradição no interior das frações da burguesia, como também, dos interesses da classe trabalhadora em geral. Como bem expressou Gramsci, o Estado não é um bloco monolítico; ao contrário, é o resultado da aliança de várias frações de classe que tem interesses conflitantes e que variam com a marcha do processo de desenvolvimento histórico do capitalismo.

Em várias passagens de *O Capital*, Marx se refere especificamente sobre o papel do Estado em relação ao desenvolvimento capitalista e suas contradições. No capítulo oitavo de *O Capital*, dedicado à análise da luta pela regulamentação da jornada normal de trabalho na Inglaterra, Marx situa o Estado no cerne do movimento da luta de classes, a “luta multiseccular entre burguesia e proletariado” que resultou na regulamentação da jornada normal de trabalho e que, segundo ele, “não foram de modo algum produto das lucubrações parlamentares, [...] sua formulação, seu reconhecimento oficial e sua proclamação *estatal* foram o resultado de longas lutas de classes” (MARX, 2013, p. 354-355).

Marx conceitua que a luta de classes é um dos elementos centrais para analisar o papel do Estado no modo de produção capitalista. Não é o Estado em si que é contraditório, mas as demandas das classes sociais dirigidas a ele, originadas do antagonismo fundante entre capital e trabalho, pois, “o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção constitui, todavia, o único caminho histórico de sua dissolução e reconfiguração” (MARX, 2013, p. 558). O modo de produção capitalista distingue-se de todas as outras formas anteriores de produção e de reprodução social, porque nele a força de trabalho é a única mercadoria que cria mais valor ao capital, sendo essa relação de exploração a contradição central desse modo de produção. É nas relações de produção capitalistas que a sociedade burguesa se organiza e sua condição *sine qua non* consiste na separação entre produtores diretos dos meios de produção para estabelecer o trabalho “livre” assalariado, ou seja, trata-se de estabelecer as bases estruturais da apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

Porém, “o ponto decisivo está em que essa relação tem de reproduzir-se necessária e permanentemente na base do modo de produção capitalista, já que este se impôs historicamente” (HIRSCH, 1990, p.147). Assim, o Estado capitalista se forma para estabelecer as funções básicas das relações sociais e valor de troca que são centrais nesse modo de produção. Entretanto, diante do desenvolvimento do modo de produção capitalista, as intervenções estatais são alargadas para além das suas funções básicas. Durante o processo histórico de acumulação

primitiva, o Estado exerceu papel fundamental favorecendo a formação de capital através da expropriação de grandes contingentes humanos sobre o controle de seus meios de produção, e a criação posterior de condições favoráveis para a existência de trabalhadores livres assalariados em qualquer parte do globo.

Ainda na fase concorrencial do capitalismo, no contexto europeu, o Estado desenvolveu importantes funções, no sentido de garantir as condições externas da produção que favoreceram a valorização do capital privado, conforme destacou Engels (1990, p.88) no *Anti-Dühring*, pelo qual se erguiam privilégios locais, como barreiras alfandegárias para cada produto, leis de exceção de todo gênero, que beneficiaram determinados setores da nascente burguesia em detrimento de outros. A *autonomização relativa* do Estado é também delineada pelo processo histórico do desenvolvimento capitalista, diante das próprias contradições geradas em tempos de crises econômicas e das lutas de classes entre capital e trabalho, mobilizadas nesse processo.

Nessa direção, a teoria social marxiana é o ponto chave para pensar o processo de desenvolvimento do capitalismo e como se manifesta essa autonomização relativa do Estado, mobilizada pela luta de classes diante das tarefas históricas colocadas para a classe trabalhadora. É necessário enfatizar que a recorrência às categorias marxianas são o fio condutor de análise, mas também se recorre às contribuições de teóricos marxistas, o qual é possível ter uma base teórica para se compreender o desenvolvimento capitalista e suas crises, as funções do Estado, a luta de classes e a política social.

## CRISE CAPITALISTA, FUNÇÕES DO ESTADO E POLÍTICA SOCIAL NO PÓS-1945

É crucial enfatizar o papel das crises na reposição e recriação das condições para expansão do sistema capitalista, pois ao tangenciar as transformações estruturais e intensificar as contradições inerentes do modo de produção capitalista, as crises abrem também possibilidades de transformação social. Esse apontamento é extremamente importante, pois, historicamente, é notória a estreita relação entre crise capitalista, as funções do Estado e a política social. As modificações históricas das funções do Estado estão profundamente vinculadas aos processos de acumulação e crises do capital, através do qual a lei do valor se impõe. As ingerências do Estado sobre outras esferas significativas do processo produtivo resultam de contingências criadas pelas contradições do próprio processo de acumulação capitalista, decorrentes dos problemas sociais e políticos criados por sua expansão. É a sinalização de que “quanto maior é a intervenção do Estado no sistema econômico capitalista, tanto mais claro se torna o fato de que esse sistema sofre de uma doença incurável” (MANDEL, 1982, p. 341).

A importância da análise mandeliana sobre esse período reside no fato de que jamais abandonou as perspectivas marxianas. Se dedicou a estudar as ondas longas no capitalismo dando-lhe uma interpretação inteiramente original. À época do pós-segunda guerra, a retomada do crescimento econômico e as medidas que se dedicaram a evitar uma incidência maior de crises, restabeleceram um certo equilíbrio (instável) no sistema capitalista, razão pela qual esse período foi chamado como “anos de ouro” ou “trinta anos gloriosos”. A perspectiva mandeliana alertou que a ideia de que o capitalismo teria chegado ao seu equilíbrio, bem como, a contestação da tese de Marx de que as crises são inerentes ao capitalismo eram equivocadas. O pós-se-

gunda guerra se configurou como um período de uma onda longa de expansão do capital e essa tendência trouxe uma falsa crença de que era possível manter uma redistribuição crescente da renda nacional, que se poderia “tirar do capital para dar ao trabalho” (MANDEL, 1982, p. 339). Essa falsa crença alimentou a ideia de que a partir do Estado seria possível “uma socialização através da redistribuição” em níveis crescentes, capaz de eliminar as desigualdades sociais e estabelecer um socialismo por dentro do Estado. Para Mandel, o desenvolvimento “desse reformismo teve como fim lógico um programa completo para a estabilização da economia capitalista e de seus níveis de lucro” (MANDEL, 1982, p. 339).

Na fase monopolista do capitalismo, a intervenção estatal se intensificou e adquiriu uma qualidade inteiramente nova. Essa nova qualidade da intervenção estatal estava relacionada às características próprias do desenvolvimento capitalista no pós-segunda guerra mundial. Houve alteração da atitude subjetiva da burguesia em relação ao Estado, no que se refere a realizar suas tarefas centrais e essa mudança de atitude estava relacionada às suscetibilidades provocadas pela crise econômica e política, que ameaçou diretamente todo o modo de produção capitalista (MANDEL, 1982, p. 337). Mas a luta de classes e a organização política de trabalhadores em várias partes do mundo se dirigia para seu acirramento, sobretudo, com a Revolução Russa em 1917. A partir de então, o Estado passou a administrar as crises enquanto função vital (era preciso entregar os anéis para não perder os dedos) e a se responsabilizar por um enorme volume de “condições gerais de produção” e concentrar “esforços para assegurar uma valorização mais rápida do capital excedente”, que incluíam, segundo Mandel (1982, p. 337) “todo o arsenal de políticas governamentais anticíclicas, cujo objetivo foi evitar, ou pelo menos adiar tanto quanto possível, o retorno de quedas bruscas e catastróficas como a de 1929/32”.

As crises por si só não têm a capacidade de destruir o sistema capitalista, contudo, suas saídas se encontram em disputa de classes e o Estado aparece como mediador central nesse processo. As alternativas encontradas no pós- crise de 1929-32, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial (1945), em alguns países, significaram a expansão e a consolidação da política social como parte de medidas anticíclicas adotadas pelo Estado. As soluções apontadas para a crise mundial de 1929, por exemplo, materializaram direitos de proteção social enquanto diretiva política para sua resolução provisória, arrancadas do Estado pela organização política dos trabalhadores. Assim, a intervenção do Estado na regulação das relações de produção e reprodução social do capitalismo sofreu consideráveis alterações diante das pressões exercidas por sua autonomização relativa, arrancada mediante a introdução de uma agenda política introduzida pelos trabalhadores, que pautava o alargamento das liberdades democráticas, assim o conteúdo civilizatório do capitalismo sempre fora arrancado do Estado capitalista e nunca dado por ele de bom grado. São esses aspectos que permitiram que no pós-segunda guerra os Estados passassem a incorporar legislações sociais em suas respectivas cartas constitucionais.

Por isso, na base desse ciclo de expansão que se abriu após os anos 1945 há vários elementos sociohistóricos que se combinaram, tais como: “a situação excepcional da guerra e do fascismo, a terceira revolução tecnológica com a introdução da microeletrônica e, sobretudo, pelo destino da experiência socialista” (BEHRING & BOSCHETTI, 2007, p. 89). Essa expansão das políticas sociais no período de pós- crise de 1929/32 e sua generalização no pós-segunda guerra é marcado por um intenso impulso desenvolvimentista, com índices de crescimento e taxa de lucros elevados para as empresas, que se combinou com a elevação do padrão de vida da classe trabalhadora nos países centrais. Contudo, essa configuração não seria possível se no cenário mundial as organizações da classe trabalhadora não tencionassem duramente os governos para

que isso ocorresse, além de todo debate político e social trazido pelo ideário do pós-segunda guerra mundial, que abriu possibilidades de alargamento das intervenções estatais, favorecendo em alguns aspectos, a economia política do trabalho.

Entre 1945 e 1970, a intervenção estatal centrou-se em restabelecer o equilíbrio econômico que combinava o modelo de produção fordista às políticas de regulação estatal de promoção do pleno emprego Keynesiana que configurou o chamado Pacto Keynesiano-fordista, estabelecendo reformas sociais, com destaque para o Plano Beveridge de 1942 na Inglaterra, que representou um avanço em relação ao seguro social instituído por Bismarck em 1883 na Alemanha. O Plano Beveridge, que constituiu a base da seguridade social, rompeu com a lógica contributiva dos seguros sociais para o acesso aos direitos, preconizando um sistema de proteção social de caráter universal, sem condicionalidades para o enfrentamento das desigualdades sociais. A articulação das políticas sociais em torno de um sistema integrado de regulação estatal e econômica é um componente das medidas anti-crise, após a crise de 1929.

Behring (2011) destaca que a política social contribuiu para que a queda no consumo não fosse tão brusca e, por isso se constituiu em parte da estratégia estatal para amortecer as crises cíclicas, ao instituir os seguros sociais. A política social foi parte de um conjunto mais amplo de medidas, que do ponto de vista econômico/político ofereciam subsídios à iniciativa privada como: “compra de equipamentos de consumo coletivo, garantia estatal dos preços da cesta básica para populações de baixa renda, dentre inúmeras outras formas de intervenção estatal” (BEHRING, 2011, p. 169):

*A planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho por intermédio da política salarial e do controle de preços; a política fiscal e, dentro dela, os mecanismos de renúncia fiscal; a oferta de crédito combinada a uma política de juros; as políticas sociais. Este conjunto de estratégias e técnicas anticíclicas, por meio dos poderes públicos, objetivava conter a queda da taxa de lucros, obtendo, com isso, algum controle sobre o ciclo do capital (BEHRING, 2011, 165-66).*

O Estado expandiu sua função, no que tange a garantir as “condições gerais de produção”, momento em que houve uma ampliação dos direitos e legislações trabalhistas no final do século XIX e início do século XX na Europa. Mas ao mesmo tempo em que a ampliação geral da legislação social, como bem falou Mandel (1982), tratou-se de uma concessão devido à crescente luta de classe do proletariado para salvaguardar a dominação burguesa dos ataques mais radicais, também correspondeu “aos interesses gerais da reprodução ampliada no modo de produção capitalista, com vistas a assegurar a reconstituição física da força de trabalho, onde ela estava ameaçada pela superexploração” (MANDEL, 1982, p. 338). Essa tendência também demandou uma redistribuição considerável do valor socialmente produzido em favor do fundo público que tinha que reter “uma percentagem dos rendimentos sociais para garantir uma base material para ampliar o Estado” (MANDEL, 1982, p. 338).

Apesar de ter uma autonomia relativa, as demandas contraditórias entre capital e trabalho dirigidas ao Estado são, “por sua vez, a expressão da contradição clássica e fundante do capitalismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção” (BEHRING, 2011, p. 171), sendo assim, o grau de desenvolvimento das forças produtivas também é um elemento fundamental para analisar a intervenção do Estado capitalista. Nessa direção, a política

social é também entendida enquanto uma estratégia política e econômica articulada no âmbito estatal, que não está deslocada de outras estratégias de intervenção estatal na gestão de modelos de produção e reprodução do capital ao longo de seu desenvolvimento.

Assumir que o Estado Social foi possível somente a partir do pós-segunda guerra com o advento da crise mundial de 1929 não significa coadunar com a perspectiva sobre o surgimento das políticas sociais, enquanto mero mecanismo de coesão social instrumentalizado pelo Estado capitalista. Pelo contrário, a perspectiva assumida é a de que no capitalismo, a política social é alvo de poderosos interesses. Nesse sentido, as políticas sociais estabelecem limites aos ganhos do capital, sem, contudo, romper com a lógica da exploração capitalista.

## **CRISE ESTRUTURAL, POLÍTICA SOCIAL E AUTONOMIZAÇÃO RELATIVA DO ESTADO NA ATUALIDADE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

As análises de Mandel (1982) são importantes para pensar a reconfiguração do Estado capitalista e das políticas sociais ao sinalizar na sua obra “O capitalismo tardio” que aquela função estatal do pós-segunda guerra tendia a se esgotar e abria-se um período de onda longa com tonalidade estagnacionista. As suas análises são referências nesse estudo para pensar que o Estado, a partir da crise estrutural, tende a assumir uma conformação autoritária para a retirada de direitos e reconfigurações das políticas sociais a níveis bem restritos, no que tange à proteção social, apontadas por Mandel como uma tendência dessa nova fase do capitalismo mundial a partir dos anos 1970. Ao final dos anos 1960 a ilusão do capitalismo regulável e estável de cariz keynesiano-fordista começou a se dissipar. Foram expressões sintomáticas desse período as mobilizações, protestos, greves e rebeliões dos estudantes franceses que ficaram conhecidas como “Maio de 68”, que já denunciavam não conseguirem vislumbrar as mesmas condições de vida de seus pais.

Começou a se configurar em todo o mundo uma *ofensiva brutal de austeridade fiscal do grande capital contra os assalariados* (MANDEL, 1990, p. 231) que se constituiu no traço indelével da crise estrutural do capital na atualidade. Segundo Mandel as recessões generalizadas que se desdobraram após os anos 1970 possuem uma série de elementos particulares, “que resultaram da situação e das contradições específicas da economia capitalista internacional” (MANDEL, 1990, p. 221). Um dos traços peculiares apontados por Mandel (1990, p. 221) é que “a combinação da crise clássica de superprodução com a mudança brusca da “onda longa” cessou de mover-se em sentido expansivo” e é marcada por uma eficácia decrescente das técnicas anti-crise inflacionárias via expansão de crédito em grande escala. Daí decorre uma expansão em escala global da dívida pública no curso dos anos 1975/76 que foi “da ordem de 400 bilhões a 500 bilhões de dólares e de 700 bilhões a 800 bilhões de dólares nos anos 1980/2” (MANDEL, 1990, p. 221). Nesse período, houve uma progressiva redução dos elevados rendimentos tecnológicos e dos superlucros monopolísticos alcançados pelos setores de ponta (automobilístico, eletrônico, químico e fabricação de aparelhos científicos etc.) (MANDEL, 1990, p. 221).

A tendência de redução ou desaparecimento dos rendimentos tecnológicos é um fator, embora suplementar, mas importante para sinalizar que no contexto da crise estrutural atual, segundo Mandel (1990), “a taxa de lucro continuará por um *longo prazo* abaixo da média dos anos

50 e 60, mesmo durante as fases de retomada que não param evidentemente de se reproduzir periodicamente” (MANDEL, 1990, p. 222). Assim, a conjugação das recessões generalizadas que ocorreram entre 1974/75 e 1980/82 com a crise estrutural da sociedade burguesa tende a “acentuar a crise de *todas as relações sociais burguesas* e, mais particularmente, a *crise das relações de produção capitalista*” (MANDEL, 1990, p. 222). Segundo o autor, a possibilidade do capitalismo poder garantir a melhoria permanente do nível de vida, o pleno emprego e a consolidação das liberdades democráticas encontra-se fortemente ameaçada, mediante as sucessivas reincidências da recessão.

Os anos do pós-segunda guerra – “anos de ouro” – em que se configuraram a onda longa expansiva foram marcados por contradições que levaram à manifestação da crise que ocorreu a partir de fins de 1960. Segundo Mandel (1990, p. 29) as crises de superprodução na história do capitalismo combinam “traços gerais que dizem respeito às contradições fundamentais do modo de produção capitalista, com traços particulares que resultam do momento histórico preciso no qual ela se produz no curso do desenvolvimento desse modo de produção” e é nesse sentido que a crise econômica que ocorreu a partir de 1973/74 não escapa a essas determinações, entretanto, possui particularidades (MANDEL, 1990, p. 29). Primeiro é preciso deixar evidente que a crise capitalista é sempre uma crise de superprodução, mas também de superacumulação de capitais. Para Mandel (1990, p. 209) nas elaborações teóricas sobre as crises capitalistas “duas grandes “escolas” se confrontam”. Enquanto uma tende a explicar as crises capitalistas através do subconsumo das massas que está relacionada à superprodução de bens de consumo, a outra explica as crises pela superacumulação, ou seja, a insuficiência de lucros para expandir os bens de capital. Essas duas tendências, apesar de contribuírem com elementos preciosos para uma compreensão aprofundada das crises, trazem uma explicação monocausal. Isso significa que “ambas cometem o erro de separar arbitrariamente o que está organicamente ligado, no coração do modo de produção capitalista” (MANDEL, 1990, p. 209).

Com base em Marx, Mandel lembra que é necessário não separar os problemas resultantes da queda da taxa de lucro daqueles da realização de mais-valor para explicar o surgimento periódico das crises, ou seja, trata-se do princípio marxiano de que as condições de exploração imediata não são idênticas à sua realização: “enquanto as primeiras são limitadas pela força produtiva da sociedade; as outras pela desproporcionalidade dos diferentes ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade” (MANDEL, 1990, p. 209). É preciso evidenciar que o modo de produção capitalista é essencialmente produção de mercadorias e, ao mesmo tempo, produção de lucro das empresas que operam independentemente entre si, mas não existem isoladamente. Também é um sistema voltado para a produção e extração de mais-valor, o que implica que a realização desse mais-valor se subordina à possibilidade real de vender as mercadorias repletas de mais-valor, pelo menos pelo seu preço de produção ou a preços que permitam realizar superlucros. Desse modo, a desaparecimento de qualquer uma dessas características estruturantes inerentes ao sistema deixaria de sê-lo propriamente capitalista (MANDEL, 1990, p. 209).

A possibilidade primeira da existência das crises de superprodução é o fato de que a produção de mais-valor não implica automaticamente a sua realização – esse desdobramento se encontra na célula base da produção capitalista que é a mercadoria e sua transformação em dinheiro – que deve realizar o seu valor de troca – é nessa contradição entre valor de uso e valor de troca que se encontra a causa inerente das crises capitalistas. As crises capitalistas são sempre *crises de superprodução de valores de troca*, necessariamente porque há muitas mercadorias que não conseguem materializar a taxa média de lucros obtida com sua venda; isto é, porque “há,

portanto, muitas mercadorias – que a vida econômica se desorganiza, que as fábricas fecham as portas, que os patrões demitem e que a produção, as rendas, as vendas, os investimentos e os empregos caem” (MANDEL, 1990, p. 210).

Segundo Mandel, para compreender o encadeamento real entre a queda da taxa de lucro, a crise de superprodução e o desencadeamento da crise, “é necessário distinguir os fenômenos do aparecimento da crise, seus detonadores, sua causa mais profunda e sua função no quadro da lógica imanente do sistema” (MANDEL, 1990, p. 211). Assim, a superprodução é sempre o indício de que se produziram mais mercadorias que a compra disponível para obtê-la a um preço que fornecesse a taxa média de lucro esperada e, portanto, há uma “ruptura brutal do equilíbrio instável que existe em tempos normais entre a oferta e a procura de mercadorias” (MANDEL, 1990, p. 212). Quando “a oferta ultrapassa a demanda solvável” e provoca massivamente uma queda brusca nas encomendas de mercadoria e da produção corrente é que gera o movimento cumulativo das crises e provoca, conseqüentemente, redução de empregos, das rendas, dos investimentos, da produção, das encomendas; “nova espiral da redução do emprego, das rendas, dos investimentos, da produção e etc., e isso nos dois departamentos fundamentais da produção, o de bens de consumo e produção” (MANDEL, 1990, p. 212).

Antes de adentrar nas particularidades da crise estrutural de finais dos anos 1960, é preciso se ater à ideia de que “o acontecimento detonador que precipita as crises de superprodução distingue as suas formas de aparição” (1990, p. 212). Estes acontecimentos podem ser um escândalo financeiro, falências de grandes empresas ou de um setor chave do mercado mundial, ou ainda, uma brusca falta de matéria-prima (ou energética) essencial, contudo “o detonador não é a causa da crise”, conforme Mandel (1990, p. 212), o elemento detonador das crises:

[...] apenas a precipita no sentido em que desencadeia o movimento cumulativo descrito acima. Para que ele possa desencadeá-lo, é necessário que coincida toda uma série de pré-condições que não decorrem em medida alguma da influência autônoma do detonador. Assim, a falência retumbante de uma grande casa comercial ou de um grande banco não estrangulará, em geral, uma conjuntura no início de uma fase de *boom*, de expansão acelerada. Terá tal efeito somente ao final dessa fase, porque todos os elementos da próxima estão já reunidos e esperam um elemento catalisador para se manifestar.

Mandel também observa que é necessário se ater à *função objetiva das crises* que é a de constituir o *mecanismo através do qual a lei do valor se impõe* (MANDEL, 1990 p. 212). Nos períodos de grande revolução tecnológica há uma forte expansão, racionalização, intensidade crescente do trabalho e um progresso técnico acentuado, como ocorreu na fase de 1940 até fins dos anos 1960. Essa alta de produtividade implica sempre a queda do valor unitário das mercadorias e é justamente nesse período de aquecimento da economia – no qual os capitalistas proprietários, particularmente os industriais, que já incorporaram técnicas avançadas podem com mais ou menos sucesso obter superlucros.

Quando há a ruptura brutal do equilíbrio instável entre oferta e procura que constitui o “mecanismo que gera baixa nos preços e se impõe novos valores das mercadorias e aumento de produtividade, conseqüentemente provoca grande perda de lucros e desvalorização de capitais para os capitalistas” (MANDEL, 1990, p. 213). Assim, toda crise de superprodução no mercado mundial, como enfatiza o autor, se expressa a partir de desequilíbrios e desproporções entre produção e circulação de mercadorias que exige esforços do capital na tentativa de superar essas

contradições promovendo a reestruturação, tanto da produção quanto dos mercados que tende a elevar a taxa de lucros através de expedientes, tais como a:

[...] eliminação, absorção ou redução da atividade das empresas menos rentáveis; substituição das técnicas menos produtivas por técnicas de produção mais avançadas; redução da fabricação de produtos cuja demanda parece estruturalmente em estagnação ou em declínio, favorecendo a fabricação de produtos cuja procura se revela estruturalmente em elevação; investimentos de racionalização, com economia de matérias-primas, de energia, de mão de obra e de emprego do capital fixo, crescimento da velocidade de circulação do capital; intensificação dos processos de trabalho e, em geral, esforços concentrados para aumentar duravelmente a taxa de mais-valia (a taxa de exploração da força de trabalho) (MANDEL, 1990, p. 197).

Todos esses expedientes “constituem em uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado” e as saídas para conter a crise atual têm se apresentado como um ataque ao Estado Social e aos direitos sociais, expressando certo esgotamento das saídas reformistas em todo o mundo. A rapidez com que se deu o avanço tecnológico e as alterações profundas no mundo do trabalho e nas relações sociais pode *parecer* que as coisas mudaram apenas ligeiramente e deve-se considerar que sempre há uma dose de continuidade no interior do processo de mudança. Isso quer dizer que as bases da crise atual já estavam dadas no período de expansão do capital (1945-1970), caracterizado por Mandel (1982, p. 381-382) por *onda longa com tonalidade expansiva*. As análises de Mandel (1982) foram assertivas para compreender o período expansionista do capital, bem como as tendências atuais apontadas por ele sobre a existência de um *longo período de estagnação*, que, comprovadamente, já se configura por mais de três décadas, com traços cada vez mais autoritários desses avanços do capital contra a força de trabalho assalariada, em uma correlação de forças extremamente desigual entre capital e trabalho e o aprofundamento das condições de miséria, acirrando a questão social.

Desde a crise estrutural do capital do final dos anos 1960, houve uma reestruturação do modelo de produção fordista, bem como, na função regulatória do Estado keynesiano-fordista. O capital precisou cada vez mais diversificar e precarizar as formas de contratação e relação salarial, como o trabalho parcial, terceirizado, subcontratado ou vinculado à chamada economia informal, sendo estes, parte constitutiva do processo de desenvolvimento da produção capitalista e de sua valorização. Na verdade, na atual fase do desenvolvimento capitalista a tendência é, cada vez mais, eliminar o chamado trabalho “protegido” e “regulamentado”, considerado uma conquista histórica dos trabalhadores e típico dos padrões de proteção social construídos nos países de capitalismo central, sob a égide da regulação estatal. Na realidade, a tendência do desenvolvimento capitalista atual é a de incorporar cada vez mais, mecanismos eficientes de exploração da força de trabalho, retirar direitos e capturar o fundo público para reaverem suas taxas de lucros. O que caracteriza esses tempos é uma pilhagem generalizada do Estado canalizada para os interesses dos grupos econômicos burgueses, que necessitam tomar o controle estatal, sem qualquer compromisso com as liberdades democráticas. Em síntese, é o capitalismo na sua face e expressão crua do desprezo pela vida e pela humanidade.

A crise estrutural vem se resolvendo em direção oposta à de 1929, conformando a supremacia do poder burguês, à medida que as pautas de lutas da classe trabalhadora tem se direcionado a uma posição estratégica de resistência à perda de direitos antes adquiridos.



Portanto, ao contrário do pacto social Keynesiano-fordista estabelecido para dar respostas à crise anterior, as saídas atuais para essa crise têm se apresentado como um ataque às conquistas do Estado Social, portanto, demarcada por um ambiente contrarreformista, de desconfiguração das reformas sociais. É quando há uma tendência em revolucionar permanentemente a tecnologia que é movida por um processo de “intensificação da concorrência em torno do diferencial da produtividade num mesmo ramo de produção, em escala mundial” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 90).

A busca incessante por superlucros nessa fase do capitalismo esteve centrada em uma progressiva incorporação da revolução tecnológica, reduzindo-se o tempo de rotação do capital constante fixo, que implicou “na mudança do papel da força de trabalho no processo de constituição do valor” (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p. 90). À medida que esse processo foi se acentuando, numa dura luta entre capital e trabalho, como enfatizam as autoras, o ressurgimento do exército industrial de reserva passa a se acentuar, em patamares tais, que não se configuram mais em desemprego eventual, mas se caracterizam como desemprego estrutural e sem retorno em uma perspectiva por dentro do regime burguês. Uma característica dessa crise sobre a autonomização relativa do Estado é que ela expressa uma correlação de forças extremamente desfavorável à organização e luta política dos trabalhadores em todo o globo, pelo fato de expressar uma *intensa agudização da contradição entre capital e trabalho*, que está “concentrada no caráter duplo da automação”, pois,

Por um lado, ela representa o desenvolvimento aperfeiçoado das forças materiais de produção, que poderiam, em si mesmas, libertar a humanidade da obrigação de realizar um trabalho mecânico, repetitivo, enfadonho e alienante. Por outro, representa uma nova ameaça para o emprego e o rendimento, uma nova intensificação da ansiedade, a insegurança, o retorno crônico do desemprego em massa, as perdas periódicas no consumo e na renda, o empobrecimento moral e intelectual (MANDEL, 1982, p.152).

Os problemas práticos com que se defrontam a classe trabalhadora derivaram, precisamente, da desigualdade estabelecida entre as correlações de força do capital e do trabalho em torno da taxa de mais valor, que determina o preço dos salários. Nessa configuração, o aumento do desemprego e o medo dele tende a se acentuar, pressionando os trabalhadores a aceitarem reduções dos salários reais, a intensificação do ritmo de trabalho, perdas de conquistas históricas em termos de proteção e seguridade social antes estruturadas ou aventadas, como é o caso do Brasil e da América Latina, que a partir da adoção do neoliberalismo tem-se destruído o pouco que se tentou construir após os regimes autoritários e a emergência das democracias. Essa fase de lutas pela consolidação de direitos sociais na abertura democrática coincidiu no plano internacional com um cenário bastante desfavorável para a consolidação de regimes de proteção social previstos nas constituições democráticas, do qual Brasil é um exemplo expressivo.

Para fazer com que os sindicatos aceitem as medidas regressivas, de reduções salariais, de aumento da produtividade do trabalho e de restrições de liberdade de greve, a burguesia não hesitou em lançar uma campanha ideológica, disseminada massivamente entre a opinião pública e a mídia para mistificar o caráter da crise, levando a “acreditar” que se trata de uma crise de escassez e não de superprodução. Essas explicações visavam culpabilizar os sindicatos, os povos coloniais e o Estado Social como responsáveis pelo desemprego estrutural. Devido à confusão teórica e política estabelecida e da ofensiva burguesa, grande parte dos sindicatos

fizeram concessões, em alguns casos, cederam em tudo. Passa-se a massificar discursos clássicos da ideologia burguesa: “estamos todos no mesmo barco. Devemos, juntos, defender a empresa”:

O patronato de cada país invoca correntemente os imperativos da concorrência internacional para justificar sua oposição contra qualquer medida eficaz no sentido de reabsorver imediatamente o desemprego: uma redução substancial da duração semanal do trabalho, sem diminuição do salário semanal, sem modificação da organização do trabalho e, portanto, com engajamento obrigatório de mão de obra suplementar (MANDEL, 1990, p. 237).

Esses traços gerais denotam que a crise estrutural do capital fez desmoronar o mecanismo de regulação que vigorou durante o pós-guerra nos países de capitalismo avançado e a reestruturação produtiva modificou o padrão produtivo do binômio taylorismo e fordismo, sem, contudo, “transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista, com vistas a repor os patamares de acumulação existentes no período anterior, especialmente no pós-45, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de acumulação” (ANTUNES, 2009, p. 38). O movimento sindical foi duramente atingido pela dificuldade de aglutinar trabalhadores diante da fragmentação e heterogeneização da classe. Originando também a crise mais intensa do sindicalismo em toda a história que, primeiramente atingiu os países de capitalismo avançado e que, pela dimensão mundializada dessas transformações, atinge na década de 1980 os países de capitalismo dependente. Outro aspecto importante da crise foi a reconfiguração da função do Estado. A crise significou a entrada em uma grande recessão, uma reduzida taxa da expansão econômica, somada a altas taxas de inflação, que mudou significativamente o cenário político mundial. A partir daí a reação burguesa se expressa mais intensamente pelo projeto neoliberal.

A intervenção estatal acionada na fase atual do desenvolvimento capitalista consiste em manter a autonomização relativa bastante restrita. Trata-se de afastar as possibilidades de decisão popular em torno das medidas macroeconômicas neoliberais. Os artifícios utilizados para tal, no interior dos regimes democráticos e das instituições políticas são absolutamente diversos, dentre as quais, desqualificando quaisquer escolas do pensamento econômico que não compactuem com as receitas neoliberais, as únicas passíveis de credibilidade. Existe “uma contraposição entre Estado eficiente e os requisitos da democracia”, para isso pressupõe um Estado forte que se sobrepõe aos interesses organizados (BEHRING, 2008, p. 208). O controle efetivo do Estado e suas instituições são pré-condições para o controle do mercado e, nos tempos atuais “o Estado deixa de funcionar como formalmente de todos – o Estado em sua função de condução da política econômica – e passa a atuar como Estado de alguns mais que de outros – o Estado com predomínio de sua função política de dominação” (VILAS, 1997, p. 149).

Nessas circunstâncias, as decisões da política econômica se restringem a setores chaves da administração estatal, dominados pelos interesses do capital rentista (Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Banco Central etc.) em uma relação promíscua com partidos políticos de direita e seus representantes parlamentares. Essas medidas garantem uma estrutura rígida, impermeável a qualquer participação política, garantindo o pagamento de juros da dívida, que usurpa parcela significativa da riqueza produzida, comprometendo visceralmente o orçamento das políticas sociais. A retórica é democrática, mas as medidas deixam evidentes que a tomada de decisões no que se refere ao ambiente livre e aberto ao mercado deve ser protegida das pressões políticas da luta popular.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Editora Boitempo, 2ª edição, 2009.
- BEHRING, Elaine. **Política Social no Capitalismo Tardio.** São Paulo: Cortez, 5ª edição, 2011.
- BEHRING, Elaine. **Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Editora Cortez, 2ª edição, 2008.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez, 2007.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado.** São Paulo: Editora Boitempo, 2005.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 1990.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.
- HIRSCH, Joachim. **O problema da dedução da forma e da função do Estado burguês.** In: REICHELT, Helmut. et al (Orgs.). **A teoria do Estado: Materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política.** Vol. I São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista.** São Paulo, Editora da Unicamp/Editora Ensaio, 1990.
- MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Abril Cultural, Coleção “Os economistas”, 1982.
- VILAS, Carlos Maria. **La reforma del Estado como cuestión política.** In: Revista Política y Cultura, vol. 8, p. 147-185, 1997.

# MUNDO DO TRABALHO E INSS DIGITAL: REBATIMENTOS NA PRÁTICA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Glete Fabiana Vale

Eliane Marques de Menezes Amicucci

## INTRODUÇÃO

O cenário de crise vivenciado nas últimas quatro décadas afeta diretamente toda a humanidade, o seu alcance e consequências afetam diversas dimensões e não apenas a financeira, tal crise é definida por Meszáros (2009) como uma crise estrutural do capital. Nesse contexto, uma das principais características do capitalismo é a primazia do capital financeiro, que, associado aos grupos transnacionais, comanda a acumulação, bem como direciona os recursos do orçamento público e das políticas sociais dos países endividados.

O tempo presente é de aprofundamento da crise, caracterizado por duros ataques às políticas públicas. Vivencia-se uma fase cruel do capitalismo financeiro com a centralização e concentração de capitais por parte dos grandes monopólios, provocando o aumento da desigualdade social e a privatização de serviços essenciais como a saúde, educação, moradia, previdência social, entre outros.

Após a crise de 1970, o capital busca novas estratégias para a retomada das taxas de lucro. Dentre elas, põe-se em movimento o processo de reestruturação produtiva trazendo novas implicações para a organização do trabalho e, portanto, para o cotidiano da classe trabalhadora. Tais rebatimentos também atingem a categoria de Assistentes Sociais.

De modo geral, quando se fala em trabalho, temos claro que os elementos fundamentais que compõem todo o trabalho se constituem pelo objeto, meios de trabalho, a atividade ou o próprio trabalho (força de trabalho). Sendo assim, todo processo de trabalho em sua forma abstrata, que é a forma como o trabalho assume na produção de mercadorias e existe o assalariamento, é composto por esses elementos. O que de fato irá distinguir o trabalho nas diferentes épocas e no sistema capitalista não é o que se produz, mas como se produz, isto é, quem produz, quem se apropria e como se distribui o que é produzido (MARX, 1996).

O trabalhador nesse sentido possui valor de uso para o capital, assim, o trabalho abstrato é o trabalho contido nas mercadorias, objetivando a produção da mais-valia e reproduzindo o capital.

O trabalho é uma atividade humana criativa, entretanto, ao longo da história o desenvolvimento das forças produtivas, que impulsiona o desenvolvimento tecnológico, se deu por meio

de relações sociais de produção que foram determinantes para o processo de alienação. É com essa prerrogativa que as interfaces no mundo do trabalho têm direcionado aos trabalhadores o aviltamento de sua condição de trabalhador.

O contexto que engendra o exercício profissional do assistente social no Brasil - que também é um trabalhador assalariado - está permeado pelas intensas transformações sociais, econômicas, políticas, culturais, educacionais, advindas de um contexto contraditório e acirradas desde os anos de 1990, e é originário de um processo de contrarreformas de governos neoliberais, o que tem impactado diretamente na vida da classe trabalhadora com alterações significativas em suas condições de trabalho.

Na atualidade, nos anos 2020, assistimos à aprovação da PEC 287/16 que trata da Reforma da Previdência Social, considerada a mais cruel ao sistema de proteção social e desestrutura de forma desumana o conceito de seguridade social brasileiro, dificultando radicalmente o acesso aos benefícios previdenciários. Aliado a isso, também nos deparamos com profundas mudanças na dinâmica de acesso ao INSS através do programa chamado “Inss digital” que travestido de modernização e facilidade de acesso, o limita ainda mais.

É nesse terreno pedregoso que profissionais de Serviço Social tem sua atuação impactada e posiciona-se na contramão da marcha neoliberal e a favor dos direitos, afirmando o compromisso com o projeto ético-político hegemônico na categoria, na defesa intransigente dos direitos humanos e ao lado das lutas sociais pelo reconhecimento dos direitos da massa da população.

Sendo assim, buscando refletir sobre essa problemática é necessário compreender o processo de trabalho do assistente social no INSS na atualidade e o seu processo histórico na instituição, que esse ano completou 75 anos de atuação. Em seguida, apresentamos algumas considerações sobre o recente processo de “modernização” no acesso à previdência social.

## **O SERVIÇO SOCIAL SITUADO HISTORICAMENTE NO CONTEXTO PREVIDENCIÁRIO**

O Serviço Social no Brasil enquanto profissão inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho e, como parte do trabalho coletivo, incide no processo de produção e reprodução das relações sociais capitalistas com vistas a intervir nas expressões da relação capital X trabalho, sendo historicamente requisitadas por instituições públicas e privadas. No que diz respeito à venda da força de trabalho do assistente social, esta é trocada pelo salário e, portanto, “submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados [...]” (RAICHELIS, 2011, p. 425).

Segundo Iamamoto (2002), para compreender as respostas dadas pelos/as assistentes sociais às novas determinações da questão social, é preciso retornar às marcas da origem da profissão no bojo da sociedade capitalista enquanto divisão sociotécnica do trabalho, do “reformismo conservador” e de como as justificativas ideopolíticas se reformulam e se perpetuam na evolução do Serviço Social, sendo assim convém lembrar a historicidade da profissão.

Surge da iniciativa de grupos ligados principalmente à Igreja Católica, mas, vale ressaltar que a demanda por essa formação técnica especializada surgia também em algumas instituições

estatais, ou seja, existia uma demanda por parte do Estado. Na década de 1930 que emerge uma política social voltada para a legislação trabalhista e Sindical, embora com ações corporativas e voltadas para a repressão e desmantelamento da organização política e sindical da classe proletária, características do período conhecido como Estado Novo. Nesse contexto também surgem as grandes instituições sociais e assistenciais que proporcionaram a expansão do mercado de trabalho para os profissionais de Serviço Social. Assim, o Serviço Social deixou de ser uma forma de distribuição de caridade das classes dominantes para se constituir numa profissão executora das políticas sociais do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Nas décadas de 1920-1930, o Brasil vivia um momento marcado pelo fortalecimento do Estado intervencionista, sob a égide do capitalismo monopolista internacional, e por uma política nacional que priorizava o crescimento industrial, ocasionando a expansão do proletariado e a necessidade de respostas às demandas emergentes.

A gênese do Serviço Social brasileiro localiza-se a partir desse contexto histórico e político, no qual a sociedade encontrava-se em uma conjuntura marcada pelo desenvolvimento capitalista, pelos conflitos de classes, pelo crescimento da classe trabalhadora, quando se travava uma luta contra a exploração da mão de obra dessa classe e pela defesa de seus direitos e cidadania, para intervir nos problemas das sequelas da questão social. O Estado passa a intervir na regulamentação do mercado de trabalho e em ações socioassistenciais com o intuito de amenizar a questão social, ou seja, demonstra sua autonomia atendendo algumas reivindicações da classe trabalhadora. É nesse contexto que surge a “questão social”, e que se tornará mais evidente para o país através dos movimentos sociais da classe trabalhadora, se constituindo a partir daí numa ameaça à hegemonia burguesa que sente a necessidade de manter um controle social sobre essa força de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Assim, a “questão social” exigiu profundas modificações na sociedade, proporcionando o reconhecimento da classe operária e de sua inserção no cenário político, por parte do Estado, fazendo-se necessário a implantação de políticas que atendessem de alguma forma os interesses dessa classe (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008)

Tal momento também é de fortalecimento da ideologia conservadora em vários países do mundo e no Brasil. O conservadorismo é a tônica da ordem vigente, do projeto dominante, do Estado mínimo, do individualismo, da meritocracia, do abuso, da opressão e exploração da classe trabalhadora, exigindo da categoria compreensão e estratégias de enfrentamento.

Essa conjuntura propiciou os condicionantes para o seguimento do Serviço Social previdenciário, tendo em vista que a previdência social seria a política que iria viabilizar o acesso aos benefícios e serviços que asseguravam o trabalhador em várias fases e áreas da vida e o assistente social seria o profissional que teria a atribuição de esclarecer aos usuários sobre os seus direitos e benefícios.

Segundo Silva (2008) a primeira intenção de seguridade foi o seguro social e teve como marco a lei Eloy Chaves de 1923, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) voltadas para algumas categorias de trabalhadores. Na década de 1930 surgem os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) no governo de Getúlio Vargas. Em virtude do processo de industrialização e conseqüentemente da organização dos trabalhadores, o governo se vê obrigado a desenvolver medidas de proteção social para a classe trabalhadora.

Conforme Yazbek (2008) em 06 de Abril de 1944 o Serviço Social foi institucionalizado na Previdência através da portaria n.25. As ações desenvolvidas eram de cunho assistencialista e buscava atenuar os impactos das grandes transformações decorrentes do desenvolvimento, porém, as situações-problema eram vistas como problemas individuais. Desse modo, o trabalho dos assistentes sociais nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) eram um trabalho complementar, educativo e individualizante e esta forma de trabalho durou 30 anos (SILVA, 2008).

Na década de 1960 no Brasil, instala-se a autocracia burguesa. Esse período representou um retrocesso do ponto de vista dos direitos civis e políticos, da socialização da esfera estatal e da economia. O Serviço Social no Brasil passava por um período de mudanças, num contexto de expansão do capitalismo mundial. Assim, a profissão assume as inquietudes e insatisfação desse momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional e a sua matriz teórico-metodológica, assim como as dimensões técnico-operativa e ético-política, por meio de um amplo movimento, conhecido como Movimento de Reconceituação.

O processo de renovação da categoria profissional vai influenciar conseqüentemente a prática no âmbito previdenciário através do Plano Básico de Ação do Serviço Social de 1972 e 1978 e da Matriz Teórico-Metodológica de 1994, chamada de Documento Matriz, já que eles foram os parâmetros da atuação do Serviço Social previdenciário (NEVES; SILVA, 2008).

Segundo Faleiros (2008), em 1978 foi aprovado o segundo PBA para o Serviço Social do INPS. O PBA/78 tinha uma metodologia funcionalista e sua abordagem junto aos beneficiários da Previdência era uma abordagem psicossocial, sendo uma atuação despolitizada. Por outro lado, de acordo com Neves; Silva (2008) o PBA/78 corresponde à forma encontrada pela categoria profissional de responder as demandas do processo de modernização pela qual passava a Previdência Social e também foi uma forma de conquistar o espaço profissional.

Ainda com base em Netto (1996), as ações do governo no fim da década de 1960 e início da década de 1970 reforçavam a atuação do Serviço Social “tradicional” prejudicando o Serviço Social na sua prática e na sua formação profissional, mas, a “modernização conservadora” trouxe uma racionalidade burocrático-administrativa no campo de atuação profissional, o que exigiu uma postura “moderna” dos assistentes sociais para atender as demandas daquele contexto e isso acarretou no início da erosão do Serviço Social “tradicional”. Um dos pontos teórico-metodológicos trazidos no processo de renovação seria a visão profissional voltada para problemáticas macrossociais, como também a sua inserção em equipes multiprofissionais. Com a renovação teórico-metodológica, a categoria profissional buscava uma elevação no seu padrão científico, técnico e cultural (NETTO, 2011).

Esse movimento também chega aos Assistentes Sociais da Previdência Social, que, em âmbito institucional, tem novas competências definidas a partir do artigo 88 da Lei n. 8.213 de 24/07/1991. Esta lei, dispõe das competências do Serviço Social, atribuindo-lhe esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e estabelecer com eles o processo de resolução de problemas que emergem na relação com a Previdência Social, tanto no âmbito institucional como na dinâmica da sociedade.

Adentrando a década de 1970 os direitos sociais são ampliados em detrimento dos direitos políticos. A cobertura dos benefícios da previdência social é estendida para categorias que permaneceram até então desprotegidas, como as trabalhadoras domésticas e os trabalhadores rurais.

Por um lado, houve um enfraquecimento da lógica do seguro submetido a uma lógica de direito de cidadania; por outro, apesar da inclusão dos trabalhadores rurais no sistema da previdência ter sido sob uma lógica social, tendo em vista que não depende da contributividade, essas mudanças não rompem com a lógica securitária (SILVA, 2012).

Em contrapartida, apesar da expansão dos direitos sociais, o Estado reduziu progressivamente a sua contribuição no financiamento da previdência social. Essa isenção de responsabilidade repercute numa penalização para os trabalhadores, tendo em vista que as contribuições sociais se tornam a fonte principal do financiamento. Além disso, os impostos criados para assumir a parcela da participação estatal recaem sobre os consumidores, repassando a responsabilidade do financiamento de uma política que não é universal. Enquanto nos países centrais os processos de ajustes e reformas já estavam em curso a partir da década de 1970, no Brasil a década seguinte, os anos de 1980, é palco de importantes acontecimentos. Essa ofensiva representa uma profunda diluição dos princípios de universalidade, integralidade e pulverização do financiamento das políticas sociais, sobressaindo a lógica do Estado mínimo para o social e máximo para o capital.

A década de 1980 foi muito importante para o enriquecimento do Serviço Social, proporcionando a construção do projeto ético-político profissional que se materializa no Código de Ética da profissão, na Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão e, atualmente, na nova proposta de Diretrizes Gerais para a formação acadêmico-profissional em Serviço Social (IAMAMOTO, 2009).

Partindo do entendimento de que as políticas sociais não podem ser analisadas sem perceber sua interlocução com a política econômica, percebe-se que as metas dos programas de reforma visam a redução de gastos públicos, a ampliação do setor privado, portanto, se configuram como medidas para enfrentar as crises da reprodução capitalista, inerente a este sistema, que impõe redefinições da ação reguladora do Estado. É, portanto, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995) que as primeiras medidas neoliberais se materializam. As justificativas, amplamente difundidas de tal reforma, se assentam principalmente na ideia de déficit previdenciário.

Essas medidas incidem sobre a prática profissional do assistente social impondo limites e desafios exigindo um constante desenvolvimento e fortalecimento de sua instrumentalidade, munidos de uma perspectiva ético-política, teórico-metodológica e técnico operativa com vistas na defesa e garantia dos direitos sociais. É, portanto, nesse cenário adverso no qual se insere o profissional de Serviço Social na política da previdência social. Tendo em vista que a prática profissional esbarra nas requisições e limites institucionais e da própria dinâmica das relações sociais vigentes.

A atuação do Assistente Social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante. Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro polo (sic) pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. A partir dessa compreensão é que se pode estabelecer uma estratégia



profissional e política, para fortalecer as metas do capital ou do trabalho, mas não se pode excluí-las do contexto da prática profissional, visto que as classes só existem inter-relacionadas. É isto, inclusive, que viabiliza a possibilidade de o profissional colocar-se no horizonte dos interesses das classes trabalhadoras” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2008, p. 75).

Em 1990 a atuação do Serviço Social previdenciário avança devido a Constituição Federal de 1988, a qual passa a garantir direitos sociais e a participação dos usuários na gestão das políticas públicas, rompendo assim com o modelo tradicional.

O Assistente Social passa a esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los, estabelecendo com eles o processo de resolução de problemas que emergem na relação com a Previdência Social, tanto no âmbito institucional como na dinâmica da sociedade. Tendo como atribuição, além de facilitar o acesso aos benefícios e serviços previdenciários, estabelecer o processo de solução dos problemas sociais relacionados à Previdência Social. Vale salientar que tem direito ao Serviço Social todos os segurados, dependentes e demais usuários da Previdência Social.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que com a Reforma Administrativa e Reforma da Previdência Social, ambas em 1998, houve a tentativa governamental de extinguir o Serviço Social dos quadros institucionais do INSS. A medida provisória n. 1.729/98 acabava com o Serviço Social previdenciário e com o art.88 que definia suas atribuições, mas as lutas de diversos órgãos impediram essa intenção, e com o decreto n. 5.870/2006 o Serviço Social foi incluído novamente na estrutura regimental do INSS (CARTAXO; CABRAL, 2008).

Durante o governo Collor foi instituído um projeto de modernização administrativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Projeto-24 denominado Modelo Conceitual de Benefícios e Serviços Previdenciários / Projeto-24. O PBA/78 deixa de ser a base da prática profissional do assistente social na Previdência. E com a influência do Projeto-24, em 1994, o Documento Matriz traz a nova proposta de intervenção (NEVES; SILVA, 2008). O referido documento foi um marco na história da profissão na Previdência, porque definiu a atuação possibilitando profundas mudanças na dinâmica profissional, buscando o resgate do exercício da cidadania e do direito, ultrapassando a prática profissional de bases conservadoras, para apreender criticamente a realidade social.

A nova proposta de trabalho do Serviço Social do INSS construída coletivamente, é definida pelo posicionamento dos assistentes sociais na defesa dos direitos sociais e da cidadania e a recusa dos profissionais a serem meros interlocutores institucionais.

O novo paradigma, ao entender a previdência social como um direito social, compoendo a seguridade social pública, conquistado historicamente na relação capital/trabalho, resgata o caráter contraditório presente na política previdenciária, atende às demandas do capital via controle social dos trabalhadores através de medidas compensatórias, mas também atende às demandas legítimas dos trabalhadores quando estes exigem a intervenção do Estado, nas manifestações da questão social. Neste sentido, o assistente social deverá buscar estratégias de intervenção profissional, que se traduzem no fortalecimento dos trabalhadores na busca dos direitos sociais.

No dia 12 de novembro de 2019 foi promulgada a reforma da previdência, após quase 9 meses do governo federal ter enviado a proposta ao legislativo. Dentre as principais mudanças

está a fixação da idade mínima de 65 para homens e 62 para mulheres. O tempo mínimo de contribuição foi estipulado em 20 anos para homens e 15 anos para mulheres.

Como parte do processo de contrarreforma e no auge da implantação do INSS digital, o governo propõe a Emenda Constitucional 905/2019, representando um violento ataque aos direitos trabalhistas, dentre eles, exclui o Serviço Social do INSS, enquanto serviço oferecido à população desde a década de 1940, fato esse que corre pela segunda vez na história da profissão, na política da previdência social. A medida propõe revogar a alínea b do inciso III do caput do art. 18 da lei 8.213 de 1991. Ou seja, apesar de manter o artigo 88 da referida lei, que prevê as competências do serviço social, a MP visa extinguir o único serviço “porta aberta” oferecido à população. Após mobilização da categoria e da população, a medida foi suprimida.

Dessa forma, o fazer profissional do Assistente Social, no âmbito do INSS, é permeado pelo desafio constante de reafirmar-se, redefinir-se e reconstruir seus referenciais, colocando-se sempre na direção dos interesses de seus usuários. Tem, portanto, sua intervenção voltada para a defesa dos direitos sociais dos usuários e a melhoria das condições de vida dessa população, através de seus serviços e recursos, bem como pelo exercício de uma ação socioeducativa e emancipatória, defendendo e efetivando seus direitos (YAZBEK, 2008).

Considerando a relativa autonomia que o profissional de Serviço Social dispõe nos diferentes espaços sócio institucionais, coloca-se como desafio para este profissional articular os limites e possibilidades, direcionando sua ação para os interesses dos usuários, buscando expandir seu campo de trabalho por meio de suas possibilidades e competências técnico - operativa, respondendo as demandas de forma ética e política, efetivando sua atuação na direção social e política do projeto profissional (IAMAMOTO, 2008).

## **AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS REBATIMENTOS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

O período marcado pela adoção do modo de produção keynesiana e fordista (1930-1970) foi um período de grande expansão do capital, “com forte crescimento da demanda efetiva, altas taxas de lucros, elevação do padrão de vida das massas no capitalismo central, e um alto grau de internacionalização do capital ” (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 88). Foi um período marcado por uma aproximação entre as classes, no qual assegurava-se direitos sociais e trabalhistas a classe trabalhadora, assim:

Houve, naquele momento, uma melhoria efetiva das condições de vida dos trabalhadores fora da fábrica, com acesso ao consumo e ao lazer que não existiam no período anterior, bem como uma sensação de estabilidade no emprego, em contexto de pleno emprego keynesiano, diluindo a radicalidade das lutas e levando a crer na possibilidade de combinar a acumulação e certos níveis de desigualdade (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 89).

Foi um momento de grande intervenção estatal nas relações capitalistas e de implementação de políticas universais à classe trabalhadora, que começa a declinar nos anos 70, marcando o início da atual fase do capitalismo em detrimento da grande crise no capitalismo monopolis-

ta, caracterizados pela forte recessão econômica. O padrão de acumulação fordista, baseado na produção em série e o keynesianismo com o Welfare State, não conseguiram mais deter a tendência à queda da taxa de lucro.

Do modo geral, o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. [...] A rigidez dos componentes do Estado foi a intencionalidade à medida que programas (seguridade social, direitos de pensão etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansões da base fiscal para gastos públicos [...] (p. 135-136). (Harvey, 1996).

Desse modo, ao analisar o processo sociohistórico dos modelos de organização do trabalho, o modelo taylorista-fordista se constituiu não apenas em um modelo de organização do processo produtivo, com uso intensivo da força de trabalho em meio à transformação tecnológica, mas, também, em um meio de assegurar a valorização e a acumulação de capital. Essa dinâmica que compatibilizou trabalho, consumo, renda e direitos sociais vem sendo acompanhada da expropriação e das contradições próprias desse processo de acumulação.

O atual estágio de desenvolvimento do capital assenta-se no processo de reestruturação produtiva. Para Antunes (2015), essas transformações afetam atualmente os processos de trabalho, e as relações de produção têm impactos sobre os trabalhadores. Segundo o autor, o que está em questão é a expropriação acompanhada de contradições inerentes ao capital e ao trabalho. Essa realidade é evidenciada pelo aumento do controle do trabalho, pela intensificação do ritmo de produção em razão das novas tecnologias, das novas formas organizativas e de gestão do trabalho e, ao mesmo tempo, pela maior desregulamentação das relações do trabalho.

Diante da crise, o grande capital procura novas estratégias para garantir o aumento das taxas de lucro e o Toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos 1970. Em vez do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe.

O advento do toyotismo, como parte do complexo de reestruturação produtiva, envolveu inovações tecnológicas e organizacionais, visando o aumento da produtividade e flexibilização das relações de trabalho. Ambos os modelos trazem consequências nefastas aos trabalhadores, inclusive relacionadas ao processo de saúde-doença-trabalho, aliadas à precarização presentes nas condições e relações de trabalho.

Esse novo modelo de produção trouxe implicações cruéis para a classe trabalhadora. Segundo Antunes (2011):

Na década de 1980 presenciou-se, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2011, p. 23).

Neste contexto, os reflexos para a classe trabalhadora, provenientes da reestruturação produtiva juntamente com a ofensiva neoliberal, foram nefastos. Com a expulsão dos trabalhadores do setor formal para o informal há uma crescente massa de desempregados, engrossando assim, o exército industrial de reserva. Os resultados disso são: diminuição da taxa salarial; perda do poder político dos trabalhadores, ou seja, desorganização política; atitude individualista e defensiva do trabalhador. Além disso, há o aumento da subcontratação, da terceirização e do trabalho temporário, submetendo o trabalhador à precarização e ao esvaziamento dos direitos trabalhistas.

Na tentativa de fomentar o processo de acumulação do capital, atualmente comandado pelo capital financeiro, outro rebatimento que chega à classe trabalhadora é a insegurança e a incerteza com relação ao acesso aos benefícios previdenciários e principalmente à aposentadoria. Em tempo de mudanças das relações de produção, da organização material, no modo de gestão e, na compra e venda da força de trabalho, motivadas pelo processo de reestruturação geral do capital, percebe-se uma dada intensificação e precarização das condições de trabalho, com intuito de estabelecer novo período de acumulação do capital. A precarização do trabalho girou em torno do rebaixamento dos direitos com a diminuição considerável dos contratos formais de trabalho (e que garante direito a férias, seguro-desemprego, fundo de garantia, décimo terceiro salário e etc.) em substituição dos contratos temporários, ou do trabalho informal, redirecionando trabalhadores para a seara da instabilidade econômica e social. Além disso, o cotidiano do trabalhador tem sido ordenado pelas metas inalcançáveis de produção, pelo aumento do ritmo do trabalho, pelo acúmulo de tarefas, pela rotatividade do emprego e pela ameaça do desemprego.

Aliado ao processo de flexibilização das relações de trabalho, a incorporação das novas tecnologias está presente no cotidiano do trabalhador o que tem contribuído para o processo de intensificação do trabalho, para que se atinjam as inúmeras metas requisitadas pelas instituições, pressionados pela quantificação dos atendimentos, dando caráter cada vez mais tecnicista ao trabalho do assistente social, além de contribuir para o processo de fragmentação do trabalho.

O trabalho na sociedade é produto do estágio de desenvolvimento capitalista e traz importantes repercussões sobre a proteção social e, conseqüentemente, sobre o papel do Estado. Historicamente, o Estado tem papel central na regulação das relações sociais da produção capitalista, portanto, a formação do Estado moderno pode ser entendida como “[...] uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

A reestruturação produtiva teve também implicações na esfera da produção e no aparato institucional implicando no papel do Estado, além da desregulamentação e flexibilização dos direitos do trabalho, reconfiguração das políticas sociais com tendências de privatização, mercantilização e refilantropização (ALMEIDA, ALENCAR, 2011).

Essas modificações trazem novas exigências ao Serviço Social. O mercado de trabalho passa a requisitar novas competências, habilidades, redesenhando as atribuições profissionais. Ressaltamos que a configuração das áreas e espaços institucionais de atuação profissional insere-se no contexto mais amplo de configuração do mundo do trabalho, ou seja, no processo de produção e reprodução da vida social, daí a sua dinamicidade. É nesse espaço que se manifestam as expressões da questão social, o que desafia ao profissional a assimilar as demandas tradicionais e emergentes.

Estas mudanças estão diretamente relacionadas às formas políticas e institucionalizadas de enfrentamento da questão social e das mediações existentes entre as instituições sociais, exercício profissional dos assistentes sociais e as políticas sociais.

As políticas sociais estão subordinadas à desregulamentação dos mercados com suporte do Estado não viabilizando a universalidade, pelo contrário, focalizando tais políticas aos segmentos empobrecidos da classe trabalhadora.

No que se refere à previdência social, o momento é de luta, diante do movimento de contrarreforma da Previdência Social. É realidade a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n. 287/2016, que trata da Reforma da Previdência, considerada a mais cruel ao sistema de proteção social e que desestrutura de forma desumana o conceito de seguridade brasileiro, dificultando radicalmente o acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais.

Guiada pelo capital financeiro e sob a alegação do déficit, a nova previdência trará grandes prejuízos, na medida em que os trabalhadores com maiores rendimentos serão expulsos da previdência pública devido às regras restritivas e tenderão a buscar a previdência complementar pública ou privada. Além disso, representa o fim do sistema de seguridade social brasileiro. Assim, “O que está determinando a agudização desse movimento de contrarreforma da Previdência Social neste momento conjuntural é a força imperativa do capital financeiro sobre o Estado brasileiro. É para atender aos seus interesses que a Previdência Social está desmontada” (SILVA, 2012, p.152).

O trabalho formal, como principal acesso ao direito previdenciário, embora tenha apresentado ampliação nos últimos anos, mantém-se com retração e queda a partir de 2015, resultante do contexto adverso no cenário econômico, político e social no âmbito nacional e internacional. No Brasil, a instabilidade política decorrente do golpe de 2016, aliada à orientação neoliberal no plano macroeconômico e no modelo de desenvolvimento nacional e à adoção de medidas manipulatórias que atingem e afetam fortemente os direitos dos trabalhadores, agrava o quadro relativo ao trabalho formal e atinge a proteção social aos trabalhadores.

Como bem explica Boschetti (2008), a previdência social, assentada no trabalho formal, ao se constituir como núcleo central e histórico do sistema brasileiro de proteção social, juntamente com a elevação da assistência social como política pública, não superou a clivagem entre capazes e incapazes para o trabalho, reforçando que este – o trabalho – é quem define quem tem direito ou não tem direito à previdência social.

O desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação tem contribuído para o mundo do trabalho, dando novos contornos à atividade profissional nos contextos industriais ou de serviços, como também nos setores público ou privado.

Neste contexto, surgem novos desafios para o serviço social que na previdência social atua diretamente aos usuários tendo em vista viabilizar o acesso desses à política previdenciária, historicamente tão completa, e colocam-se importantes reflexões quanto à relação do trabalhador e o INSS: em que medida a implementação destas ferramentas irão facilitar o acesso aos benefícios? Ou que conflitos se colocam também para os servidores, e em particular para o serviço social na integração dessas tecnologias à sua atividade?

As discussões aqui propostas buscam contribuir para o debate acerca dos impactos da integração das novas tecnologias na atividade profissional, a partir da análise sobre as transfor-

mações em curso no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, organização do serviço público federal brasileiro, responsável pelo gerenciamento da política de Previdência Social no Brasil.

Diversas iniciativas pautadas na melhoria da gestão do atendimento vêm sendo empreendidas no INSS nos últimos anos, culminando na recente concepção do ‘Projeto INSS Digital: uma nova forma de atender, que vem sendo paulatinamente expandido para todas as unidades de atendimento do país.

Com a digitalização do trabalho, a instituição busca soluções mediadoras da relação dos trabalhadores com os usuários e destes com a instituição, a partir da ampliação dos serviços online e da externalização de parte das atividades do INSS. Porém, estas transformações têm sido objeto de debate entre servidores e suas entidades sindicais representativas, no sentido de compreender as implicações futuras tanto para os trabalhadores como para os usuários, e delinear estratégias para a proteção da saúde no trabalho neste cenário de digitalização.

Na realidade, percebe-se as diversas restrições à prestação de serviços de qualidade aos cidadãos, tendo em vista o crescimento da população e o significativo aumento da demanda por serviços do INSS; a diminuição progressiva da força de trabalho na instituição, sem perspectiva de reposição; e a dificuldade de acesso da grande massa às tecnologias, inclusive internet.

Embora a instituição tenha efetuado acordos de cooperação técnica com organizações públicas, no caso específico de Palmas/TO, por exemplo, com a prefeitura a partir do Resolve Palmas, o que tem ocorrido é que o referido serviço tem limitações em prestar informações detalhadas e precisas quanto ao acesso à previdência social. Sendo assim, ainda é grande o fluxo de beneficiários nas unidades de atendimento do INSS (APS).

A construção da relação com o usuário a partir do atendimento digital coloca em questionamento a qualidade da atividade de análise de benefícios previdenciários. Se, por um lado, o atendimento à distância é avaliado positivamente por permitir maior concentração do trabalhador para a realização de um trabalho bem feito, por outro, a presença do beneficiário no momento da análise possibilitava que possíveis dúvidas dos analisadores pudessem ser imediatamente dirimidas, além de figurar como importante oportunidade de repasse de informações e esclarecimentos para o usuário.

Diante do contexto, os servidores precisam desenvolver estratégias para mediar algumas tensões, as quais colocam em questão, especialmente: as metas e modalidades de controle de produção, a formação para o trabalho e a relação com o usuário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vigência da política neoliberal, iniciada na América Latina com vigor a partir da década de 1990, faz com que os Estados sacrifiquem o bem-estar da população em favor do mercado, impactando cruelmente a classe trabalhadora.

Para Antunes (2013), a classe-que-vive-do-trabalho diz respeito à totalidade de homens e mulheres, produtivos e improdutivos, desprovidos de meios de produção e que são constrangidos a vender sua força de trabalho no campo e na cidade em troca de salário; ou seja: o proletariado

industrial e rural, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores de *telemarketing* e *call centers*, além dos desempregados.

A racionalização do trabalho é uma necessidade do capital, para controlar os processos de trabalho e incrementar a mais valia. No âmbito público, mesmo que tardiamente, a racionalização do trabalho também foi introduzida e tornou-se um meio do Estado para explorar o trabalho e reduzir direitos. No INSS esse processo está sendo implementado gradativamente provocando mudanças nos processos de trabalho de todos os trabalhadores da Instituição, inclusive os assistentes sociais.

O Serviço social é tido como especialização do trabalho, atuando na produção e reprodução da vida social. O que supõe apreender a chamada prática profissional profundamente condicionada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade. Trata-se de um conhecimento que apreende dialeticamente a realidade e o seu movimento contraditório, presente na sociedade de classes (IAMAMOTO, 2001)

A nova forma de organização do trabalho adotada pelo INSS, que limita a autonomia do profissional, bem como o acesso dos trabalhadores aos seus direitos, aos benefícios previdenciários, assistenciais ou de reabilitação profissional. A articulação entre a perspectiva institucional sobre o novo modelo de atendimento e a análise das situações concretas permite identificar uma lacuna entre aquilo que está previsto e o que tem sido concretizado nas diferentes unidades do INSS.

Assim, cabe ao Serviço Social desenvolver mecanismos e respostas para o desenvolvimento de ações que propicie uma prática propositiva e reflexiva, com vistas em estabelecer, na mediação entre capital e trabalho, ganhos para a classe trabalhadora. Essa articulação exige do profissional leitura crítica da realidade social, dos momentos conjunturais, assim como o domínio da legislação previdenciária e do arcabouço legal que respalda e regulamenta a atuação profissional na direção de garantia dos direitos sociais na direção do projeto ético-político profissional.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel.; LOPES, Josefa Batista. O Plano Básico de Ação do Serviço Social no INPS – 1972: racionalidade técnica modernizadora no serviço assistencial da política previdenciária. *In: Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes*. BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2007.

ALMEIDA, Ney Luís Teixeira.; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Matriz teórico metodológica do serviço social na Previdência Social.** Brasília/DF, MPAS, 1995.

BRAZ, Marcelo. **Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas.** Serviço Social e Sociedade. n 111, São Paulo: 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Rotação do capital e crise: fundamentos para compreender o fundo público e a política social.** In: SALVADOR, Evilasio et al. **Financeirização, Fundo Público e Política Social.** São Paulo: Cortez, 2012. Cap. 6. p. 153-179.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, set. 2011.

CARTAXO, Ana Maria Baima. **Estratégias de sobrevivência: a Previdência e o Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1995.

CARTAXO, Ana Maria Baima; CABRAL, Maria do Socorro. **O processo de desconstrução e reconstrução do projeto profissional do Serviço Social na Previdência – um registro de resistência e luta dos assistentes sociais.** In: BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro. **O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FONTES, Virgínia. **Brasil e o capital imperialismo: teoria e história.** Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2010.

HARVEY, David. **Condição Pós Moderna.** São Paulo. Editora Loyola, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro 1, v.1.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital.** Tradução: Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** Tradução Paulo Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Unicamp; Boitempo, 2002.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 16. ed; São Paulo: Cortez, 2011.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 107, set. 2011.



SILVA, Maria Lúcia Lopes da. **Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Ademir Alves da. **O Serviço Social na Previdência Social: entre a necessidade social e o benefício**. In: BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro. **O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Análise da Matriz Teórico Metodológica do Serviço Social no INSS (1995), considerando a política previdenciária, suas determinações sócio-históricas e o projeto hegemônico do Serviço Social**. In: BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro. **O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

# CRIME ORGANIZADO: DA RESPONSABILIDADE À DEGENERESCÊNCIA SOCIAL

André Luiz Augusto da Silva

Wellington Macedo Coutinho

## INTRODUÇÃO

O mundo sentiu significativa ampliação da sua população carcerária, em especial em alguns países como o Brasil e os EUA, e não ao acaso pensadores tais como Garland (2001) e Wacquant (2001), entre outros, identificaram a instauração e desenvolvimento de um “Estado penal” nos países que mais tiveram aumento de sua população carcerária. Trata-se mesmo de uma lógica de mediação das relações sociais pela lei, sobretudo a penal, permitindo a mitigação ou sobrestamento da cultura, da política, do diálogo e da cooperação nesse modelo social de vida humana.

Noutro aspecto e na linha que afiança Silva (2014), o mercado aparece cunhado ao cárcere, buscando gerenciar o sistema prisional com toda a relação que se põe quando se percebe o interesse econômico nas relações sociais<sup>2</sup>.

Com esses cenários, a sociabilidade capitalista põe em xeque a proposta de reintegração por via dos dispositivos de ajustamento de indivíduos, fundamentalmente quando esses se revestem de endurecimento penal, uma vez que ampliam a revolta e em geral, quase sempre, desencadeiam a articulação do crime para ações dentro e fora das unidades prisionais, como temos visto corriqueiramente no Brasil.

Sem perder de vistas esse panorama, buscaremos inicialmente caracterizar o ambiente de gestação dos partidos criminosos, considerando toda a axiologia e a ideologia que se perpetua intramuros e no seio da sociabilidade. Posteriormente, adentraremos ao cenário jurídico-político nacional e sua relação com o cárcere, e por fim, enfatizaremos as propostas atuais do Estado para o enfrentamento dessa realidade e uma provável prospecção de futuro.

O presente texto foi desenvolvido a partir dos estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em Ética e Área Sociojurídica da Universidade Federal do Tocantins (GEPE-ASJ-UFT) e do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação nas Prisões da Universidade Federal do Tocantins (NEPEEP-UFT), ambos vinculados ao Campus Universitário de Miracema – TO e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSOCIAL). Os dados utilizados no presente artigo são de domínio público.

2 Vide Batista (2012).

## O AMBIENTE DE FORMAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO NA ENXOVIA

Durante décadas o Brasil relegou aos presídios o que a sociedade denominava de “escória social”, experiências mal-acabadas como a orquestrada durante o período militar na Ilha Grande, determinou, ao contrário do que esperavam os que assim procederam, um elemento de enfrentamento no sentido de resistência ao *establishment*. Evidentemente o que deveria servir de aprendizado para as denominadas “autoridades”, diga-se de passagem, obscurecidas na perspectiva de “Gerson”, que apregoa que se deve levar vantagem em tudo, alicerçadas por uma “elite” nas mesmas contas axiológicas, desencadeou um cruento espaço de violência e descaso intramuros, a fim de pôr ferros através da pura retribuição penal às camadas de menor acesso às benesses da lei, ou seja, despossuídas de acesso à justiça, ou àqueles antagonistas políticos que careciam ser silenciados; para essas franjas sociais, a justiça se apresenta em forma de sentença.

Todavia, o fenômeno da criminalidade não se faz presente apenas em camadas menos abastadas da sociedade, ou àquelas franjas que se põe politicamente em oposição a dado regime, o crime se encontra de fato, em toda a sociabilidade, inclusive nos ambientes de promoção, proteção e defesa da lei, no entanto, salvo exceções, é àquela parcela vulnerável economicamente ou oposicionista politicamente, que ocupa os parques penitenciários nacionais e para elas, a dureza da lei é a medida, ou a frouxidão, se quisermos sopesar que no interior dos muros, no convívio carcerário, a Lei de Execução Penal, ainda e de certo modo, é uma utopia, nesse contexto, e de várias maneiras, a frouxidão legal permite que mesmo quando a “elite” encontra-se intramuros, sua pena não seja cumprida de mesmo modo que os demais e que se estabeleça todo um mercado intramuros.

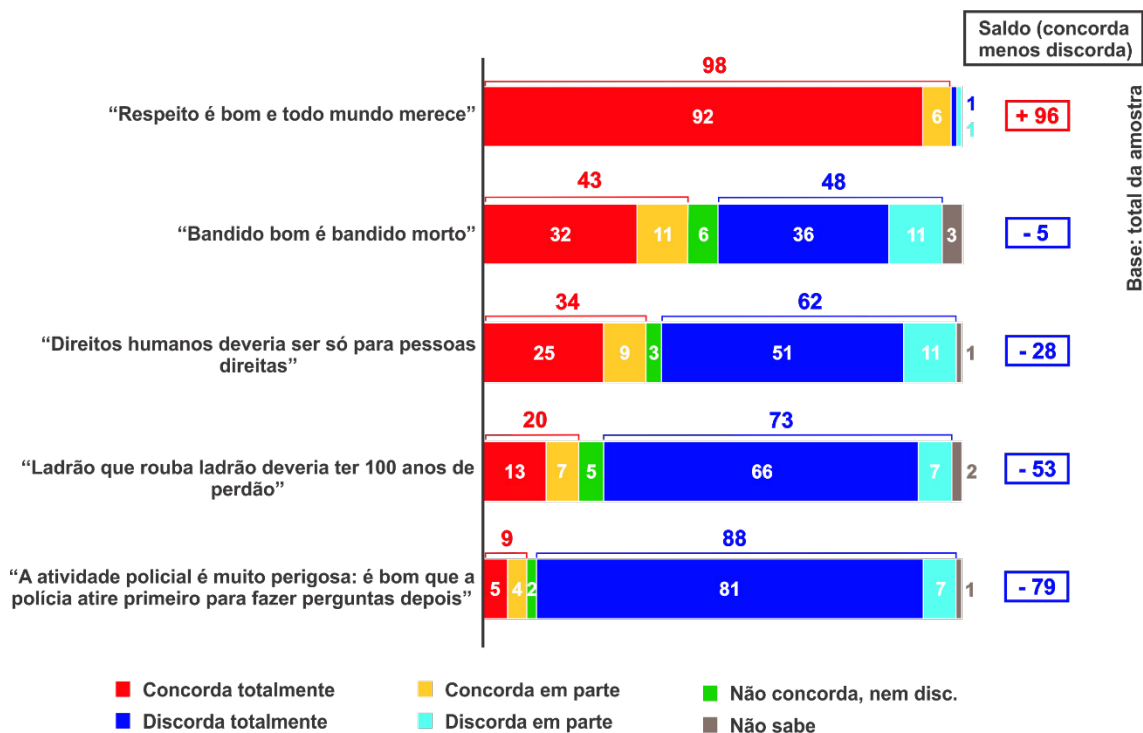
Com princípio de Paz, Justiça, Igualdade, Liberdade, etc., em seus estatutos, as chamadas facções, tais como Comando Vermelho (CV); Primeiro Comando da Capital (PCC); Família do Norte (FDN), as Milícias, entre outros, se desenvolveram não apenas no interior das unidades prisionais, alguns estão dentro das instituições, inclusive policiais; de fato, ousamos afirmar que ali, na enxovia, o fenômeno foi semelhante àquele princípio de incubadoras de empresas, o ambiente seria propício à gestação dessa articulação, que fora do cárcere se colocava mais frouxo.

Portanto, não seria díspare perceber que a resistência fora elemento fundamental do existir no cárcere, fato que o legislador ousou resguardar, com ações intramuros de respeito à dignidade da pessoa humana, todavia, entre o texto legal e o mundo factual, ocorre um significativo abismo.

Desse modo, o discurso da segurança, do “bandido bom é o morto”, dos “Direitos Humanos para humanos direitos”, são chavões desprovidos de historicidade, de realidade, e repleto de superficialidade e conceitos prévios, servem a um leque desqualificado de “rambos tupiniquins<sup>3</sup>”, políticos oportunistas e a uma mídia de cunho sensacionalista-populista, que assim como Marx (2008, p. 239) falara a Proudhon, cabe perfeitamente nessa ocasião, falar a esses: “Nada mais fastidioso que o *locus communis* [lugar-comum - latim - N.E.], que se torna fantasia”. Vejamos alguns exemplos desse veio ideológico nebuloso:

3 Nesses o que se ganha na massa muscular, e em uma pseudo coragem, se perde de cérebro, e acabam em colaborar com a formação dos partidos criminosos.

Figura I - Gráfico: Opinião sobre frases

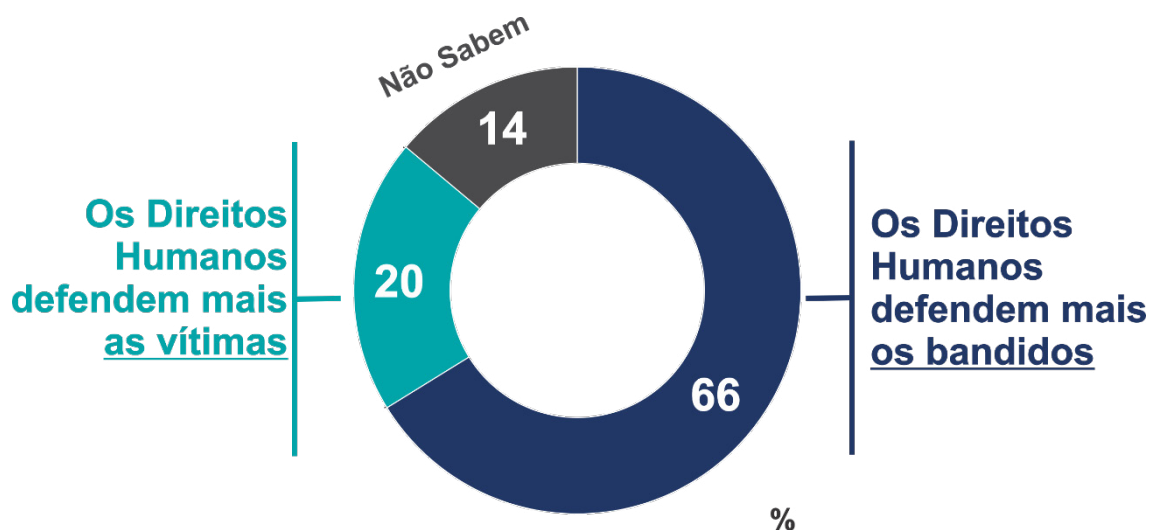


Fonte: SEDH/PR – 2008

Observemos que a frase de maior concordância é aquela que democratiza o respeito para todos com 98% entre as concordâncias integrais e parciais; já a frase “bandido bom é bandido morto” obteve 43% das concordâncias integrais e parciais; a frase “Direitos Humanos deveriam ser para pessoas direitas” obteve 34%, sendo 25% de concordância total e 9% de concordância parcial; enquanto a frase “A atividade policial é muito perigosa é bom que a polícia atire primeiro para fazer perguntas depois”, recebeu 88% de discordância, sendo 81% de discordância total e 7% de discordância parcial.

Ocorre que em 2018, o Instituto Ipsos, realizou pesquisa de opinião com os seguintes resultados:

Figura II - Gráfico: Opinião sobre Direitos Humanos.



Fonte: IPSOS (Pulso Brasil) – 2018.

No gráfico II se acentua a ideologia que se ancora na lógica da retribuição penal severa, vejam que 66% apontam a afirmação dos chavões antes citados; essa ideologia, no entanto, determina não apenas o nexos de asseveração das metodologias prisionais, no sentido de acirrar ações de sofrimento intramuros, seu alcance abriga também outros aspectos da vida social, e um deles é exatamente o conceito de “tolerância zero” na atividade policial, que em geral resulta em ações violentas, é interessante perceber que se por um lado, os dados apontam a queixa de ações voltadas para a preservação da dignidade da pessoa humana, como se verifica no gráfico I sobre os Direitos Humanos e apoio ao respeito geral, o que em tese o segundo mote deveria resultar na mitigação da violência no seio da sociedade, uma vez que as relações sociais estariam sujeitas a referenciais mais democráticos e cooperativos. Por outro lado, todavia, é possível ainda se verificar que a população nacional possui preocupação com a atuação da polícia, uma vez que sua ação muitas vezes, é cunhada de violência.

Então de certo modo, se aceita que as ações sejam cruentas para os denominados “bandidos”, porém, a questão é que essa ideologia não consegue realizar a seletividade desejada, uma vez que, ao fim e ao cabo, conforme averigua Wacquant (2001), a lógica se alinha à afirmação do *establishment* e não das pessoas.

Ainda nesse veio, veja-se que Ribas (2018), ao analisar a obrigação constitucional do Ministério Público no controle externo das polícias, aponta um questionável sistema de controle dos Ministérios Públicos sobre a resolução 129/2015, que estabelece regras mínimas de atuação do Ministério Público no controle externo da investigação de morte decorrente de intervenção policial, os denominados “autos de resistência<sup>4</sup>”, vejamos o comparativo das tabelas a seguir:

4 O referido termo fora substituído por portaria do Conselho Superior de Polícia, ligado a Polícia Federal, por “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial”, todavia o empregaremos nesse artigo por entender que o mesmo ainda alcança o nexos que se deseja impetrar sobre o assunto: a morte decorrente da ação policial que se baseia em uma resistência da vítima.

**Tabela I: Questão - Qual é o número de registros incluídos no Sistema de Registro de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial a partir do dia 22 de setembro de 2015?**

Estado	Resposta	Expediente
AC	16 mortes	31/07/2017
AP	26 mortes	19/02/2018
CE	334 mortes até 16/06/2017	10/08/2017
MT	Não possui essa informação	09/08/2017
MG	233 mortes até 31/08/2017	27/09/2017
PR	655 mortes até 31/08/2017	20/06/2017
PE	94 mortes	02/07/2017
RN	Não tem conhecimento	02/08/2017
SC	116 mortes até 30/06/2017	06/07/2017
SE	30 mortes	31/07/2017
TO	Não informado	03/08/2017

**Fonte: Ribas (2018).**

É necessário o destaque que somente onze Estados responderam à questão, e que dentre essas respostas, três desconhecem os dados da questão e quatro Estados apresentaram um índice alto, acima de 100 mortes.

**Tabela II: Questão - Todas as intervenções policiais que redundam em mortes são objetos de inquérito policial específico? Quantos desses inquéritos deram origem a denúncias?**

Estado	Resposta
AC	4 denúncias
AP	Todas as intervenções policiais que redundam em mortes são objeto de inquéritos policiais. 5 denúncias, 2 arquivados.
CE	Não dispõe dos dados.
MT	Resultam na instauração de inquérito policial militar e inquérito policial na Polícia Judiciária Civil. Não dispõe dos números.
MG	Nem todas geram inquérito policial específico, muitos casos são encaminhados pela PM à Justiça Militar. Não tem condições de responder.
PR	Todas são objetos de inquérito policial. Não tem informação sobre denúncias.
PE	Não respondeu.
RN	Não tem condições de responder.
SC	Todas são objetos de inquérito policial. Não tem informação sobre denúncias.
SE	Todas geram inquérito. 2 denúncias.
São objeto de Inquérito Policial, quando há suspeitas da prática de crimes dolosos pelos policiais. Não há números de denúncias.	

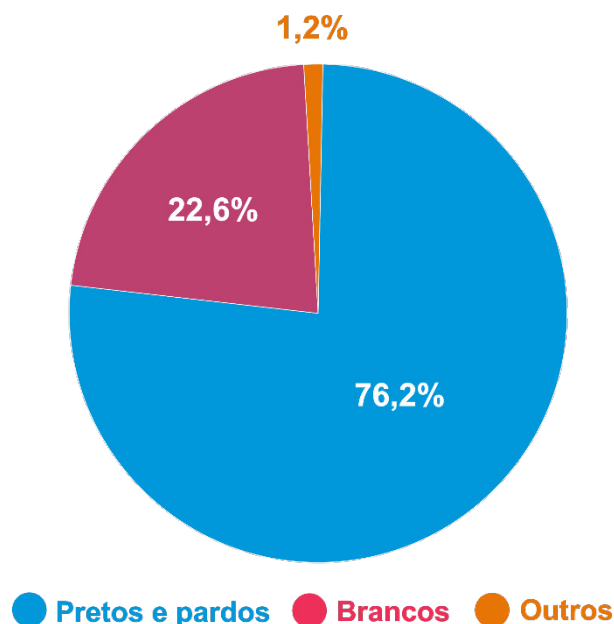
**Fonte: Ribas (2018).**

As tabelas revelam um cenário inquietante, demonstra como se põe frouxa a efetivação da resolução 129/2015, e conseqüentemente o avanço das ações policiais que possuem potencial para a classificação de “ações irregulares”, é preciso que se afirme que tal resolução, possibilitaria a melhoria da atuação policial, os processos de controle nos soam como um dos melhores instrumentos de regulação da atuação cidadã e segura da polícia, que hodiernamente se põe preocupante.

O Ceará que registra 334 mortes na tabela I, em contrapartida na tabela II não apresenta registro de dados sobre os inquiridos, já Minas Gerais, registra 233 mortes pela ação policial, ao tempo que não possui condições de responder quantos inquiridos originaram denúncias, no Paraná o maior número é registrado, são 655 mortes e também não possui registro de inquiridos transformados em denúncias e por fim, nessa escala dos mais altos índices, Santa Catarina que registra 116 mortes, não apresenta dados sobre denúncias.

Ocorre que nesse contexto, se faz necessário verificar o perfil da população que é atingida por essas ações:

**Figura III - Gráfico: Cor das pessoas mortas em decorrência de intervenção policial**



Fonte: 11º Anuário de Segurança Pública – (2015-2016).

Ora, o gráfico III demonstra que a parcela mais vulnerável historicamente no sentido econômico é aquela mais atingida pela ação policial, não por acaso é exatamente essa parcela que se encontra no cárcere:

Figura IV - Gráfico: Perfil da população carcerária.



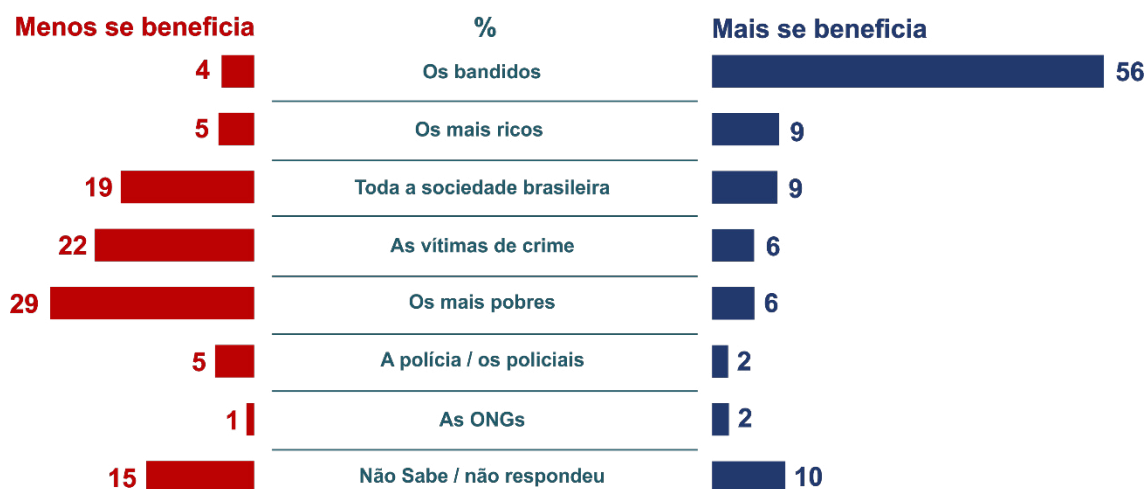
Fonte: InfoPen 2016.

Na análise dos referidos dados, é possível se averiguar certo nexos em que a ideologia que alinha os Direitos Humanos a direitos de bandidos conforme veremos no gráfico V, também chancela o preconceito da população negra, diga-se de passagem, no Brasil, o racismo é uma realidade; já foi inclusive mote nos projetos higienistas como o desenvolvido na proposta de branqueamento nacional de Rodrigues (1890-1894).

Tal realidade, acrescida a transgeracionalidade de variáveis sócio-históricas referentes, por exemplo, ao processo de colonização brasileira a partir da mão de obra do negro escravo, determina hodiernamente que esse segmento social esteja em considerável vulnerabilidade econômica, habitando os ambientes de guetos e favelas das cidades e metrópoles, e é exatamente essa parcela da sociedade que recebe nas prisões e fora delas o tratamento de violência da ação policial.

Apesar disso, o processo ideológico no seio da sociedade brasileira é em tal ordem, que a população, no geral, com uma taxa considerável de pessoas negras e pobres, avalia que um dos importantes instrumentos de proteção, que são os Direitos Humanos, servem aos bandidos, enquanto um outro, de ordem jurídica que é a resolução 129/2015, como vimos, possui sua efetivação seriamente comprometida.

Figura V - Gráfico: A que serve os Direitos Humanos?



Fonte: IPSOS (Pulso Brasil) – 2018.



Com o veio delimitado enquanto franja social aprisionada e elencada nas ações policiais no seio da sociedade, poderemos então averiguar que a sensação de exclusão e punição social vivida por essa franja social é intensa. Desse modo, mesmo antes do cárcere, já se faz presente um ambiente de revolta contra o *establishment*.

Ao adentrar no ambiente prisional, o detento irá perceber um número significativo de ações apoiadas pela força do poder institucional, mas também pelos micros poderes (FOUCAULT, 1979), que se instituem na convivência intramuros. Sobre esses micros poderes, poderemos elencar que no cotidiano prisional se estabelece toda uma cadeia de comando, e esses comandos são nomeados dependendo da localidade, como por exemplo, os chaveiros em Pernambuco e os faxina em São Paulo.

Esses comandos existiram em dado momento, de maneira difusa, se determinavam na localidade em que existiam e em geral visavam um domínio territorial intramuros, os grupos que se alinhavam e que buscavam determinar suas formas de vida, de relações e se beneficiar com elas.

Ocorre que o ambiente prisional, assim como a periferia, foi largamente abandonado à própria sorte pelo Estado, paulatinamente o Estado permite a cimentação desses comandos, sendo que, a cada momento em que o sistema prisional afirma uma vida cotidiana intramuros brutal, mais adensa à existência desses comandos, que com o tempo se alastraram pelo país, chegando mesmo a rumos internacionais.

De fato, em singular análise, Salla (et. al, 2013) apresenta a experiência do governo Montoro em 1983, quando institui a partir das denominadas Comissões de Solidariedade, que grosso modo, é a efetivação do que se deliberava intramuros, ou seja, o reconhecimento do Estado das lideranças de presos, todavia a conotação a ser dada a esse procedimento seria aquela inerente à Humanização dos Presídios, destoando do cerne severo de retribuição fomentado até então pelo regime militar.

O modo como operava a relação da administração com a comissão, priorizava o atendimento às reivindicações da população carcerária, o que em tese, colaboraria, por ser um canal direto de diálogo entre a administração das unidades prisionais e a população carcerária, com a mitigação da violência intramuros, quase sempre orquestrada para conseguir algum tipo de ganho, sejam de estrutura, sejam de poder atrás das grades.

Evidentemente que naquele período, como agora, as propostas de afirmação de ações com base nos Direitos Humanos sofrem considerável oposição, e a possível verificação de consolidação de grupos nessas comissões, tais como os “serpentes negras<sup>5</sup>”, formou o argumento nodal para oposição a tal metodologia.

Ocorre que uma vez verificado essa estruturação, e com a lógica de destruição do modelo pelo veio repressor puramente, a população carcerária retoma sua proposta de conquista de espaço por intermédio da violência, através de rebeliões e outras metodologias de enfrentamento à gestão prisional.

Em cada Estado nacional, de certo modo, existe essa disputa de espaço entre uma proposta mais humanista de atuação institucional intramuros e a mais severa retribuição penal, todavia

5 Supostamente existiu no seio das Comissões de Solidariedade e se tratava de um grupo de presos matadores que ocuparam aquele espaço de liderança.

é comum a predominância da segunda proposta, em São Paulo e no percurso do que fora aqui comentado, o ápice dessa lógica ocorre com o evento do Carandiru, em 1992.

Com essa incrível repressão e mesmo eliminação intramuros, logo após esse evento se tem notícias da formação do Primeiro Comando da Capital, e o cenário intramuros que de fato evoca essa facção é a Casa de Custódia de Taubaté, “presídio que representava o que de mais arbitrário havia no sistema carcerário paulista, o PCC surge ancorado no discurso da união entre os presos como forma de luta contra a opressão perpetrada pelo Estado” (SALLA, et. al, 2013).

Esse então é o ambiente em que se gestam em todo o parque prisional os denominados partidos criminosos, e é evidente que quanto mais endurecimento penal, mais teremos a legitimação desse cenário, pois em tese, se trata de uma estratégia de sobrevivência e enfrentamento ao Estado.

Ocorre que outros grupos se formaram e se confrontaram em seara nacional, esse contexto de formação desses grupos teve determinações difusas, seja pela lógica do próprio modelo prisional, ou muitas vezes pelo estímulo à concorrência das próprias administrações prisionais, obviamente tudo em contexto de informalidade; quanto a medidas legais, vários dispositivos foram estabelecidos, se destacando o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).

## ASPECTOS JURÍDICO-POLÍTICOS ENTRE CÁRCERE E SOCIEDADE

A história da enxovia em contexto societário é marcada por eventos que envolvem uma relação de poder, controle e, sobretudo, de alicerce ao *establishment* vigente. Desse modo, a legislação opera sempre a relação do poder e sua perpetuação, realidade que historicamente recebeu diversas justificações, e de fato, centraliza-se o poder na estrutura social de (re)produção material da vida social; veremos que, se no escravismo o debate não existia, pois o mando era pleno por ser o escravo uma propriedade, além do mais, nem na Grécia, nos tempos arcaicos, o debate da ética flamejava esse assunto, no feudalismo os aspectos da moral e da religião travesavam o nexo legal.

A proposta cunhada na lógica divina determinaria ao então servo da gleba a submissão em prol da salvação, mas também a lei penal baseada na *vis corporales*, proclamava o medo como chão de aceitação da realidade vivida, ali, a prisão era apenas um cuidado para que o verdugo recebesse a pena, que seria baseada no sofrimento do corpo.

Com o ardil de liberdade, caminha-se ao modo da sociedade capitalista, uma teia emaranhada e complexa que se fundamenta em uma ideologia que proclama a liberdade e as escolhas como fundamento do existir, cada qual será responsável por seu sucesso ou não, e é isso mesmo, a responsabilidade de sua situação é unicamente sua, o meio, a estrutura social, o quiproquó complexo de estruturas de controle e o maior de todos: o mercado e suas arapucas são questões secundárias, o que vale de fato, é a subjetiva determinação que você impõe ao que almeja, ou seja, o indivíduo é responsável plenamente por seu *status quo*.

Desse modo, a pauta política do poder se afirma em conjunto com o capital na exploração de populações agrupadas no que denominamos de nação, e estas, em análise macrossocial,

na disputa internacional, subjungando outras nações, esse é, portanto, o pano de fundo onde se alicerça toda a conjuntura política e as estruturas jurídicas hodiernamente.

Para nossa análise, passemos a compreensão do que se gesta na seara dos sistemas prisionais considerando os últimos anos. Desse modo, é importante lembrarmos que a organização deontológica do sistema prisional, em certo modo, ocorre, em geral, pelos diplomas legais denominados como Código Penal, Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal.

Nesse sentido, veremos como órgão de planejamento do sistema prisional brasileiro o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, esse órgão em 2014 através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, editou uma série de chamadas públicas<sup>6</sup> que de modo direto ou indireto dialoga com o que denominamos de “questão penitenciária”.

Em 2016 é então publicado o Modelo de Gestão Para a Política Prisional pelo DEPEN - Ministério da Justiça em parceria com o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento - PNUD, de autoria de Melo (2016).

Naquela ocasião, o que se gestava como proposta de política prisional era um esforço em conectar logicamente os diversos sistemas estaduais, considerando que ainda hoje, os parques prisionais dos Estados são um conglomerado difuso de gestão, ou se poderia afiançar “de não gestão”.

Dessa maneira, a proposta seria efetivada através de uma pesquisa, que seria realizada por especialista, a fim de elaborar uma forma de gestão a ser aplicada em toda unidade prisional do país, esse seria de fato um desafio singular, considerando que os parques prisionais estaduais estão de certo modo, habituados à maneira como é gestada, a própria experiência descrita anteriormente com as Comissões de Solidariedade é um bom exemplo das dificuldades inerentes a essa proposta.

Todavia o que se planejava era estabelecer uma metodologia onde as novas unidades financiadas pelo DEPEN iriam necessariamente funcionar dentro do padrão estabelecido no Modelo de Gestão Para a Política Prisional, o Estado que recebesse as verbas para a nova unidade, iria se comprometer em implementar, com a assessoria do DEPEN, esse novo modelo.

O cenário político nacional se colocava conturbado, o ano de 2016 em seu primeiro semestre foi cunhado pelo processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, considerado pelo Partido dos Trabalhadores e aliados como um golpe parlamentar; golpe ou não, o que se estabelece e com significativa frequência nos cenários, municipais, estaduais e nacional, é a realidade de solução de continuidade dos programas e projetos, que em tese deveriam configurar como fundamentos de Estado, no entanto, de fato, configuram-se enquanto elemento de gestão e governo.

A questão é que, como política de Estado, se teria ou se deveria ter continuidade, independentemente dos grupos políticos ocupantes do poder, fato que não se estabelece, e assim também foi com a proposta de gestão prisional, não teve ainda, oportunidade de ser efetivada.

Sendo assim, continuamos com um contexto difuso nos parques prisionais brasileiros, com modelos de gestão que se diferencia até mesmo dentro do próprio Estado, uma plêiade que se configura desde autarquias, secretarias de governo, secretarias executivas, e iniciativa privada,

6 Chamadas Públicas: nº 097/2014; nº 047/2014; nº 043/2014; nº 013/2014.

no que se refere à gestão da pasta. Em relação à gestão das unidades, ainda mais se percebe estruturas diferenciadas, determinadas por diversos fatores, tais como: arquitetura do estabelecimento, juízo do gestor, proposição política e ética dos plantões, organização da população carcerária, clima, gênero, corrupção, tipo de regime, entre outros.

Nesse aspecto, um exemplo *en passant* é o cenário do Estado do Amazonas, seu modelo de gestão prisional é praticamente todo privado; em Tocantins, teremos gestão privada e gestão pública; em Pernambuco, uma secretaria executiva, a SERES<sup>7</sup>; no Pará, uma autarquia<sup>8</sup>; no Amapá, um Instituto – IAPEN<sup>9</sup>; em Rondônia, uma secretaria de Estado<sup>10</sup>, entre outros.

Esse contexto interfere diretamente no modo de cumprimento de pena, ou seja, um nexo gerencial cunhado de perspectivas políticas dialoga com o diploma legal que rege a execução penal, aspecto social, político e jurídico que eclode nas unidades prisionais brasileiras, inclusive, diferenciando o cumprimento de pena, fundamento caro para a devida isenção da justiça.

Se a gestão prisional e seu modo gerencial interferem diretamente na forma como se cumpre a pena, e se o diploma legal afiança a igualdade, deveras preocupante é o cenário, e de fato, esse, dentre outros elementos irá favorecer a formação dos denominados partidos criminosos, uma vez que intramuros, realizam uma crítica axiológica ao Estado e seu sistema prisional.

No diploma legal, as características do tratamento digno é um elemento constante em vários artigos<sup>11</sup>. Esses dispositivos nos situam como exemplo do que o legislador concebeu para a população carcerária, importante essa concepção que ainda mais se amplia na íntegra do texto legal, balizado também por requisitos de deveres a serem verificados pela população carcerária.

De fato, essa lei jamais foi efetivada no Brasil, talvez nas melhores experiências, ela tenha alcançado um índice de 40% de efetividade, considerando nossa experiência no sistema prisional brasileiro, todavia, por via de prospecção analítica, nos parece salutar que caso ela tivesse sua integralização, nos parece que dificilmente os denominados partidos criminosos alcançariam tal êxito em sua empreitada, principalmente se o artigo 4º fosse anelado a execução da pena, “Art. 4º O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.” (BRASIL, 2008, p.20)

A maioria da população carcerária, ainda que revoltada e com severa crítica axiológica ao *establishment*, intramuros, tenta sobreviver e sair daquela situação o mais depressa possível, todavia, as condições encontradas, os impelem a aderir a movimentos com a mesma finalidade, a de sobrevivência e mudança de situação com brevidade, tamanha é a dor sentida nos cárceres brasileiros, que estão repletos de pessoas revoltadas e em certo modo violentas.

Ponderando essa realidade, provavelmente sequer ficamos estagnados, diria que a situação se ampliou, para pior, os partidos criminosos foram reforçados, as consequências vividas em vários Estados Brasileiros, e nesse rumo, as ações de enfrentamento ao Estado alcançam maior relevo e se efetivam com mais evidência em ações extramuros, destoando do movimento realizado pelo PCC em 2001 no Estado de São Paulo, quando reivindicavam que o governo estadual retornasse com lideranças transferidas do Carandiru.

7 Secretaria Executiva de Ressocialização.

8 Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará – SUSIPE.

9 Instituto de Administração Penitenciária.

10 Secretaria de Estado de Justiça.

11 Como exemplo, os artigos 1º; 3º; 40; 41 e 88 da Lei de Execução Penal (LEP).

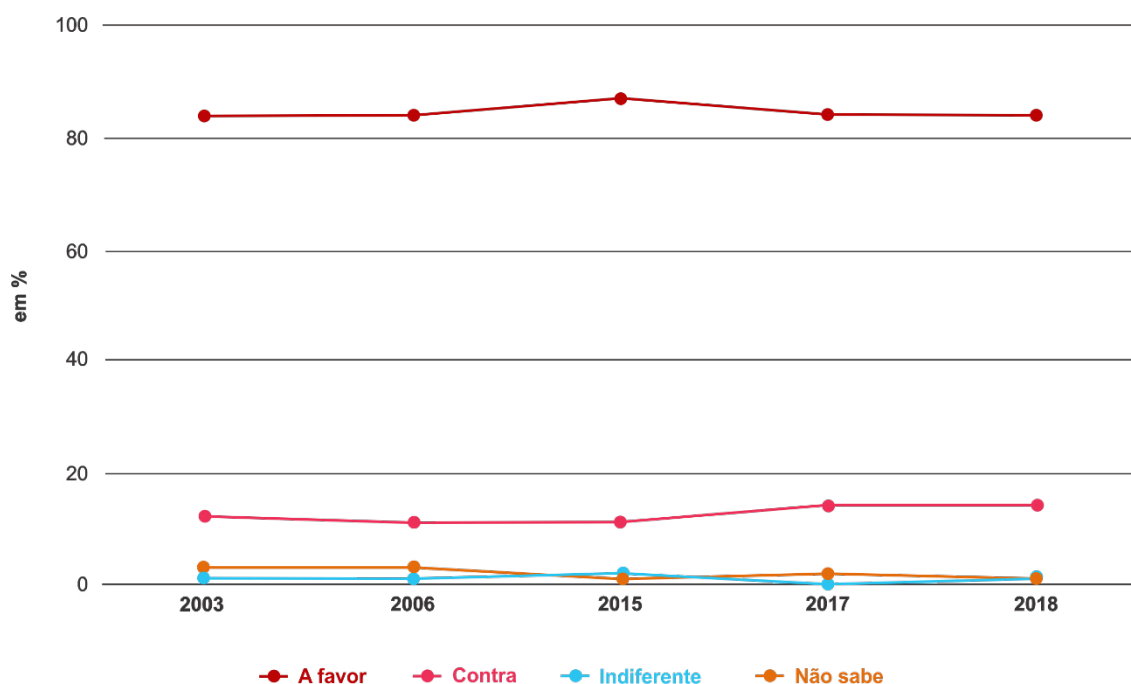
Ainda teremos que verificar uma dada crise axiológica vivente intramuros, essa perspectiva com aspectos jurídicos e políticos convergindo com análise ética, e evidentemente não estamos aqui a sopesar as várias concepções éticas existentes no contexto filosófico, o que registramos é que essa verificação, com base no senso comum, cunhada também com aspectos ideo-cristão<sup>12</sup>, verifica que muitos dos que afixam a retribuição penal à população carcerária, de fato, deveriam fazer parte dela.

O cenário da representação política e seu comprometimento com eventos de corrupção e crimes comuns, também colaboram para a chancela da pauta axiológica determinada pelos partidos criminosos, ou seja, a ocorrência desses partidos não pode ser explicada ou analisada apenas por via endógena ao cárcere, uma vez que nos parece evidente que a enxovia não é um universo isolado, existe na sociedade e é produto dela.

Um debate ainda acirrado e que perpassa sempre os processos eleitorais é a questão da segurança pública; nesse quesito, não faltam propostas de endurecimento da pena, de revisões nos códigos Penal e de Processo Penal e da própria Lei de Execução Penal, além de propostas para mitigar os Direitos Humanos e ampliar a liberdade da ação policial.

No que tange esse nexos, nas últimas eleições o mote, em muito perpassou tal universo, o curioso foi se perceber a proposta de diminuição da idade de imputação penal, com ampla aderência na população, conforme o gráfico VI.

**Figura VI - Gráfico: Opinião sobre redução da idade penal**



Fonte: DATAFOLHA.

Ocorre que, se por um lado essa concepção é amplamente aceita pela população, inclusive por agentes da área de segurança pública, tais como agentes penitenciários, quando se pondera sobre o destino dos adolescentes para o sistema prisional existente, a opinião dos agentes pe-

12 Concepção extremamente radical dentro da estrutura jurídica, uma vez que proclama o direito do *jus puniendi* àquele que nenhum pecado ou falta possui, e o Estado de fato, não é tal ser, muito menos seus representantes.

nitenciários muda significativamente, conforme aponta a pesquisa: Diagnóstico dos Serviços Prisionais no Brasil (2015).

Desse modo, existe uma concepção óbvia que o ambiente atual do sistema prisional não comporta ainda mais essa demanda, todavia os políticos em suas disputas eleitorais defendem essa prerrogativa sem demonstrar um planejamento adequado que a legitime, se trata de puro populismo, e desse modo, o ambiente prisional se assemelha a um espaço projetado por pura esquizofrenia, que segrega com o mote de incluir, que estabelece modos de socialização específicos intramuros com proposta de vida em sociedade extramuros, enfim algo insano.

## PROPOSTAS ATUAIS PARA O ENFRENTAMENTO AO CRIME ORGANIZADO

Contrariamente ao que se modulou no juízo do legislador e em especialistas que sopesam o cárcere através de uma proposta de dignidade humana, a cada proposta de gestão, a palavra é o endurecimento penal, e esse nexos formula uma lógica que se legitima em dada ideologia, desde a formação de profissionais para atuar no interior das unidades prisionais.

Hodiernamente, em guisa de se combater o crime organizado<sup>13</sup>, se amplia a proposta de endurecimento penal, o destaque do momento é o “pacote anticrime” apresentado pelo Ministro Sérgio Moro, em um contexto nacional de um “evangelismo populista”, o governo aproveita sua legitimidade inicial para determinar uma ampliação do trabalho excedente e mitigação do trabalho necessário, antes esse artil se realizava pela tecnologia, tais como o Fordismo, Toyotismo, Taylorismo, etc., agora se revestem de um artifício legal à Constituição através da PEC 06/2019, que versa sobre a reforma da previdência, que evidentemente determina uma dificuldade singular daqueles mais vulneráveis em existir enquanto velhos, é quase uma proposta de descarte dos idosos pobres ou uma facilitação considerável para sua extinção enquanto ser orgânico, tudo em favor da manutenção do mercado financeiro e do financiamento da dívida pública.

Vejamos que, se para os idosos o fim é a batuta, para os jovens o trabalho é explorado e intenso, sem direitos e sem remuneração adequada, de um lado se desonera os encargos trabalhistas e de outro se amplia a exploração; ambas as ações, ao fim e ao cabo, determinam a ampliação do trabalho excedente e os ganhos do mercado, evidentemente que esse cenário irá necessariamente determinar uma sociedade com alto índice de violência e miséria.

Desse modo, aquilo que já se estabelecia nos moldes de um Estado penal, agora carece também de ser equalizado, e ao que tange ao “pacote anticrime”, severas críticas são colocadas pelos especialistas, um exemplo é o advogado criminalista e professor da PUC-SP, sopesando que em síntese o projeto serve a um recrudescimento da pena e para dificultar a progressão de regime,

Nós temos o terceiro maior índice de população carcerária do mundo, o que não é um mérito. Nós estamos com aproximadamente 800 mil detentos, o que há 30

13 De fato, a referência a tal nexos, embora o discurso seja em defesa de uma prevenção geral, a especificidade sempre recai naqueles que historicamente estão em contexto de maior vulnerabilidade econômica, resguardadas as exceções das disputas políticas que viabiliza o encarceramento de rivais pertencentes à “elite” do poder.

anos beirava 90 mil pessoas, então é um aumento muito significativo (...). Vejo com um pouco de tristeza a falta de visão que esse ministro teve com a situação carcerária. Não se combate o crime, e não se cria um projeto anticrime sem pensar num processo de adequação desse sistema falido<sup>14</sup>.

Evidentemente que um dos maiores problemas da falta de recursos no Brasil é originário da corrupção, esse nexos é dado não exatamente ao que estão chamando de partidos criminosos e sim de um crime muito mais organizado, que envolve significativamente o sistema político, o poder executivo e empresas privadas, servem de exemplo os casos da Petrobrás, OAS, Odebrecht, Refinaria Abreu e Lima, Mendes Júnior, Alstom, H. Stern, entre outras.

Se o cenário da corrupção fala do desvio e o processo de superfaturamento de obras, equipamentos e serviços, também sequer deitamos olhos ao emprego inadequado de recursos públicos, de outro modo, a incompetência e inabilidade de gestão, disso são exemplos: a ciclovia Tim Maia no Rio de Janeiro, o complexo eólico de Cerro Chato com oito torres derrubadas pelo vento, prejuízo próximo a trezentos milhões, a transposição do Guaió - simplesmente o rio secou, o papódromo construído para o papa em sua visita, custo de trinta milhões, a ponte que liga o Brasil à Guiana Francesa, até hoje sem autorização de uso, o píer turístico de Natal, construído ao preço de setenta e dois milhões, não pode receber os navios de cruzeiro devido esses não passarem pela ponte Newton Navarro.

Então nos parece necessário aliar a ampliação do trabalho excedente e a ideologia, que cortina a realidade da população brasileira e a divide, um fortalecimento do Estado penal, exatamente é o que realiza o “pacote anticrime”. Verifica-se que tal dispositivo também interferirá nas variáveis dos então denominados “autos de resistência”, a ação policial ainda mais desprovida de sistemas de controle e freios, certamente será ampliada as taxas dessa variável, que aliás, incide exatamente na população que habita o cárcere e a periferia.

Um instrumento utilizado pelo Estado do Ceará que consistiu em endurecer o tratamento, transferências e isolamento, possibilitou um gasto tremendo de energia, as reações extramuros pelo Estado, requisitou contingente da força nacional, aplacou significativos prejuízos ao comércio e a população em geral, disseminou o medo e a insegurança e não aplacou a existência do crime organizado nas prisões cearenses.

Nos presídios Federais, a portaria 718/2017 com uma querela que deverá ser resolvida só no Plenário do Supremo, proíbe a visita íntima e o deputado delegado Waldir, através do PL 10857/2018, pretende legitimar para todo o país.

É evidente que não é possível a comparação do sistema federal ao sistema estadual, a estrutura e a segurança são de uma discrepância absurda, mais ainda a remuneração dos servidores federais se impõe em cifras diante dos servidores estaduais, a comparação seria esdrúxula.

A superlotação existente nos sistemas estaduais impede qualquer ação maior de segurança e a convivência se coloca como algo medonho; nesses ambientes, determinar endurecimento através da mitigação das parcas “válvulas de escape” ou recreação é pouco inteligente e nada seguro, evidentemente que irá eclodir a violência dentro e fora das unidades prisionais.

14 In: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47125522>>. Acesso em: 22, fev. 2019.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado Penal determinado pelos imperativos econômicos do capital impõe um ambiente de violação de direitos e negação da dignidade humana, permeada por forte nexos de violência no tratamento dado pelo Estado à população carcerária; dessa forma, as unidades prisionais brasileiras se colocam como incubadoras perfeitas para a barbárie e a associação para a sobrevivência, essa associação na prisão se chama partidos criminosos, ou como se nomeia hodiernamente, crime organizado, e quanto mais cruento o cárcere, mais forte fica tal associação.

Dessa forma, as medidas efetivas de contenção da violência e do crime organizado não se encontram submetidas à lógica do endurecimento penal ou do encarceramento em massa, e sim à necessidade de se pensar condições de mitigação da realidade social no qual plasma as condições para o existir, da desigualdade social e do desrespeito à dignidade do ser humano, isto é, como afirma Wacquant (2001, p. 12), “lutar em todas as direções não contra os criminosos, mas contra a pobreza e a desigualdade”, trata-se de pensar políticas públicas à revelia dos impropérios neoliberal, a da lógica do populismo político-punitivista.

## REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 2.ed. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. Bauru: EDIPRO, 2007.
- BATISTA, Antenor. **Corrupção: o 5º poder – repensando a ética**. São Paulo: Edipro, 2012.
- BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.
- COYLE, Andrew. **Manual para servidores penitenciários**. Reino Unido: International Centre for Prison Studies, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GARLAND, David. **The culture of control: crime and social order in contemporary society**. Chicago, University of Chicago Press, 2001.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. e Int. Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MELO, Felipe Athayde Lins. **Modelo de Gestão Para a Política Prisional**. Brasília: PNUD/MJ, 2016.
- RIBAS, Cristian Trindade. **Autos de Resistência: a obrigação constitucional do Ministério Público no controle externo das polícias**. TCC. Palmas: UFT, 2018.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os mestiços brasileiros**. Gazeta Médica da Bahia 21 (9): 401-407; (11): 497-503, 1890.



RODRIGUES, Raimundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1994.

SABARA, Romeu. **O golpe congressual e a grita das três idades**. Belo Horizonte: Editora Usina do Livro, 2016.

SALLA, Fernando; ALVAREZ Marcos César; DIAS, Camila Nunes. **Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo**. In: *Tempo Social*. São Paulo: USP, 2013, p. 61-82.

SILVA, André Luís Augusto da. et al. **Pensando o Direito: Diagnóstico dos Serviços Prisionais no Brasil** – (Eixo 1 – Relatório Final – em editoração). Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

SILVA, André Luís Augusto da. **Retribuição e História: Para uma Crítica ao Sistema Prisional Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SILVA, André Luís Augusto da; DUARTE, Samuel Correa. **A questão Penal e o Direito de Resistência: Controle, Direitos Humanos e Capitalismo**. Curitiba: CRV Editora, 2016.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

# OS FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA REFLEXÃO INSTIGANTE ENTRE O PROCESSO FORMATIVO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Célia Maria Grandini Albiero

Maryvalda Melo Santos Costa

## INTRODUÇÃO

Este estudo sobre “OS FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA REFLEXÃO INSTIGANTE ENTRE O PROCESSO FORMATIVO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL”, traz algumas reflexões que retratam inquietações frente ao Serviço Social na atualidade diante do processo formativo e do exercício profissional, através dos fundamentos, pautado no projeto ético-político, com uma direção crítica diante de tempos de revitalização do conservadorismo.

Assim, temos como *objeto* deste estudo *os fundamentos da formação profissional no exercício profissional* e como objetivo geral, *identificar inquietações no exercício do Serviço Social contemporâneo, diante dos fundamentos da formação profissional pautado no projeto profissional*.

Portanto, propomos um estudo bibliográfico com respaldo no materialismo histórico dialético dividido em três partes, sendo a primeira envolvendo uma *revisitação aos fundamentos da formação em Serviço Social*, diante das Diretrizes Curriculares da ABESS/CEDEPSS de 1996, deixando evidente a proposta curricular dos cursos de Serviço Social e a fundamentação do exercício profissional numa direção social e política crítica. Já a segunda parte do estudo traz à tona *o Serviço Social enquanto profissão interventiva: da sua origem à perspectiva crítica*, buscando dar visibilidade ao projeto ético-político do Serviço Social. E por último, buscamos demonstrar com clareza *a formação profissional em tempos de revitalização do conservadorismo: desafios e perspectivas*, demonstrando as inquietações diante do processo formativo numa conjuntura sócio-política e econômica caótica, insegura, cruel, com uma sociedade capitalista que banaliza valores essenciais como liberdade, justiça, democracia, igualdade, dentre outros e fortalecendo cada vez mais a corrupção, o individualismo, a exclusão e acentuando a desigualdade social através de forças produtivas desumanas, na perspectiva de enriquecimento individual, deixando milhares de brasileiros em condições desumanas e injustas.

Vale ressaltar que quando nos reportamos ao materialismo histórico dialético, nos apoiamos em Paulo Netto (2009, p. 673), quando coloca que:

Para Marx, a teoria é uma modalidade peculiar de conhecimento [...] o conhecimento teórico é *o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, *a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto.

Assim, compreendemos que através de uma teoria social crítica, necessitamos entender “[...] uma teoria social da sociedade burguesa, portanto, *tem* que possuir como fundamento a análise teórica da produção das condições materiais da vida social” (PAULO NETTO, 2009, p. 673).

Diante do exposto, fica claro que é necessário neste estudo bibliográfico entre a formação e o exercício profissional “[...] manter *a indissociável conexão que existe em Marx entre elaboração teórica e formulação metodológica*” (PAULO NETTO, 2009, p. 689). É necessário ainda não perder de vista a articulação de algumas categorias fundantes: “[...] a totalidade, a contradição e a mediação [...] dentro da ‘produção burguesa’ [...] para a teoria social” (PAULO NETTO, 2009, p. 691).

Sabemos que Marx expressa o seu pensamento de forma decisiva para a construção dos grandes projetos da categoria, o de profissão e o de formação profissional, ambos marcados historicamente por documentos importantes nos anos de 1990, através do Código de Ética do/a Assistente Social e da Lei que regulamenta a profissão, ambos de 1993 e das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, na época Associação Brasileira de ensino em Serviço Social (CEDEPSS), com uma direção crítica demarcada nesta importante década para o Serviço Social, o que vem pautar e fortalecer as nossas reflexões e inquietações deste estudo.

## REVISITANDO OS FUNDAMENTOS NO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social no Brasil teve seu início em 1936, na PUC-SP, numa perspectiva conservadora, atrelado à igreja católica. Teve uma mudança de perspectiva, dentro de uma linha crítica e a proposta de rompimento com o conservadorismo a partir da década de 1970 com o Movimento de Reconceituação e o seu reconhecimento social e político numa direção crítica nos anos de 1990.

Ao longo dos três últimos decênios, o Serviço Social na América Latina e no Caribe tem sido polarizado por uma *dupla inflexão*. A primeira e mais representativa tem sido de um *esforço coletivo*, a partir da década de 70 do século XX, de *ruptura teórica e política com o lastro liberal-conservador* que preside as origens e desenvolvimento do Serviço Social na região, rompendo sua prevalência exclusiva, mas com ele convivendo. A segunda inflexão é o redimensionamento de *uma reação (neo) conservadora rigorosa e/ou disfarçada em aparências que a dissimulam* (Neto, 1996), apoiada na negação da sociedade de classes e na naturalização da ordem do capital em sua mercantilização universal.

Assim, na atualidade, no debate do Serviço Social latino-americano – tanto no Brasil quanto nos países de língua espanhola – coexistem concepções teóricas e metodológicas sistêmicas, pós-modernas e histórico-críticas, que vêm presidindo as formulações e a pesquisa nessa área, com incidências no trabalho cotidiano, como já indicou Yasbek (2018) (IAMAMOTO, 2019, p. 35).

Diante do exposto, entendemos em linhas gerais que este é basicamente o Serviço Social no Brasil, trazendo à tona as suas principais características contemporâneas.

Segundo a mesma autora (2019), esta vem colocando expressamente que o Serviço Social desde a década de 1980, é:

[...] uma *especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social*, o que supõe afirmar o *primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais*. Ao se indagar sobre *significado do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais*, tem-se um ponto de partida e um norte. [...] A análise do Serviço Social no âmbito das relações sociais capitalistas visa a superar os influxos liberais na compreensão e condução da “prática profissional” (IAMAMOTO, 2019, p. 39-40).

Ao iniciar as reflexões deste item, a proposta é trabalhar a constituição dos *Fundamentos do Serviço Social* enquanto, “História, teoria e método” (GUERRA, et. al., 2018, p. 12). Assim,

[...] se expressam nos “Núcleos de fundamentação da formação profissional”: fundamentos da vida social, fundamentos da realidade brasileira, e fundamentos do trabalho profissional. [...] esses três núcleos constituem e estão constituídos – em uma relação dialética – os e pelos fundamentos históricos, teóricos/metodológicos do Serviço Social (SANTOS, 2018, p. 12).

Entendemos que com a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, demarcado pelo Código de Ética do Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão, ambos de 1993, que dá suporte à construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, fica clara a proposta curricular diante dos fundamentos do Serviço Social diante dos três núcleos de formação profissional estudados pelos fundamentos teórico-metodológicos diante da crítica marxiana de acordo com a ABESS/CEDEPSS (1997, p. 64-67), que são: “*Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social [...]; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira [...]; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.*” (GRIFO NOSSO).

É interessante salientar que esses núcleos da formação profissional foram construídos à luz das bases teóricas de fundamentação do Projeto Ético –Político Profissional, pois,

Compreender o significado da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, nos marcos da institucionalização no país, na década de 1930, que apresenta nas expressões da “Questão Social” sua fundação sócio-histórica, pressupõe apreender as categorias teóricas fundantes da teoria social e suas determinações no modo de produção capitalista (ABRAMIDES, 2019, p. 67).

Diante do exposto, temos como categorias teóricas fundantes para compreender a base do projeto ético-político a “produção social” e o “trabalho”, enquanto categoria fundante do ser social (ABRAMIDES, 2019).

Vale refletir em linhas gerais que:

**Produção Social** – No mundo burguês capitalista, a produção social é imediatamente reprodução social, distribuição e circulação e consumo, o que presume compreender que esse modo de produção encerra um conjunto de relações sociais no âmbito das determinações do capital sobre o trabalho. A totalidade das relações sociais supõe uma articulação entre economia, política, cultura e ideologia, no conjunto da base material da vida social que expressa determinações da sociabilidade humana. A base material, circunscrita à base econômica da sociedade, abarca o mundo da produção e organiza a gestão da força de trabalho, em que ocorre a exploração da força de trabalho humano no processo de produção de valor e de mais-valor (valorização). [...] **O trabalho: categoria fundante do ser social** – O caminho teórico-metodológico do legado marxiano subentende que o método consiste em elevar-se do abstrato – como categoria simples – ao concreto, como maneira de se proceder no pensamento, para se apropriar do concreto. O processo de abstração, portanto, não se apoia somente em atividade intelectual, posto que se (re) produz na realidade. [...] O trabalho é concebido, no sentido mais amplo, mais universal, como primordial para a produção da vida material e reprodução da vida humana. O trabalho objetiva-se em suas dimensões teleológica e ontológica. [...] No capitalismo, a utilização da força de trabalho constitui-se no próprio trabalho (ABRAMIDES, 2019, p. 67-71).

É indispensável entender que esta compreensão da sociedade, da produção social e do trabalho se dá a partir de uma teoria social crítica. Portanto, existem outras formas de interpretar a realidade, sendo importante o conhecimento e a compreensão de todas, para entender a opção e escolha do Serviço Social, enquanto projeto profissional.

Assim, Yazbek (2018), traz em seu estudo sobre os *Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social* uma explanação geral de matrizes importantes do conhecimento, dos desdobramentos e suas tendências no Serviço Social, numa sociedade burguesa. “Esses fundamentos são constituídos por múltiplas dimensões: históricas, teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Na atualidade, eles se expressam na abordagem histórico-crítica fundada na teoria social marxiana” (YAZBEK, 2018, p. 47-48). Para melhor compreensão das matrizes do conhecimento, seus desdobramentos e suas tendências, é necessário conhecer o que diz respeito ao pensamento doutrinário; ao pensamento conservador; à matriz positivista; à matriz marxista; à perspectiva fenomenológica e o pensamento pós-moderno. Assim, diante do exposto sugerimos para um aprofundamento na questão em tela através de uma revisão rápida na autora referida anteriormente (2018, p. 49-79).

Diante desta questão, Simionato (2018, p. 98) aprofunda colocando que “à luz dos fundamentos marxistas e da perspectiva assumida no Projeto Ético-político Profissional, a maturação das reflexões e a interlocução com a economia política possibilitaram avançar na teorização das diversas expressões da questão social [...]”.

Entendemos que somente conseguiremos compreender a profissão, a partir do momento que conhecermos a história, à luz dos fundamentos e da apreensão da sociedade capitalista, para poder atuar na contemporaneidade na direção crítica proposta pelo projeto de profissão.

Os desafios que se colocam ao necessário fortalecimento dessa direção social não residem na crença de superação do marxismo, mas no aprofundamento de suas bases, na sua apropriação como teoria social crítica [...]. É no terreno da fundamentação teórica que se encontram as possibilidades para a contraposição aos avanços da influência neoconservadora e a afirmação do projeto profissional ancorado na perspectiva crítico-dialética (SIMIONATO, 2018, p. 106).

Uma contribuição importante acerca do debate sobre os fundamentos advém de Guerra (2018) quando explana as suas preocupações no sentido de superar a tricotomia entre história/teoria/método, oriundo da revisão curricular nos anos de 1980, explicitada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, na perspectiva de ultrapassar essa fragmentação e avançar na compreensão dos fundamentos históricos, teórico-metodológicos no Serviço Social.

Portanto, é preciso garantir no processo formativo,

[...] além [...] de um tratamento teórico, histórico e metodológico rigoroso, mostrando as diversas interpretações de acordo com a extração teórica do autor referenciado, que os docentes demonstrem claramente os nexos internos, intrínsecos entre tais categorias ontológicas da sociedade burguesa e a existência da profissão. [...] há que se buscar formas que possibilitem que a fundamentação teórico-metodológica e ético-política responda às exigências do trabalho profissional no que se refere a entender a profissão no contexto da divisão social e técnica do trabalho, interpretar as necessidades sociais que geram determinadas demandas profissionais e como elas respondem às necessidades do tempo histórico atual [...]. A ausência dessa discussão sobre a concepção de história tem levado estudantes e profissionais a uma atitude fatalista, de finalismo na história, não percebendo que é possível a construção de formas de resistência no cotidiano, de buscar alternativas às requisições institucionais e às respostas previamente elaboradas no âmbito das políticas sociais (GUERRA, 2018, p. 32-33).

Entende-se, através das colocações da autora, a necessidade premente de fortalecer o processo de formação profissional que dê conta de trabalhar no processo formativo, os fundamentos da formação profissional, através das Diretrizes Curriculares (1996), de forma articulada a fim de que haja uma compreensão histórica, teórica e metodológica, desenvolvendo ainda “[...] a capacidade de aceitar que a dimensão técnico-operativa não se fundamenta nela mesma” (GUERRA, 2018, p. 32). Não deixando de se atentar para as questões do presente, isto é, a realidade social, diante de uma sociedade burguesa, que tem que ser compreendida e interpretada em todas as suas determinações e contradições, mediante as expressões e manifestações da “questão social”, envolvendo ainda o mercado de trabalho e principalmente as condições e relações de trabalho (GUERRA, 2018).

É preciso estar atento/a ao processo formativo atrelado à direção social e política da profissão diante do projeto profissional. Dessa forma, é importante avançar o estudo acerca do Serviço Social na perspectiva de compreender a profissão numa hegemonia crítica e os desafios impostos nesta conjuntura sócio-política e econômica, numa ameaça ao conservadorismo no processo formativo e interventivo.

## O SERVIÇO SOCIAL ENQUANTO PROFISSÃO INTERVENTIVA: DA SUA ORIGEM À ATUALIDADE

O Serviço Social inicia no Brasil com influências do pensamento social da Igreja nos anos de 1936 através de uma perspectiva conservadora, com referencial doutrinário conservador, bem como a própria teoria social positivista, através de Auguste Comte, em defesa da ordem social que persiste até 1960 (Yasbek, 2018). **É inegável a influência** conservadora em muitas ações que são rotineiras para o Serviço Social brasileiro do Século XXI. Não podemos pensar nas raízes da profissão, sem trazer tais reflexões para nosso cotidiano. Algumas práticas paternalistas e moralistas (conservadoras) ainda são vistas no nosso país, principalmente em pequenos municípios em que o 1º damismo é mantido. As contribuições do resgate histórico da profissão, por todos (as) que lutaram para que a profissão fosse de fato instituída, são bastante ricas para o nosso debate. Hoje, em pleno século XXI, nos deparamos com práticas retrógradas e moralistas que nos fazem contextualizar com os primeiros passos da sociedade para lutar por acesso democratizado a bens e serviços. Ainda perdura a barganha e o clientelismo.

Conforme Behring e Boschetti (2011), essa tendência é descrita num esboço tímido no documento de Araxá e se consolida no documento de Teresópolis. Em relação à perspectiva modernizadora, trazem a característica da: Urbanização e Industrialização aceleradas, expansão das políticas sociais, acirramento das contradições sociais no país, radicalização da “questão social”. Houve uma mudança do perfil dos profissionais do Serviço Social oriundos das classes médias e baixas e classe trabalhadora (universitários, sindicalistas, movimentos sociais). O Serviço Social insere-se na universidade, exige da profissão uma reflexão mais sofisticada sobre a realidade brasileira. Nesse ambiente de efervescência social e profissional, germina uma profunda revisão crítica, a partir das articulações com o CELATS, *Trabalho Social* latino americano e o Congresso da Virada. Para Behring e Boschetti (2011) a emancipação humana não é possível no capitalismo, mas a emancipação política sim.

De fato, se as autoras afirmam tal premissa, cabe ao Serviço Social buscar a materialização dessa emancipação política, compreendendo que os sujeitos buscam seus próprios interesses, pois não estão organizados em classes. A consciência política é alcançada através de um processo de articulação das classes tendo em vista interesses comuns. Aí está um grande desafio nesta caminhada: a perspectiva da transformação do pensamento conservador para um pensamento crítico.

Conforme Iamamoto (1994) em sua obra clássica “*Renovação e Conservadorismo no Serviço Social-Ensaio crítico*”, a autora traz questões necessárias para a profissão sobre as novas perspectivas para a categoria, como a inserção do assistente social na divisão sócio-técnica do trabalho. Iamamoto (1994) também apresenta uma conjuntura política sobre o processo de ruptura da profissão com o conservadorismo, lembrando o processo histórico de lutas do Serviço Social brasileiro.

[...] Ruptura com o papel tradicionalmente assumido de tutela e controle das classes subalternas, papel condizente com a lógica do poder. Renovação que busca fundar a legitimidade da ação profissional para além do Estado e do empresariado, reconhecendo a intermediação exercida por organismos de caráter patronal no mercado profissional de trabalho [...] (IAMAMOTO, 1994, p.111).

A discussão sobre o processo de ruptura com o conservadorismo ou, como Iamamoto denomina: “*renovação do conservadorismo*”, precisa ser compreendida do ponto de vista político e não apenas técnico. Iamamoto (1994, p. 90-91) se refere “[...] à necessidade do protagonismo profissional, da identidade do assistente social frente às demandas institucionais [...]”. É nesse momento que deve sobressair o caráter interventivo e não apenas o mediador de conflitos do assistente social, o que se torna bastante comum na prática profissional.

Iamamoto (1994) preocupa-se com o processo de ruptura da profissão, expresso em sua recente produção (posterior à conquista do Serviço Social através do projeto ético político da categoria). O antagonismo do Serviço Social frente ao sistema capitalista incorpora a recusa contra ações antidemocráticas, policialescas, tecnicistas, coercitivas, dentre outras, que se colocam como alternativas da ordem vigente.

O ranço do primeiordamismo no Brasil demonstra a expressão mais forte de uma cultura filantrópica que se fortaleceria através do assistencialismo. A ausência de uma política assistencial sólida deu lugar a uma prática corriqueira praticada pelos políticos do país, com as doações sem nenhum critério de seletividade, o que contribuía para a propagação do reconhecimento do Serviço Social como uma profissão de cunho filantrópico, voluntário.

Sabe-se que o ranço paternalista no Brasil tem sido mais contundente nos últimos anos, sobretudo com as constantes mudanças governamentais do país. Mudanças estas que exigem um perfil profissional moldado conforme os ditames autocratas do capitalismo.

Principalmente por serem políticas responsáveis pelo atendimento das necessidades básicas da população usuária, que vive à mercê de benesses e de barganhas, como se fosse uma moeda de troca<sup>15</sup>. “Hoje, reativa-se fortemente o pensamento conservador, restaurador e defensor da ordem instituída e o pensamento reacionário que confronta valores democráticos e propõe eliminação de direitos” (YAZBEK, 2018, p. 55).

Cabe ao assistente social exercitar sua capacidade crítico-reflexiva para compreender o movimento da realidade, sendo capaz de tecer argumentos sólidos, propor ações efetivas e de possível materialização. O que exige um amadurecimento teórico, uma postura crítica, um compromisso com as classes subalternas andando na contramão do sistema, recusando o arbítrio, negando todas as formas de coerção e maus tratos aos seres humanos. Acreditamos que não se trata de utopia profissional, mas de compromisso.

O papel do Serviço Social é posicionar-se a favor da classe trabalhadora, defendendo o projeto ético-político da categoria e negando todas as transformações societárias, que incidem diretamente contra a classe trabalhadora. Cabe-nos espriar o projeto ético-político, como uma forma de resistência e reafirmar as lutas da categoria, tendo uma postura crítica contra a burguesia. Este é um desafio não apenas do Serviço Social, mas de todas as políticas que estão sendo duramente atacadas e tendo as conquistas e direitos cerceados, negando sua história.

Quando nos referimos ao projeto ético-político, entendemos a marca histórica da profissão através do Movimento de Reconceituação, o qual teve seu início a partir da década de 1960.

A denúncia e a contraposição da profissão ao conservadorismo têm origem na década de 1960, com o movimento de Reconceituação que perdura até 1975.

15 Quando nos referimos a essa metáfora, acreditamos que o usuário tem sido tratado a partir do seu valor para o capitalista, são as trocas de favores políticos. Se ele não possui nada para oferecer, não tem valor. É a lei do capital opressor.



No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a profissão se move firmemente no combate ao conservadorismo, no protagonismo das direções e vanguardas profissionais, articuladas e progressivamente organizadas, o que proporciona a condição objetiva de conquista de sua hegemonia no lastro das grandes mobilizações sociais desencadeadas neste período histórico do país. [...] a vinculação com o movimento social [...] foi decisiva para estabelecer a direção social da profissão que se torna constitutiva do PEP no início da década de 1990, que supõe a luta por direitos sociais na conquista da liberdade, da igualdade; no horizonte de uma sociedade sem exploração de classe, sem discriminação e opressão de gênero, raça, etnia, no horizonte emancipatório (ABRAMIDES, 2019, p. 39).

O Projeto Ético Político do Serviço Social tem, nos onze Princípios Fundamentais do Código de Ética de 1993, o ponto de partida para efetivar a democracia, a igualdade e justiça, nessa sociedade tão desigual e injusta.

No contexto sócio, político e econômico, as constantes transformações societárias se colocam como um desafio a ser enfrentado pelos profissionais. Muitos assistentes sociais somam-se ao exército industrial de reserva, sem nenhuma segurança que lhes ofereça condições de manter sua subsistência, diante de um empregador que só se preocupa com os resultados positivos, enquanto o profissional se encarrega de mediar os conflitos.

Imbuídos nessa relação contraditória, destaca-se o papel do Serviço Social diante desse avanço neoliberal, que é lutar junto à classe trabalhadora, se reconhecendo também como trabalhador assalariado e que tem sofrido duros golpes em relação às perdas sociais e econômicas. É necessário que a profissão intensifique não apenas discursos soltos, mas que haja mais participação dos Assistentes Sociais no campo das lutas junto às massas, compreendendo a contradição histórica da profissão, se apropriando dos fundamentos da formação, numa compreensão possível de ser exequível. As ações profissionais precisam extrapolar os “apaga-incêndios” devendo ser contínuas, pois a dinâmica da sociedade implica que seja algo real, algo palpável, de forma comprometida e ética.

Assim, a precarização e a regulação condicionam as ações do Assistente Social ao imediatismo, afetando a qualidade dos serviços prestados, sobretudo pela falta de condições éticas e técnicas do processo de trabalho. Como desafio diante do cenário de crise estatal, o Assistente Social deve posicionar-se sempre em defesa da classe trabalhadora, compromisso assegurado pelo Código de Ética Profissional (1993). Desafio porque implica romper com o caráter paternalista e subordinador do Estado, seu maior empregador, o que vai gerar consequentemente uma correlação de forças.

De acordo com Matos (2015), os Assistentes Sociais conhecem suas atribuições e competências, no entanto essa afirmação não se materializa, pois no agir profissional as ações são executadas sem finalidade, sem reflexão crítica. Destaca ainda, a distinção entre as “atribuições e competências profissionais de acordo com o Código de Ética<sup>16</sup>”, refletindo sobre cada uma delas, embasando-se nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. No decorrer da discussão, o autor confronta os profissionais sobre a “questão social” (objeto de estudo da profissão), instigando a classe para refletir sobre o cotidiano profissional, campo de embate entre capital x trabalho, entre burguesia x proletariado.

16 Para compreensão mais minuciosa da questão, consultar o Código de Ética do/a Assistente Social de 1993.

O autor reitera a importância das diretrizes curriculares da ABEPSS, que fundamentam os cursos na área e subsidiam as bases para a profissão. A preocupação do CFESS/CRESS tem sido sobre o distanciamento dos profissionais em relação ao cumprimento das bases que fundamentam o Serviço Social e os ataques diretos do sistema capitalista, do avanço neoliberal com todas as precarizações trabalhistas, além do cerceamento dos direitos sociais. Diante do contexto apresentado, é necessário que o Assistente Social tenha domínio sobre suas ações e busque correlacioná-las às exigências do mercado, sempre buscando priorizar as demandas dos usuários e não aceitar que a instituição determine a forma como se deve agir. É preciso impor sua autonomia profissional, apreendendo a dinamicidade do cotidiano, buscando ser propositivo e criativo. O profissional depara-se com as demandas e a história de vida dos usuários, tendo que absorver todas elas e ainda buscar e/ou propor soluções para as situações apresentadas.

Como declarado acima, essa complexidade de intervenções sociais, somadas ao nulo ou precário acesso da população usuária a um atendimento que lhe permita conviver no território, nos remete à necessidade emergencial da profissão em se renovar a cada dia, não perder sua essência, mobilizar-se e envolver-se nos movimentos sociais.

O profissional precisa ir além dos entraves burocráticos que lhe são postos e avançar na contramão do sistema, um profissional crítico e comprometido com a classe trabalhadora, esse é o perfil atual almejado para o Serviço Social.

Os últimos acontecimentos no cenário político e econômico do país trouxeram significativas mudanças no perfil de profissional requisitado para o mercado de trabalho, exigindo-se profissionais polivalentes, com disponibilidade para atender às demandas da instituição, com ênfase na perspectiva de ajustamento e não de transformação.

Prosseguindo este estudo, torna-se necessário neste momento destacar elementos importantes do processo formativo do assistente social, trazendo à cabo quesitos básicos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1993.

## **A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE REVITALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

A inserção dos Assistentes Sociais nas políticas públicas acompanha o processo histórico das primeiras Escolas de Serviço Social materializando-se através das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética Profissional (1993), marcos legais da consolidação da profissão no país, afirmando a ruptura com o conservadorismo.

Desde o processo de reatualização da profissão, a categoria tem se deparado com uma resistência à ruptura do Serviço Social com práticas assistencialistas ligadas diretamente às ações filantrópicas e de cunho político partidário. Uma das ações que podem ser lembradas e, que certamente foi uma conquista da classe, diz respeito ao primeiordamismo. Uma prática eminentemente política geralmente ocupada pelas esposas dos prefeitos que assumiram a pasta da Assis-

tência Social<sup>17</sup>. O primeiordamismo foi uma das fortes características ligadas ao Serviço Social, executadas através de ações filantrópicas para a população, o que tornou a profissão reconhecida equivocadamente com tal caráter. As ações filantrópicas reiteradas pelo voluntariado também se somam ao movimento de defesa do conservadorismo, pela perpetuação da tutela do Estado.

Infelizmente, temos no meio profissional posturas que são contrárias ao que rege o projeto ético-político, mantendo-se em defesa de uma profissão eclética e não pluralista. Logicamente, tal postura se coloca como uma barreira que enfraquece a luta de classe e defende valores morais, tece juízo de valor e, portanto, caminha na contramão do projeto de profissão vigente embasado pela perspectiva crítica. As discussões sobre o pluralismo profissional tem sido fortemente difundidos entre a categoria, destacando o perigo dos Assistentes Sociais relativizarem suas relações sociais e desta forma, caminharem por uma perspectiva acrítica, trazendo à tona um ecletismo, baseado no conhecimento artificial e frágil dos fundamentos históricos, teórico-metodológicos do Serviço Social postos nos fundamentos da formação profissional no início deste estudo, trazendo a necessidade essencial de um conhecimento rigoroso e consistente das matrizes do conhecimento e seus desdobramentos.

Forti (2017) apresenta suas considerações sobre o pluralismo à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, da Lei de Regulamentação da profissão e do Código de Ética Profissional, amparos legais da profissão. A preocupação da autora em ampliar o conceito de pluralismo, representa os anseios do conjunto CFESS/CRESS em negar o ecletismo e toda prática que denote ameaça às conquistas da profissão e ao projeto ético-político, expressão mais viva da articulação política dos assistentes sociais.

[...] pode-se dizer que a inserção do Serviço Social nas políticas sociais contribuiu durante longo tempo para que certos interesses da classe trabalhadora fossem “refuncionalizados” em prol da lógica capitalista – uma alternativa profissional que acriticamente efetivou determinadas mediações necessárias à manutenção da ordem social, propagando e reforçando a possibilidade de mútua colaboração entre o capital e o trabalho. Não é difícil, diante do exposto, captarmos o porquê de o pensamento acrítico e conservador ter sido quase unânime no meio profissional do Serviço Social por tanto tempo, nutrindo explicações e posicionamentos moralizantes em face dos problemas sociais. E, mesmo que hoje caiba observarmos a alteração de tal quadro na profissão, não é possível pensarmos em sua erradicação. Quando mencionamos a existência do conservadorismo na profissão por longo tempo e de modo praticamente unânime, temos que lembrar o significado do Movimento Crítico no Serviço Social iniciado em meados de 1960, um processo que, mesmo que comporte alguns equívocos, indubitavelmente viabilizou avanços importantes à profissão e lhe trouxe novos aportes teóricos, inclusive substancialmente críticos (FORTI, 2017, p. 89).

Conforme Forti (2017) declarou, embora deixando lacunas quanto à ruptura com o conservadorismo, a profissão não pode retroceder e nem negar suas conquistas sociais e históricas como a articulação política da categoria com a perspectiva crítica (marxista). É inegável que nos últimos anos a luta em defesa da hegemonia profissional se acirrou, tendo em vista a plena

17 Durante o período do primeiordamismo no Brasil, tais Secretarias eram denominadas de Secretarias de “Ação Social”.

expansão do sistema capitalista e suas nuances, a exemplo das transformações do mundo do trabalho.

Em tempos de acirramento das forças produtivas e da exploração da mão-de-obra do trabalhador, as exigências por um profissional tecnicista, mediador de conflitos, acrítico, tem se tornado cada vez mais rotineiras. E essa busca inicia uma corrida para o mercado de trabalho, sem o cuidado de avaliar as consequências futuras, seja por contratações temporárias ou até mesmo por um emprego efetivo. Não temos mais segurança trabalhista, vivemos tempos árdus de uma política contingencial que se espraia para todas as políticas públicas, refletindo nas relações sociais. A preocupação da instituição é a busca por um profissional que defenda a sua imagem, que atenda aos requisitos solicitados por seu empregador e, infelizmente, a realidade atual demonstra o aumento de profissionais enfileirando-se por tal modalidade.

O enfrentamento do sistema capitalista através das expressões da “questão social”, como o desemprego, a fome, o pauperismo, a discriminação, dentre outros, tornam-se desafios postos à profissão em tempos de neoliberalismo. No entanto, temos uma questão crucial que precisa ser posta: “De que forma os assistentes sociais podem resistir às pressões de um sistema desigual e nefasto que oprime trabalhadores e trabalhadoras?”. Quais seriam as alternativas para manter uma postura de resistência e defesa intransigente dos direitos da população usuária?

Temos, portanto duas questões que são desafiadoras à categoria profissional, mas que não se esgotam e muito menos se resumem aqui. No entanto, é necessário revisitar a história de lutas e conquistas profissionais a fim de indicar os caminhos viáveis para uma caminhada coesa e amadurecida. Em relação à postura profissional dos assistentes sociais quanto à resistência do sistema capitalista por parte dos empregadores, compartilhamos algumas situações que servem de modelo na tomada de decisão e/ou de reflexão: A campanha do conjunto CFESS/CRESS do ano de 2020 em comemoração ao Dia do Assistente Social tem como tema: “*Trabalhamos em vários espaços, sempre com a população. Serviço Social: conheça e valorize essa profissão*”. De acordo com o site oficial do CFESS (2020), o tema escolhido incorpora o perfil profissional do assistente social, que está presente em todas as políticas públicas e espaços diversos, tendo como objetivo principal defender a classe trabalhadora. Este é um caminho a ser seguido: defender sempre a classe trabalhadora! Se o/a profissional tiver como regra básica a defesa da população usuária, certamente não se perderá por caminhos contrários aos que traçou durante sua caminhada, a direção crítica materializada no projeto profissional.

Em relação à segunda questão disparadora, trazemos à memória as considerações de Lewgoy e Maciel (2016) ao apresentarem o resgate das conquistas históricas da categoria nos últimos 10 anos. As autoras relembram o ano de 1996 como sendo um ano decisivo e marcante para os/as assistentes sociais: a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Tal conquista representa a articulação política da categoria, pois se não houvesse a manifestação de resistência em defesa de um direcionamento político, certamente não haveria avanços. Dessa forma, temos como exemplo a ser lembrado o da coletividade, do protagonismo profissional quando este for requisitado.

Neste sentido é necessário esboçar, sem dúvida, elementos fundamentais das Diretrizes Curriculares, sejam eles *diretrizes gerais* que trazem como elementos básicos *apreensão crítica do processo histórico como totalidade; investigação sobre a formação e os processos sociais contemporâneos da sociedade brasileira; apreensão do significado da profissão na realidade social; apreensão das demandas postas ao Serviço Social e o enfrentamento da questão social;*

*o exercício profissional de acordo com as atribuições e competências;* os pressupostos da formação profissional, além dos três núcleos de fundamentação, que são expressos em matérias e disciplinas. A organização das Diretrizes Curriculares traz uma nova lógica curricular, a fim de superar a fragmentação e pulverização dos conteúdos desenvolvidos em área de conhecimento, haja vista que “as diretrizes fundadas no compromisso social e político da formação acadêmica e do exercício profissional adotam um explícito ponto de vista de classe, na análise da sociedade e da função social da profissão” (ABRAMIDES, 2019, p. 60).

Tanto a postura de resistência quanto a organização de classe, tornam-se um desafio profissional diante do contexto de crise, do acirramento das forças produtivas, da exploração do homem pelo homem, da coerção das classes subalternas. Um ciclo destrutivo que impõe sua ordem e exige do empregador apenas a execução das ações, sem questionar, sem interpor defesa, sem direito a ter direitos, o que pressupõe uma formação profissional consistente, rigorosa, ética e comprometida.

O contexto político e econômico do país se moldou aos parâmetros do sistema capitalista requisitando uma parcela mínima de trabalhadores para o mercado de trabalho, incentivando a adesão ao microcrédito (através da modalidade de microempreendedor), fomentando o acúmulo de empréstimos bancários para a manutenção da empresa. Uma estratégia nefasta que alimenta o capital financeiro, endividando a população mais pauperizada, incentivando a sociedade civil a aderir a campanhas do governo para estimular a economia local.

Diante destas mazelas do capitalismo, o assistente social é chamado a se posicionar frente a tais questões, atuando com respeito, ética, compromisso profissional em defesa dos direitos da população. Como bem destacou o CFESS/CRESS na campanha (2020) em comemoração ao Dia do Assistente Social, é necessário que a população compreenda que o papel do assistente social vai muito além de resoluções pontuais no âmbito institucional. Sua relevância profissional compreende as esferas público-privada, atuação no âmbito das políticas públicas, planejamento, assessoramento e execução de planos e projetos.

A cultura de benesses, da raiz filantrópica da profissão, ainda perdura, é uma sombra que precisa ser lembrada apenas como uma memória histórica, um registro do início de uma profissão que nasceu no berço da filantropia e da caridade de cunho religioso, mas que se renovou, rompendo com as raízes conservadoras. Certamente esse rompimento da profissão com suas raízes obedeceu ao dinamismo da sociedade, sendo paulatino, gradual. Um rompimento que ainda não foi superado e que tem acarretado um ranço histórico e cultural até os dias atuais, comprovando que não se trata apenas de romper barreiras, mas de defender tal posicionamento contrário à bandeira de luta da profissão, este sim é o desafio profissional em tempos de neoliberalismo exacerbado.

Contribuindo com essa discussão, trazemos a fala de Yazbek (2010, p. 7) ao colocar os desafios postos ao assistente social, conforme:

Sem dúvida, diante dos desafios que interpelam a profissão, há urgente necessidade de analisar a cotidianidade do trabalho profissional. E, no labirinto de problemas que caracterizam o embate que o assistente social trava para concretizar e manter seu projeto ético/político na direção de outra sociabilidade, que não a capitalista, é preciso encontrar caminhos, responder, buscar.

É sobre essa afirmação da identidade profissional atrelada ao projeto ético-político do Serviço Social que temos enfatizado em nossa discussão sobre a hegemonia crítica defendida desde o rompimento com as raízes conservadoras. O relativismo com o qual vem sendo tratado as questões políticas, econômicas e sociais, tem colocado à prova a resistência da categoria pela defesa do seu projeto de profissão.

Diante de um país que não nega suas raízes paternalistas, tampouco demonstra necessidade de romper com tal cultura, não podemos agir com ações imediatistas, pois não refletem os valores éticos da profissão, mas é preciso acreditar que não estamos lutando sozinhos e que a nossa luta é pura utopia. Pelo contrário, somos um coletivo profissional, organizado, que diverge nas ideias, mas atua conforme a hegemonia conquistada em 1993, na constituição do Código de ética Profissional, da Lei de Regulamentação da Profissão e da aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, em 1996. São marcos históricos que acompanham o processo de conquistas da categoria, reafirmando seu caráter interventivo, plural, comprometido com a direção social e política crítica, pautada pela vertente marxista.

Outro fator importante a ser destacado é a formação aligeirada e precarizada através da criação de cursos EAD, que provocam uma formação profissional fragilizada, com interesses mercantis, que ameaçam sem dúvida a proposta das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e o Projeto Ético-Político de 1993. De acordo com Boschetti (2015, p. 647), podemos fazer uma reflexão mais aprofundada da questão tendo em vista que a “[...] reatualização do conservadorismo no âmbito do ‘fazer profissional’ está intimamente relacionada e mesmo determinada pelo avanço de certos traços conservadores na formação profissional”. A autora ainda acrescenta que:

A incorporação do pensamento pós-moderno nos currículos, à revelia das Diretrizes Curriculares, tem revitalizado alguns traços conservadores. [...] *metodologismo* [...] *teoricismo acríptico* [...] *aligeiramento* [...] *pragmatismo* [...] *voluntarismo* [...] *contentamento com o possibilismo* [...]. (BOSCHETTI, 2015, p. 647-649).

As constantes transformações societárias se colocam como um desafio a ser enfrentado pelos profissionais, pois, muitos assistentes sociais somam-se ao exército industrial de reserva, sem nenhuma segurança de manutenção de sua subsistência, refém de um empregador cooptado pelo sistema vigente, que por sua vez, seguirá o mesmo percurso do ciclo vicioso e exploratório do capital: aliena, aprisiona e sucumbe.

Cabe, portanto àqueles/as que mantêm um distanciamento da coletividade profissional, romper com o pensamento do senso comum de uma anormalidade aparente, fruto da alienação provocada pelo capitalismo, que coisifica pessoas e desta forma, mantém sua herança. É tempo de resistir para não sucumbir a uma série de ataques covardes, injustos e nefastos do atual governo. Assistentes Sociais devem estar sempre prontos para a luta, sempre dispostos ao embate, à resistência por um país com políticas públicas que atendam a população mais pauperizada, excluída, invisibilizada, que defendam a efetivação de direitos. Se chegamos até aqui como uma profissão forjada pelo protagonismo profissional, temos o compromisso ético de manter o curso da história, de ter a certeza que não lutamos por utopia, vivemos numa realidade dura, cruel, injusta, mas isso não nos afasta e nem nos impede de sonhar com um país justo, de acreditar que a nossa vanguarda ainda se mantém viva entre nós.

## APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

Diante do estudo em tela envolvendo os fundamentos da formação profissional postos pelas Diretrizes Curriculares (1996), entendemos que ao revisitá-los sob o alicerce do projeto profissional, pudemos refletir e identificar algumas inquietações no exercício profissional do Serviço Social contemporâneo.

A primeira inquietação foca a revitalização do conservadorismo na profissão, pois mesmo com o avanço dos marcos documentais através do Código de Ética Profissional e da Lei que regulamenta a profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares de 1996 diante da crítica marxiana na perspectiva de articulação dos núcleos de fundamentação da formação profissional, estes “*Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social [...]; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira [...]; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional*”, em sua essência densa e rigorosa, não são compreendidos e repassados no processo formativo pelos docentes e supervisores de campo aos futuros profissionais de forma clara e coerente, o que acarreta uma fragilidade na operacionalização da hegemonia crítica da profissão.

Assim, podemos afirmar que as categorias teóricas fundantes para a compreensão do projeto ético-político do Serviço Social, ou seja, a “produção social” e o “trabalho”, enquanto categoria fundante do ser social, ainda não são incorporadas pela maioria dos assistentes sociais que acabam no mergulho do exercício profissional cotidiano, transitando na realidade social caótica, desigual e desumana diante de uma sociedade capitalista, marcada pelo neoliberalismo através de um complexo contexto sócio-político e econômico que exige respostas às demandas – emergentes e reprimidas – de forma rápida e urgente, inviabilizando muitas vezes a compreensão pelos assistentes sociais de categorias fundamentais para a execução do exercício profissional pautado no projeto profissional. A compreensão passa a ser superficial e imbuída de equívocos.

Portanto, é fundamental que o Assistente Social contemporâneo não perca a indignação diante das injustiças e perda de direitos, e nem mesmo o seu compromisso fundamental com a direção social e política da profissão por intermédio do projeto profissional e busque incessantemente um aprimoramento intelectual para fortalecer a sua formação contínua e o seu exercício profissional.

Um dos grandes desafios é o rompimento com práticas antidemocráticas e com o ranço conservador, que devem ser abolidos do exercício profissional do assistente social, a fim de fortalecer o exercício de sua capacidade crítico-reflexiva para compreender o movimento da realidade, para proposições de ações efetivas e de possível materialização, pois entendemos que é necessário um amadurecimento teórico, uma postura crítica, um compromisso com as classes subalternas andando na contramão do sistema capitalista, recusando o arbítrio, negando todas as formas de preconceito e discriminação social, posicionando-se a favor da classe trabalhadora, engajando-se aos movimentos sociais e defendendo o projeto ético-político da categoria, a fim de negar todas as formas de aviltamento social, capaz de ferir os direitos da classe trabalhadora, quebrando com práticas assistencialistas e policialescas junto às políticas públicas e sociais.

É necessário, ainda, compreender que o Projeto Ético-Político do Serviço Social é uma forma de resistir às desigualdades sociais impostas pela sociedade capitalista e reafirmar as lutas da categoria, tendo uma postura crítica contra a burguesia, enfrentando os ataques diante das conquistas e direitos sociais.

## REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In: **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL - ABESS. Cadernos ABESS nº 7. Formação Profissional: Trajetórias e desafios. Edição Especial.** São Paulo: Cortez Editora, 1997.p. 58- 76.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro: ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez Editora, 2019.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez Editora, 2017, v.2.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do Conservadorismo na formação profissional.** In: **Revista Serviço Social & Sociedade: Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, nº 124, 2015. p. 637- 651.

**CAMPANHA CFESS.** Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/dia-doa-assistente-social>. Acesso em 04/05/2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional do Assistente Social,** 1993.

FORTI, Valéria Lucília. **Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios.** In: Revista Katalysis, Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Curso de graduação em Serviço Social. Santa Catarina. 2017.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: temas, textos e contextos. Coletânea nova de serviço social.** Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2010.

GUERRA, Yolanda. **Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica.** In: **Serviço Social e seus fundamentos: Conhecimento e Crítica.** GUERRA, Yolanda et. al. (Orgs.). Campinas: Papel Social, 2018. p. 25-46.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos.** São Paulo: Cortez, 1994.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lúcia Suárez. **O Projeto de Formação em Serviço Social: Análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016.** In: *Revista Temporalis*, Brasília, v. 16, n. 32, 2017.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e Alienação.** 16ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MATOS, Maurílio Castro de. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade.** In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.124, p. 678-698, ou/dez. 2015.



PAULO NETTO, José. **Introdução ao método na teoria social**. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009. p. 667-700.

SANTOS. Claudia Mônica. Prefácio. In: **Serviço Social e seus fundamentos: Conhecimento e Crítica**. GUERRA, Yolanda et. al. (Orgs.). Campinas: Papel Social, 2018. p. 11- 17.

SIMIONATO. Ivete. As Abordagens Marxistas no Estudo dos Fundamentos no Serviço Social. In: **Serviço Social e seus fundamentos: Conhecimento e Crítica**. GUERRA, Yolanda et. El. (Orgs.). Campinas: Papel Social, 2018. p. 85- 113.

YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Vilela (Orgs.). **Serviço Social na História: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

YAZBEK. Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social. In: **Serviço Social e seus fundamentos: Conhecimento e Crítica**. GUERRA, Yolanda et. al. (Orgs.). Campinas: Papel Social, 2018. p. 47-84.

# TRABALHADORES, QUESTÃO SOCIAL E A ALTERNATIVA SOCIALDEMOCRATA: OS SENTIDOS DO SERVIÇO SOCIAL

Mariléa Borges

## INTRODUÇÃO

À medida que vamos nos apropriando dos estudos sobre a questão social, demonstrados pela “vanguarda” do Serviço Social Crítico<sup>18</sup> chegamos à compreensão de que há um consenso entre as teses sobre a eclosão da questão social, o movimento organizado dos trabalhadores, as propostas socialdemocratas (incluindo o Estado de Bem-Estar) e a chegada do Serviço Social, como instrumento de intervenção do Estado capitalista, na sociedade moderna. Fatos concomitantemente ocorridos na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista enquanto etapas pertinentes ao desenvolvimento capitalista e institucionalizados pelo Estado em defesa das bandeiras da burguesia, impuseram a formação do Serviço Social, forjado enquanto uma profissão de caráter sociopolítico e ideológico com complexidades ainda não decifradas pela maioria da sua categoria profissional, sobretudo nos sentidos políticos da sua atuação profissional na questão social.

Reconhecendo que estamos num caminho com várias saídas, esse esboço de crítica tem como foco a formação do caráter socialdemocrata do Serviço Social nunca antes assumido pela vanguarda da Profissão, muito menos debatido e, conseqüentemente, desconhecido pela massa da categoria dos Assistentes Sociais. Sem chegar aos possíveis motivos desse histórico silenciamento, queremos aqui apenas levantar as raízes dessa orientação política que tem configurado o Serviço Social. Dessa forma o artigo está formatado em duas partes interligadas, porém didaticamente separadas para melhor composição do texto.

## A QUESTÃO SOCIAL E A CRISE DOS TRABALHADORES

Quando discorremos pelas autenticadas leituras do Serviço Social sobre a questão social fica-nos patente o consenso de que se trata de um fenômeno social produzido nas primeiras crises da revolução industrial, notadamente as sucedidas nas décadas finais do séc. XVIII e as medianas do sec. XIX, com especial particularidade para as convulsões sociais desenroladas, por toda a França, conhecida como a revolução proletária de 1848, fazendo-nos observar que “a Revolução Industrial, qual um cavalo de Tróia, abrigava em seu interior uma revolução

18 Assistentes Sociais estudiosos que participaram do movimento de intenção de ruptura do conservadorismo no Serviço Social e debateram as bases teórico-práticas do Serviço Social Crítico durante a década de 1980/1990.

econômica e uma revolução social que mudaram a face do século XIX”, como afirma Martinelli (2008, p. 36).

O fato é que a passagem do capitalismo concorrencial, sobretudo na sua fase industrial, trouxe impactos excessivamente negativos para a vida da classe trabalhadora, transpondo as exigências da fábrica para a sociedade, não apenas determinando a formação da classe operária, mas também as péssimas condições de vida decorrentes da relação de exploração que marcava a vida dos operários, resultando nas mais diversas formas de agitações insurrecionais surgidas por toda a Europa capitalista.

Na concepção de Paulo Netto (2006, p. 154) “o divisor de águas” para a definição da “questão social” está na Revolução de 1848, momento em que se evidencia o amadurecimento do proletariado europeu, organizando-se em sindicatos e partidos políticos e respondendo duramente às práticas de contenção dos espaços de trabalho, desemprego, desvalorização do salário que provocavam extrema pobreza e agitação.

Enquanto “divisor de águas”, a Revolução de 1848 imprime também a oficialização do compromisso militante de Marx e Engels no movimento operário organizado, na época, em torno da “Liga dos Justos” e a eterna vinculação dos comunistas alemães ao proletariado simbolizada pela entrega de *O Manifesto Comunista* aos operários em março de 1848, ressaltado por Löwy (2010, p. 14) como “um testemunho que tinha, para os dois lutadores, a intervenção dos comunistas no processo de luta de classes revolucionária que se iniciava”. Todavia, a história da luta operária conta-nos que a intervenção comunista marxiana foi interrompida por um processo de cisão político-ideológica exercida no interior do movimento dos trabalhadores.

Sobrevindos do movimento operário organizado constituído no século XIX, os diálogos feitos entre Marx e os trabalhadores acabam por produzir dois grandes blocos de orientações políticas com distintas identificações de projeto societário – os reformistas e os revolucionários. Certamente que os registros históricos são ricos na divulgação de movimentos dos trabalhadores que vão ser caracterizados como pertencentes ou emanados de um ou outro projeto societário. Somente para citar alguns: O Movimento Cartista, A Sociedade dos Fabianos, os Blanquistas, os Carbonários<sup>19</sup>, etc.

Vertentes instituídas no cerne do movimento operário – os comunistas, representados pelos grupos de orientação nitidamente marxiana e os reformistas, representados pelos socialdemocratas, foram criadas a partir de cisões, processadas ao longo das dinâmicas de atuação desses movimentos. Uma das questões que se colocaram como chaves para delinear a notável cisão do movimento operário internacional organizado foi o debate acerca da adoção da greve geral como

19 O Movimento Cartista e a Sociedade dos Fabianos são movimentos ingleses do século XIX, internacionais, como uma estratégia de enfrentamento à sociedade burguesa permeada de reformas e revoluções – e ainda para ratificar nossa afirmação de que as duas tendências, hoje identificadas como reformistas e como revolucionárias, partiram de um mesmo tronco, a Internacional Comunista. Lembremos que àquela altura dos acontecimentos políticos, o movimento dos trabalhadores se alterou em torno da adesão de Marx e Engels à Liga dos Justos e de uma entidade de irmãos de cunho conspirador, passou a uma organização de comunistas, em 1847 e neste mesmo ano se conclui pela urgência de divulgação de um manifesto, o Manifesto Comunista. Sabe-se que este documento, orientador do movimento operário, redigido por Marx, expressa a necessidade de que os trabalhadores se organizem em Partidos, os quais em grande parte, considerando o universo de organizações filiadas à Internacional, inicialmente se declaravam também Sociais-democratas, incluindo o Partido Operário Russo, que a época das revoluções russas, ainda se intitulava Partido Operário Social-Democrata Russo. Obviamente que os acontecimentos históricos que possibilitaram a cisão do movimento, igualmente definiram a mudança de nomenclatura de cada partido, conforme as peculiaridades que sua proposta programática esboçava.

estratégia de derrubada do regime e o papel do Partido frente aos sindicatos, nos anos iniciais do século XX. Ressalte-se que neste momento-1902 a 1905- países europeus, como a Bélgica, a Suécia, a Holanda, a Itália, a Rússia e a própria Alemanha, foram fortemente abalados pela ocorrência de greves em massa. Porém, as raízes da controvérsia esbarram em relações e conjunturas de intensa complexidade tanto nos processos de vivência quanto de compreensão.

## A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIALDEMOCRATA

Até 1864 não havia, dentro do movimento operário, divergências expressivas quanto ao método de análise e formas de transição para o socialismo, apesar de já haver a discordância dos anarquistas quanto à questão da extinção do estado e ao papel do partido no processo revolucionário. Contudo, ainda se encontrava no campo dito revolucionário, a crença, ainda que implicitamente, na necessidade da revolução como caminho para a tomada do poder.

É somente após a fundação da II Internacional, em 1889, que o processo de cisão no movimento irá se delinear mais nitidamente. Neste contexto, Eduard Bernstein (1997), uma liderança da ala direita da Internacional dos Trabalhadores, questionará os fundamentos da análise marxiana da sociedade burguesa.

Autor do livro “Socialismo Evolucionário”, dentre outras obras, Bernstein deu origem ao chamado revisionismo da teoria marxista, que o deixou conhecido como o primeiro revisionista. Com a pretensão de realizar uma grande revisão nos conceitos marxianos, confrontando o materialismo dialético e a teoria do valor do trabalho, pregava a melhoria do capitalismo e refutava o que considerava um suposto determinismo econômico de Marx, negando que as contradições do sistema capitalista originassem as crises que poderiam levá-lo à derrocada. Ainda confrontava a dialética por considerá-la perigosa, por seu caráter não inteiramente falso, uma vez que o método dialético para ele possibilitava a passagem brusca da avaliação econômica do sistema à possibilidade de atuação política violenta do movimento operário, posto que, condenava o uso da violência política e o conceito de revolução em permanência, a qual associava ao modo blanquista de conquista do poder. Suas ideias deram origem a acirrados debates com os líderes do grupo de esquerda da Internacional, principalmente com Rosa Luxemburgo.

Ainda em o “Socialismo Evolucionário” (1997, p. 12 – 14) Bernstein defende a ideia de que o socialismo é um movimento em busca da associação cooperativa e de sua implantação se daria pelo avanço das organizações democráticas. Para ele, “a democratização progressiva das instituições políticas corresponde ao instrumento adequado para a realização do programa da socialdemocracia”. Defendendo que, “o socialismo pode realizar-se de modo autêntico nas marcas do sistema democrático-representativo”, haja vista, pois, “no que respeita ao liberalismo como movimento histórico universal, o socialismo é seu herdeiro legítimo, não apenas do ponto de vista cronológico como também do ponto de vista social”. E ao criticar o uso do método violento de tomada do poder, escreveu: “(...) a elegibilidade universal é uma alternativa à revolução violenta” (1997, p. 114).

Em meio às disputas de propostas e princípios marxistas, surgidas no seio do movimento operário, no final do século XIX, a maioria dos partidos operários, na Europa, eram socialdemocratas, incluindo o Partido Alemão, palco desses acontecimentos. Observe-se que este Partido, contraditoriamente, contribuiu sobremaneira para a divulgação do pensamento marxista, vez

que foi um partido de massa, cuja quantidade de filiados ultrapassava a impressionante marca de centenas de filiados em todo o país.

Ressalte-se que o desenvolvimento das forças produtivas na Alemanha e a adesão da população alemã às propostas do partido, demonstrada pela vitória nas urnas, de certa forma contribuiu para consolidar o pensamento socialdemocrata, surgido em grande medida, pelo revisionismo de Bernstein, notadamente em sua obra “Os pressupostos de socialismo e as tarefas da socialdemocracia”. Fato também reforçado pela crença comum de grande parte dos líderes socialdemocratas de que o colapso do modo de produção capitalista inevitavelmente aconteceria, tornando possível a implantação do regime socialista. August Bebel (1840-1913)<sup>20</sup>, tinha uma expressão favorita que definia essa crença “o grande zás-traz” e afirmava que: “No final, um hábil movimento fará ruir toda a velhacaria como um castelo de cartas” (HOBSBAWM, 1982, p. 211).

Steinberg (1982), afirma que era a época de prosperidade que se iniciou em 1896, sob a égide da concentração monopolista, e que cedo evidenciou a nova capacidade de resistência e de integração da sociedade burguesa-capitalista, fato que implicou também numa grave crise no campo da teoria do movimento operário socialista. Pois, o desenvolvimento econômico ocorrido no fim dos anos de 1890 privou as bases do movimento operário, de qualquer esperança em uma revolução e/ou em um colapso a curto prazo. A esse respeito, os estudiosos falaram em “crise do marxismo”, o que seria mais exato falar de uma crise da ortodoxia marxista (Idem, p. 213).

Assim, as bases teóricas da socialdemocracia vão se configurando como tendência oposta ao pensamento marxiano, embora tenha partido dele, daí o motivo de Bernstein ser considerado o pai do pensamento socialdemocrata. Contudo, ainda nesse momento histórico surgem outros autores que, igualmente, farão coro à revisão do pensamento marxiano, divergindo dos pressupostos fundamentais da teoria que ainda se configurava como marco divisor de análise da sociedade burguesa e do modo de produção capitalista.

Os principais pontos de ataque ou de divergência consistiam na refutação do materialismo histórico, do método dialético e da luta de classes e da teoria do valor. Neste roldão se encontram Kautsky, Otto Bauer, Vitor Adler, dentre outros. Cada um de seu modo irá fornecer as bases conceituais para a socialdemocracia.

O pensamento de Kautsky (1858–1938), foi identificado com o chamado “marxismo da Segunda Internacional”, uma ideologia do partido que tentou conciliar os pressupostos do marxismo, com o que Korsch (1886 – 1961)<sup>21</sup> definiu de “subordinação a seus fins práticos” (HOBSBAWM, 1982, p.21). Como já afirmamos anteriormente, foi naquela ocasião que o partido socialdemocrata alemão havia se capilarizado e se tornado uma referência para os demais. Sua penetração no movimento operário contribuiu para a divulgação dos ideais marxistas. No entanto, tamanha expansão custou a vulgarização dos princípios marxistas.

De fato, o marxismo havia empobrecido e se tornara um marxismo vulgar, grosseiramente mecanicista, evolucionista, distanciado da filosofia, mera explicação da necessidade das leis do desenvolvimento histórico, frequentemente traduzido em termos de cientificismo positivista e

20 Um dos fundadores do Partido Socialdemocrata Alemão.

21 Karl Korsch, marxista alemão, professor de direito. Foi fundador da Escola de Frankfurt, escreveu vários livros sobre marxismo, o mais conhecido foi *Marxismo e Filosofia*.

perdido totalmente a sua natureza de teoria social revolucionária como concebia Korsch nas críticas que fazia às teses de Kautsky e Lênin (HOBSBAWM, 1982).

Kautsky, por seu posicionamento político, chegou a ser considerado centrista. A princípio, colocava-se como uma espécie de guardião da ortodoxia marxista. No entanto, atenuava o caráter revolucionário do marxismo, para, em seguida repudiá-lo abertamente. Por prever a inevitabilidade do socialismo a partir da análise do desenvolvimento econômico e social, descartava a ideia de utilização de métodos violentos para a revolução. Acreditava na possibilidade de implantação das medidas socialistas dentro dos limites democráticos, os quais necessariamente passavam pelo sistema parlamentar e pela utilização do sufrágio universal. Revelou-se também, um defensor tenaz da coalização de classes, argumentando que os governos de coalização se constituem em fase de transição para um governo socialista. Chegou a argumentar que a abolição da divisão do trabalho e o desaparecimento do Estado foram influências utópicas comunistas de Marx, razão por que defendia a existência do Estado, mesmo numa sociedade socialista. Dizia Kautsky que:

(...). O objetivo, certamente, deve ser uma sociedade sem classes, mas não sem Estado. O Estado deve continuar como aparelho técnico no quadro de uma sociedade inevitavelmente enraizada na divisão do trabalho e na competência profissional, embora privada dos efeitos do capitalismo. Um Estado “social”, baseado em uma “democracia sem classes”, mas racionalmente organizado no plano do trabalho e da organização administrativa: eis o que podia e devia ser entendido como o “Estado do futuro” (HOBSBAWM, 1982, p. 339).

Fundamental também para a formulação do arcabouço teórico socialdemocrata foi a contribuição dos austromarxistas, onde se destacam Otto Bauer e Victor Adler. O austromarxismo possuía um recorte nacional, criado no interior da Áustria, no final do século XIX. País pertencente ao império austro-húngaro, sob a monarquia dos Habsburgos, os austríacos devido à forte influência da cultura alemã, nutriam o desejo de fazer parte de um grande império alemão.

Os austromarxistas formavam um grupo heterogêneo, marcadamente de intelectuais, com uma quantidade expressiva de professores universitários, dentre eles neokantianos e marxistas ortodoxos, assim como simpatizantes de correntes positivistas daquele país (MEHRAV, 1984). Defendiam a implantação de reformas socioeconômicas e políticas pela via parlamentar, porém sob pressão das massas mobilizadas pelo partido, numa espécie de democracia representativa militante. Tal postura possibilitou a concreção de diversas reformas em Viena, da política fiscal a educação pública, passando pela previdência social, saúde e habitação popular, com extensão de tais medidas a todos os municípios que possuíam maioria socialista no parlamento, tendo conseguido em alguns municípios, além da própria Viena.

Por seu caráter centrista, a socialdemocracia austríaca, naquele momento histórico, defendia a unidade do movimento operário internacional e não cerrou fileiras com a socialdemocracia alemã e tampouco com os recém-criados partidos comunistas do pós-guerra. Nesse aspecto, não adere ao chamamento de Lenin para a fundação da III Internacional em 1919 e em 1921 cria a Associação Internacional dos Partidos Socialistas, o Birô de Viena, vez que advogavam a tese do que consideram ser o socialismo integral, ou seja, a junção das ações reformistas e revolucionárias, como objetivos de um único movimento operário. Entretanto, já não havia mais condições de reunificação do movimento, por haver passado por uma cisma, decisivo para a separação do movimento em dois grandes blocos, o socialdemocrata e o comunista (MEHRAV, 1984)

Os debates que se processavam no seio do movimento e que de certa forma delinearão as duas grandes tendências, já haviam lançado a semente de prováveis cisões que se revelariam irreconciliáveis do ponto de vista do método de análise, das estratégias e táticas e dos objetivos de cada bloco. Contudo, a despeito do acirramento destes debates, o descumprimento dos partidos, incluindo do partido socialdemocrata alemão, as deliberações do Congresso de Stuttgart e de Basileia, se concretizou. Nestes congressos, a Internacional deliberou pelo não apoio à guerra imperialista que se avizinhava, com a aprovação aos créditos de guerra para os governos nacionais. Tal fato provocou a separação do movimento, tornando insustentável a continuidade da Internacional. E, por conseguinte, deu origem à definitiva cisão do movimento e o abandono do objetivo da transformação da ordem capitalista pela via revolucionária.

Dentre as inúmeras organizações e movimentos associativistas, com registro histórico no século XIX e início do século XX que prefiguram na história do movimento operário, o Bernsteniano, o Kautskista e o austromarxista, podem ser considerados correntes de pensamento que forneceram à socialdemocracia os fundamentos para a constituição do seu corpo conceitual e parecem haver originado a formulação de proposição de ações programáticas para os partidos socialdemocratas da atualidade.

O Keynesianismo, como corrente de pensamento, foi igualmente decisivo para a consolidação do pensamento socialdemocrata, no pós-guerra, momento de seu aparecimento enquanto corrente teórica. Também foi oportuno para que a taxa de lucratividade do capital ocorresse juntamente com a ampliação da produção e do consumo, tratando somente do aspecto distributivo, sem a alteração das relações de produção. O keynesianismo se caracterizou pelo forte intervencionismo do Estado na economia. No entanto, a ocorrência de crises iminentes ao modo de produção capitalista contribuíram para a substituição da orientação keynesiana, a adoção de medidas neoliberais de forte cunho autoritário e repressivo aos trabalhadores, vivenciadas até os dias atuais.

Uma das principais medidas propostas por Keynes (1883–1946)<sup>22</sup> consistia na interferência estatal na economia, distinguindo-se dos princípios liberais clássicos, onde se previa a livre concorrência regulada pela “mão invisível do mercado”, cujo equilíbrio entre a oferta e a procura se daria espontaneamente. Tal proposição remonta a questão da instrumentalidade do Estado e sua relação com a sociedade civil, conforme afirmamos acima. Dessa forma, se faz necessário trazer à lume a concepção marxiana de Estado e citar que:

O Estado não surge na história para simplesmente administrar e organizar coisas; torna-se uma esfera necessária para assegurar o poder dos que têm (proprietários) sobre os que não têm (não proprietários), cuja relação é fundada em interesses irreconciliáveis. Estabelece relações de poder na posse e no usufruto, privado e individual da riqueza socialmente produzida. Portanto, o poder político que ele organiza está associado e subordinado (...) aos interesses reprodutivos e ao poder material que este exerce sobre a sociedade (PANIAGO et al; 2012, p. 70).

Naturalmente que a socialdemocracia, a despeito de não negar a existência de classes polarizadas no modo de produção, trabalha com os princípios de coalização de classes e a possibilidade de diminuição da desigualdade e do hiato societal entre classes, componente inerente

22 John Maynard Keynes, economista britânico, fundador da macroeconomia; teorizou a intervenção do Estado na economia como política econômica de sustentação do sistema capitalista.

do modo de produção capitalista e da sociedade burguesa. Nesta perspectiva, o Estado seria um ente aplicador das medidas socialdemocratas e estaria acima do conflito de classes, arbitrando as relações entre estas e assumindo as áreas de serviços públicos, não lucrativas, além de subsidiar financeiramente as empresas privadas, via isenção tributária.

A pretensa distribuição de renda pela via da taxaçaõ tributária, para a manutenção de serviços públicos, bem como de benefícios, também se expressa como uma das principais proposições socialdemocratas. Tais proposições provavelmente se espelharam na experiência austríaca da chamada Viena vermelha<sup>23</sup>, onde a implantação desta e de outras medidas, de certo modo, àquela altura e naquele dado contexto histórico, favoreceram a classe operária, elevando seu nível de qualidade de vida. Ressalte-se que o parlamento assume um papel singular para a socialdemocracia, onde a democracia representativa é valorada e há a possibilidade de aprovação das medidas pelo parlamento, sob pressão dos representantes eleitos pelo voto dos trabalhadores.

Tais medidas, de clara inspiração keynesiana, deram conformação a uma espécie de Estado de Bem-Estar, em alguns Países Baixos – já relacionado acima, e teriam influenciado a implantação do chamado Estado de Bem-Estar nos países capitalistas centrais.

## **A ALTERNATIVA SOCIALDEMOCRATA E AS BASES DE FORMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

A Socialdemocracia, conhecida pelas propostas reformistas do sistema capitalista, tem como objetivo a diminuição das desigualdades entre as classes sociais. Embora tenha nascido do ventre do movimento operário revolucionário, é a tendência que valoriza a via parlamentar como elemento fundamental para a implantação de mudanças programáticas de cunho socioeconômico e político, acreditando que através das reformas a sociedade capitalista pode chegar ao equilíbrio da correlação de forças das classes sociais. Também é favorável à interferência do Estado na economia e em áreas que considera estratégicas para universalizar o acesso à educação, saúde, ao transporte público e habitação, segundo afirmam seus mentores e seguidores. Porém, no que diz respeito à economia, a socialdemocracia preserva a peculiaridade capitalista de assegurar a economia de mercado e a força dos empreendimentos privados, como já manifestou Hélio Jaguaribe (1989).

Assim, a socialdemocracia não defende a estatização da economia, mas a manutenção de um Banco Central independente, a fim de que a moeda, segundo pregam, permaneça estável e a inflação contida, a dívida e contas públicas equilibradas. Prima pela distribuição de benefícios sociais e expansão dos serviços públicos, cujo financiamento seria feito pelos impostos arrecadados. Dessa forma, afirmam ser o imposto utilizado um instrumento de justiça social. Embora formada no âmbito do marxismo, desde o final do século XIX, como uma experiência teórica e prática direcionada à conquista da emancipação dos trabalhadores sem acarretar prejuízos para o capitalismo, a socialdemocracia traduz:

23 Viena vermelha foi um projeto social de construção de habitação digna e confortável para os trabalhadores residentes em Viena, depois da Primeira Guerra. Chamado de vermelha pelo fato de ter sido produzido pelo partido socialdemocrata, que se reivindicava de inspiração marxista.



Um modelo de organização da sociedade que combina os ideais socialistas de igualdade e justiça sociais com a preservação e o aprofundamento das liberdades democráticas, dentro de condições que mantêm uma economia de mercado e asseguram o dinamismo e a agilidade da empresa privada. A expressão formulada pelos alemães, de economia de mercado socialmente regulada é uma boa descrição sintética desse modelo (JAGOURIBE, 1989, p.3).

E, centrada na preocupação da organização social da coletividade, a socialdemocracia ressalta a fiscalização e a regulamentação, cujas funções deverão ser exercidas de forma basilar para a pretensa qualidade dos serviços públicos. Neste aspecto, valoriza a organização de conselhos paritários e agências de regulação para fiscalização dos serviços. A democracia representativa é, segundo os partidários dessa tendência política, a forma ideal de exercício do poder.

No que diz respeito à relação com os trabalhadores, a socialdemocracia valoriza as negociações feitas através das organizações de base. Consideram a mais correta aquela feita com os sindicatos, pois acreditam que o aparato jurídico-legal pode ser a base das regras legais para o exercício do papel de reivindicador da categoria que representa, sem a mediação direta do Estado. Assim, a negociação direta dos sindicatos com as empresas é plenamente possível, por tratar-se de uma relação contratual.

Para as relações de trabalho, a socialdemocracia prevê a possibilidade de subsídio direto e indireto ao setor privado, proteção ao capital nacional e suposta restrição ao capital estrangeiro. Todas essas e outras propostas de reformas socioeconômicas e políticas, serão avalizadas pelo chamado Estado de Bem-Estar que surge como o pretenso reordenador de distribuição de renda e redutor da desigualdade entre classes.

O movimento keynesiano apregoava exatamente o que a socialdemocracia considerava basilar para a instalação do processo de transição para uma suposta sociedade menos desigual, ou seja, na visão dos socialdemocratas, tornou factível a implantação de reformas graduais com a intervenção do Estado em setores estratégicos da economia e a suposta possibilidade de distribuição de renda, a partir de benefícios e subsídios fiscais às empresas nacionais e principalmente as pequenas empresas, bem como a expansão dos serviços públicos, onde seria igualmente possível a reversão de impostos para a saúde e educação, dentre outros elementos, que alegavam poder melhorar a vida do trabalhador.

## **O ESTADO DE BEM-ESTAR E SUA FORTE UTILIZAÇÃO IDEOLÓGICA NA CONSOLIDAÇÃO DA TEORIA SOCIALDEMOCRATA**

Przeworski<sup>24</sup>(1988), argumenta que a chamada revolução keynesiana favoreceu os socialdemocratas ao fornecer um objetivo que justificasse seu papel no governo e ainda sobrevalorizasse as políticas distributivas para a classe trabalhadora. Afirma ainda que:

24 Cientista político polonês e Professor de Ciência Política da Universidade de Chicago, Estados Unidos, autor do livro “Capitalismo e Socialdemocracia”, publicado no Brasil em 1989.

O keynesianismo não era apenas uma teoria que justificava a participação socialista no governo como também, de maneira ainda mais fortuita do ponto de vista socialdemocrata, era uma teoria que repentinamente garantia um status universal para o interesse dos trabalhadores. (...) Mas, pela lógica da teoria de Keynes, maiores salários, particularmente se a massa salarial aumenta preferencialmente através do aumento das taxas de emprego e não dos níveis salariais (que na Suécia não aumentou desde 1936), significavam um aumento da demanda agregada, o que implicaria um incremento das expectativas de lucro, maiores investimentos e, portanto, estímulo econômico (PRZEWORSKI, 1988, p.72).

Para o autor, o estado de bem-estar teve como fundamento o fortalecimento da posição keynesiana. A teoria keynesiana não apenas propiciou aos socialdemocratas internalizarem, amadurecer e reproduzir a ideologia de um estado regulador do mercado, mas, principalmente, a crença de que o estado também poderia regular a política econômica, conduzindo-a para a satisfação da sociedade de maneira total.

Assim, os pressupostos keynesianos foram incorporados pela socialdemocracia e teriam avivado seus objetivos reformistas de suposta humanização do sistema capitalista, bem como foram utilizados para incrementar os projetos societários reformistas dos programas socialdemocratas, mesmo em meio às crises cíclicas que o sistema capitalista já havia provocado.

No entanto, após a crise fiscal e o colapso da expansão imperialista nos anos 70 do século XX, o chamado Estado de Bem-Estar é, supostamente, derruído e o ideário socialdemocrata passa a revelar sua face neoliberal, sem os pruridos reformistas que até então mantinha. E numa conjuntura desfavorável, o pensamento keynesiano passa pelo abandono, além de acusado de não mais poder fazer o enfrentamento da crise que se anunciava com todo seu rigor devastador.

Esse quadro está claramente exposto num comentário de Fritsch (1989) quando analisa as causas da queda do *Welfare State*. Defendendo a ideia de que a socialdemocracia é a “doutrina ou o conjunto de políticas que num determinado momento histórico tenta implementar o objetivo duplo de justiça social” (p. 291), Fritsch comenta que a sociedade socialdemocrata seria o modelo de vida social, uma vez que tem garantido medidas essenciais para lidar com os problemas da globalização da economia, da correlação de forças entre as instituições multilaterais, mantendo a “coordenação de políticas econômicas entre as economias centrais” (p. 292). Todavia, esse é um quadro que se instala a partir da metade da década de 70 e se consolida totalmente nos anos 80, quando os países dominantes do mundo ocidental capitulam as políticas neoliberais, reasumindo o conservadorismo. “O diagnóstico que eles fazem é o de que a construção do *Welfare State* europeu e norte-americano aumentou a regulação governamental e diminuiu a liberdade econômica”, desabafa Fritsch (1989, p. 293).

Para os socialdemocratas esse foi um grande dilema a ser enfrentado. Pois, a partir dessa virada política, as respectivas sociedades passaram a aderir políticas fiscais duras no sentido de reduzir cargas tributárias e o gasto público, diminuindo a participação do Estado na instalação das políticas públicas e na intervenção do mercado.

Neste aspecto, a chamada revolução keynesiana evidencia a instrumentalidade do Estado na ordem burguesa capitalista e ressalta uma peculiar concepção do Estado, como um ente autônomo e mediador do conflito de classe.

O Estado vai atuar de forma decisiva na implementação de tais mediadas neoliberais. Encarna, no decorrer do desenvolvimento da crise, o principal papel de vilão dos desequilíbrios econômico-financeiros provocados pela crise, através da alegada crise fiscal do Estado intervencionista do período anterior, que atuaria, para alguns, como um dos fatores causadores da crise (PANIAGO et al., 2012, p. 60).

E, ainda abordando as relações entre crise do capital, neoliberalismo e Estado, Paniago prossegue afirmando que seria um equívoco identificar “o Estado keynesiano atuante no período anterior como o causador de desequilíbrios econômicos atuais (...)” (p. 60). Pois,

Aqueles que adotam tal abordagem denotam explícita ou implicitamente a concepção de Estado como uma esfera autônoma, o qual, em poder dos trabalhadores, poderia reverter a tendência de crise estrutural do capital, através da melhor utilização de seu instrumental político, jurídico e legal, e ainda que prescindida de qualquer alteração fundamental na base material produtiva e reprodutiva do sistema (PANIAGO et al., 2012, p.61).

O chamado Estado de Bem-Estar foi sem dúvida, um achado, para os reformistas que defendiam a permanência da sociedade classista e da dominação burguesa sobre os trabalhadores. Tão convenientemente propalado e defendido como o Estado ideal, devido a um suposto parâmetro ético-humanitário, como comprovação de que um Estado dotado de tais bases, é plenamente possível (LESSA, 2013).

De acordo com o pensamento marxiano, a prática é o critério da verdade e nesta perspectiva, a prática desvelou a face real do chamado Estado de Bem-Estar. Corroborando esta afirmação, o autor vai identificar que autores considerados reformistas ou também de esquerda que tentaram definir o Estado de Bem-Estar, seja pela adoção de políticas públicas, seja pela forma do regime democrático ou seja ainda pelo período da existência – o chamado 30 anos de ouro do capitalismo, ocorreram em equívocos que os fatos históricos desmentem.

Tantas e tantas tentativas infrutíferas de precisar a definição de Estado de Bem-Estar, das mais diferentes perspectivas, sugerem fortemente que as dificuldades não decorrem de uma falha no conceito enquanto tal; decorreu da tentativa de explicar um processo de reprodução social, o Estado, desvinculado de seu solo fundante, a reprodução material da sociedade (LESSA, 2013, p.182).

Em defesa da sua perspectiva de análise, o autor discerne que somente a ideologia pode ter feito isto, destacando que:

(...) uma das várias funções sociais das ideologias no sentido restrito é precisamente esta: a de reproduzir um “falso socialmente necessário” para justificar o status quo. O “falso socialmente necessário” comprova a sua pretensa veracidade teórica pela sua utilidade prática, imediata, na justificação da ordem” (LESSA, 2013, p.183 *grifos do autor*).

E vaticina:

O Estado de Bem-Estar ao fim e ao cabo não passa de uma falsa categoria para explicar um feito criado pela própria teoria. (...) Como a “lógica” das transformações da relação do Estado com a economia está nesta, e não naquele; como

a “autonomia relativa” do Estado para com a sua base material apenas existe no interior da determinação predominante da economia sobre o complexo estatal, buscar no Estado de Bem-Estar sua própria lógica não pode, se não conduzir – como tem conduzido – a teorias que substituem a história variadas “formas de loucura” (LESSA, 2013, p.189 *grifos do autor*).

Outra questão que desmistifica o chamado Estado de Bem-Estar quanto à inovação na aplicação de políticas públicas de cunho reformista estatizante que objetivavam minorar a exploração dos trabalhadores, que haviam sido supostamente adotadas somente no período do pós-guerra, de 1945 em diante, é o fato de que diversos países utilizaram o receituário claramente keynesiano desde o final do século XIX, como foi o caso da Alemanha sob a batuta de Bismarck, da França, do Canadá e da Suécia.

Sobre este último, o próprio Marx registra em sua Carta à William Brake, por ocasião da Crítica feita ao Programa de Gotha -1875. Também em 1913, o parlamento sueco aprovou um sistema de aposentadoria geral. Outros países adotaram a aplicação de políticas semelhantes no período entre as grandes guerras mundiais, entre eles: França, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Uruguai, Costa Rica, Suécia, URSS e Alemanha. A Inglaterra tem registros mais antigos que remontam a “Lei dos Pobres”<sup>25</sup>, antes da Revolução Industrial.

Do final da Primeira Guerra até 1938, teve lugar uma longa série de alterações das leis voltadas a tratar do problema dos desempregados, marcadas sempre pelo cuidado em desvincular os trabalhadores “respeitáveis” (que procuravam, mas não encontravam empregos), daquele “*residuum*” carente de virtudes, que não mereceria nenhuma ajuda pública (JONES, 1971, p.317 apud LESSA, 2013, p. 177).

Mais à frente, quando tratarmos das supostas origens do Estado de Bem-Estar, abordaremos especificamente as origens das medidas reformistas inglesas promovidas pelo governo Churchill, após a elaboração do Relatório de Beveridge, em 1942, tido como um dos marco-zero do Estado de Bem-Estar e convenientemente defendido pelos socialdemocratas.

## O ESTADO DE BEM-ESTAR COMO LÓCUS DO SERVIÇO SOCIAL, A PROFISSÃO DA GARANTIA DOS DIREITOS À CLASSE TRABALHADORA

O chamado Estado de Bem-Estar foi, alegadamente, uma tentativa de proporcionar aos trabalhadores e demais atingidos pela guerra, melhores condições de vida sob a égide da exploração capitalista, assentado nos pressupostos keynesianos de que a intervenção estatal poderia minorar a exploração imanente do sistema capitalista, com base em um aparato jurídico-legal que não só regulamentasse a relação trabalhista sob a representação de entidades de classe, sindicatos, principalmente. Neste aspecto, teria cunhado a prevalência dos chamados direitos sociais e trabalhistas, além de supostos benefícios públicos, financiados pelos próprios empregados, conjuntamente pelo empregado e empregador e alguns somente pelo empregador.

25 A Lei dos pobres é o primeiro marco legal da política assistencialista e de bem-estar social sancionada no contexto europeu. Criada em 1601, durante o reinado da Rainha Elizabeth.

Ressalte-se que a grande preocupação de Keynes se centrava na criação de condições objetivas para que o pleno emprego fosse possível, daí sua “divergência” com o liberalismo clássico e a relevância do Estado no processo de arbitragem de interesses de classe e gestão de serviços públicos. Como afirmamos anteriormente, o keynesianismo, na verdade, foi uma forma de recuperação capitalista incrementada pela crise que provocou a guerra mundial e suas deletérias consequências. Assim como, o esgotamento do modelo econômico do livre mercado que não mais conseguia fazer o enfrentamento necessário à crise de superprodução que fora causada pela implantação do modelo fordista de produção capitalista. Segundo este pensador, a intervenção direta do Estado na economia se daria também a partir de investimentos em obras públicas de infraestrutura, no setor viário, elétrico, dentre outros, incluindo a absorção pelo Estado de setores considerados não rentáveis para a economia.

O Estado de Bem-Estar surgiu como mais uma forma de manobra do capital para conter as pressões dos trabalhadores dos países imersos na crise imanente ao sistema produtivo capitalista. No plano ideológico, pretendia alimentar nos trabalhadores a ilusão de que poderiam atingir novos níveis de qualidade de vida, mesmo no sistema capitalista. Sem sombra de dúvida, tais questões, possibilitaram à socialdemocracia o fôlego que precisava para manter-se como corrente ideológica que se contrapunha ao comunismo e afirmava ser possível o alcance da fruição plena de bens e serviços, somente com a implantação de reformas sem alterar a base material produtiva do sistema capitalista.

Como alegadas fontes precursoras do Estado de Bem-Estar, destacam-se os Plano de Bismarck e o Plano Beveridge. O primeiro feito na Alemanha, para atender os trabalhadores da indústria, dentro de medidas protecionistas à indústria alemã e para desmobilizar o movimento dos trabalhadores; o então chanceler alemão, concedeu o seguro-desemprego, o seguro-saúde e o seguro contra acidentes. Tudo isso em pleno cenário de vigência da Lei Antissocialista, aprovada em 1878.

O Plano Beveridge com origens no relatório de mesmo nome, foi escrito em 1942 na Inglaterra, sob encomenda do primeiro ministro inglês Churchill e coordenado pelo economista liberal William Beveridge. Tratava-se de um estudo sobre os planos nacionais de seguridade existentes no mundo, com o fito de proposição de reformas no sistema de seguridade já existente na Inglaterra, além de apresentar um diagnóstico da situação das famílias inglesas da época. Aquele período de guerra requeria medidas governamentais que mantivessem a chamada ordem social, para tanto seria necessário promover um nível de vida considerado “aceitável” ao povo inglês, bem como “possibilitasse a solidariedade entre patrões e empregados”. Assim, o Plano Beveridge traria um amplo leque de medidas que forneceria as bases para a criação de um sistema de proteção social, classificando os ditos usuários pela necessidade de segurança, ou seja: os empregados, os desempregados e as crianças e aposentados e neste roldão estabeleceu os chamados “mínimos para a subsistência”. A sustentabilidade financeira do Plano adviria das contribuições compulsórias dos empregados, dos patrões e do próprio Estado. A esse respeito, sugerimos a leitura do livro de Lessa “Capital e Estado de Bem-Estar: O Caráter de Classe das Políticas Públicas”, para o desmonte do discurso legitimador deste “falso necessário”, no próprio dizer do autor. Suas ideias e proposições teriam “influenciado” vários países europeus para a criação ou expansão do sistema de seguridade e de proteção social.

É nessa linha interventiva contra a pobreza, da legitimação da “justiça social” (grifo nosso) para a classe trabalhadora, que a burguesia institui a profissão Serviço Social, para atenuar o

movimento ameaçador da ordem social vigente, engendrado pelo movimento dos trabalhadores, visando suavizar o clima conflituoso e atormentado posto pelo proletariado organizado por melhores condições de vida e submetido a lideranças marxistas revisionistas.

Criado como mais uma estratégia de manter a classe trabalhadora sob a dominação de classe da burguesia, agora a partir da prática social desenvolvida com as famílias proletárias nas suas dependências e cotidiano, o Serviço Social chega com a função de estabelecer mais uma base de sustentação de manutenção da acumulação capitalista e suas complicações sociais que pesavam sobre os trabalhadores. Assim se estabelecem as políticas sociais, como medidas reformistas necessárias para contribuir na manutenção do modo de produção capitalista, via Estado.

Emergido das práticas humanitárias burguesas, veiculadas pelo Estado e fortalecidas pela Igreja, a profissão Serviço Social é firmada na sociedade como o estrategema capitalista ideal para fazer a coalizão entre os interesses de classe que se faziam conflituosos no momento em que desponta a “questão social” através do dispositivo ideológico da igualdade de direitos, defendido pela democracia burguesa. Assim, o Serviço Social passa a ser a prática social profissional dedicada a prover o conforto da classe trabalhadora através das políticas sociais defendidas e intensificadas pelo Estado de Bem-Estar, sobretudo, em meio às condições mundiais do pós-guerra, conforme defendem seus partidários, tal como Fiori (1997), em cujo argumento, o Estado de Bem-Estar se assentaria sobre quatro grandes bases e condições globais criadas pelo pós-guerra.

A primeira base se assentaria em fatores materiais e econômicos que possibilitaram “a manutenção de um ritmo de crescimento econômico sem precedentes na história do capitalismo e que permitiu ganhos fiscais crescentes”. Outra base seria “a conciliação do desenvolvimento dos Welfares e a estabilidade da economia global”, advinda do acordo de Bretton Wodss. O clima de solidariedade entre os países no pós-guerra e a bipolarização ideológica do campo geopolítico mundial, igualmente, teria favorecido o surgimento do Estado de Bem-Estar. Assim como, o avanço da democracia partidária e de massa nos países centrais fez pender a balança para as reivindicações trabalhistas, devido à concorrência eleitoral (FIORI, 1997).

Seguindo a mesma linha, Lessa (2013), em seu processo investigativo do Estado de Bem-Estar, encontrou verdadeiras pérolas. Eis uma de Esping Andersen:

(...) a beleza da estratégia socialdemocrata era que a política social também resultaria em mobilização de poder. Ao erradicar a pobreza, o desemprego e a completa dependência do mercado, o Estado de Bem-Estar aumenta as capacidades políticas e diminui as divisões sociais, que são barreiras para a unidade política dos trabalhadores (LESSA, 2013, p. 14).

Ressalte que os Estados Unidos também implantaram a sua versão de Estado de bem-estar no período entre guerra, após a crise de 1929, a conhecida quebra da bolsa norte-americana e a crise de superprodução provocada pela revolução fordista. O Plano “New Deal” (Novo Acordo), tinha como princípio básico a intervenção do Estado na economia para retirar o país da forte recessão econômica em que se encontrava, com níveis alarmantes de pobreza.

No intuito de debelar este quadro, o governo Roosevelt instituiu uma série de medidas socioeconômicas, tais como: investimento em obras públicas de infraestrutura, reforma do sistema financeiro, com severo controle sobre o mercado financeiro, a redução da jornada de trabalho,

criação do sistema de seguridade social, incluindo a criação de seguro-desemprego e seguro-aposentadoria, instituição do salário mínimo e lei da previdência social.

O fato é que os Estados Unidos, como um país de vanguarda no processo de acumulação capitalista irá, a partir deste plano, implantar uma política imperialista de dominaao dos países capitalistas periféricos para a garantia da produao de mais-valia absoluta, com a absorao da representaao sindical e o conseqüente surgimento de uma aristocracia operária que irá se burocratizar e se afastar de sua base representativa, para barrar as tentativas de resistência e enfrentamento dos trabalhadores. Além disso, também desenvolver vorazmente a indústria bélico-militar e simultaneamente patrocinar um modelo de democracia que conviver harmoniosamente com a tortura e opressão dos trabalhadores. Recorde-se que o chamado período dos 30 anos de ouro do Estado de Bem-Estar, foram simultâneos  chamada guerra fria, cujo nível de tensão justificou a produao de armamento para o poderio bélico e o patrocínio de ditaduras, quase sempre militar na América latina.

Nos Estados Unidos, o orçamento militar declarado corresponde a cerca de 10% da renda nacional e  igual a 60% do investimento bruto. O que quer que tenha sido, a prosperidade Keynesiana foi um produto colateral (by product) da Guerra Fria (LESSA, 2013, p. 140).

Entende-se que todas essas medidas e planos foram modos de reerguimento do sistema capitalista, após os períodos de crise imanentes, dando sobrevida ao sistema e  dominaao burguesa, sob a atuaao do Serviço Social. Contudo, a crise fiscal e a crise do petróleo, nos anos 70 do século passado, conforme dito anteriormente, levaram ao esgotamento do Estado de Bem-Estar que sob forte ataque dos liberais, desde então neoliberais, entrou num ciclo de crise estrutural e, de certa forma, ocasionou o declínio dos chamados 30 anos de ouro da era social-democrata.

## FINALIZANDO AS REFLEXÕES

Chegamos até aqui com a nítida impressão de que o Serviço Social  uma profissão evidentemente de orientaao política socialdemocrata. Os passos percorridos em busca de uma compreensão sobre o cerne e os fundamentos da socialdemocracia enquanto uma tendência ideopolítica, construída no bojo das contradioes sociais das relaoes capitalistas e suas aziagas repercussoes para a vida social humana, com mais intensidade sobre a classe trabalhadora e a questão social que lhe explode nos ombros, devido ao processo de acumulaao extraído da superexploraao da força de trabalho, nos colocou diante de um debate com dados irrefutáveis, uma vez que assentados no pensamento social marxiano denotam os principais contrastes de um ideário de sociedade eivado de disposioes capitalistas.

Vimos na formaao da socialdemocracia suas características ideopolíticas reformistas, propostas econômicas preservacionistas das relaoes de dominaao entre as classes sociais; de comando do Estado de direitos, calcado nas políticas sociais, em par com o modo de produao capitalista, sempre assentados na conservaao das relaoes capitalistas de produao e de gestão do trabalho. Dados que uma consciência ingnuia não deslinda sua intrínseca relaao com uma profissão criada para servir a classe trabalhadora – o caso do Serviço Social. Afinal, o óbvio não  fácil de se entrever.

Contudo, nesse esboço de reflexões uma nuvem de interrogações se pôs a povoar nossos entendimentos. A primeira delas, que tem latejado na cabeça de vários assistentes sociais questiona por que o debate do caráter socialdemocrata do Serviço Social não tem sido posposto? O que teme a vanguarda da Profissão a não assumir, para a massa da categoria profissional, essa orientação ideopolítica do Serviço Social? E quais as principais repercussões desse debate para o avanço e amadurecimento da Profissão e conforto dos seus profissionais?

Como vimos, finalizamos nossas ponderações com mais dúvidas que certezas, sintoma de que iniciamos um debate político que entendemos estar batendo na porta do cotidiano profissional de nós, os assistentes sociais.

## REFERÊNCIAS

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo Evolucionário**. Tradução de Manoel Tels. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. Instituto Teotônio Vilela, 1997.

COGGIOLA, Osvaldo. **150 anos do Manifesto Comunista**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e Introdução Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo, 2005.

FIORI, José Luís. **Estado de Bem-Estar Social: padrões e crises**. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997. Disponível em: < [www.scielo.br/pdf/physis/v7n2/08.pdf](http://www.scielo.br/pdf/physis/v7n2/08.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2016.

FRITSCH, Winston. **Um comentário a Francisco Wefort**. In: JAGUARIBE, Hélio (Org.). **A Proposta Social-Democrata: a social-democracia na atualidade europeia, hispano-americana e brasileira**. Instituto de Estudos Políticos e Sociais. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

HOBBSAWM, Eric. **História do marxismo II. O marxismo na época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

JAGUARIBE, Hélio (Org.). **A Proposta Social-Democrata: a social-democracia na atualidade europeia, hispano-americana e brasileira**. Instituto de Estudos Políticos e Sociais. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A Questão Social no Capitalismo**. *Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graffline, 2001.

LESSA, Sérgio. **O Caráter de Classe da Política Pública**. In: **Capital e Estado de Bem-Estar**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LÖWY, Michael. Prefácio. In: MARX, K; ENGELS, F. **Luta de classes na Alemanha**. Apresentação de Michael Löwy; tradução de Nélio Schneider. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.



MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MEHRAV, Perez. **Social-democracia e austromarxismo**. In: **História do Marxismo IV. O Marxismo na Época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. et al. **Marx, Mészáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012a.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Questão social, Serviço Social e Direitos da Cidadania**. Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

PRZEWORSKI, Adam. **A Social-democracia como fenômeno histórico**. Rev. Lua Nova. São Paulo, v. 4, n. 3, jul./set., 1988.

STEINBERG, Hans-Josef. **O partido e a formação da ortodoxia marxista**. In: HOBBSBAWM, Eric. **História do marxismo II. O marxismo na época da Segunda Internacional**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

# SERVIÇO SOCIAL E CONSERVADORISMO: REPERCUSSÕES NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Valteir Conceição da Silva

Maria Helena Cariaga

## INTRODUÇÃO

O trabalho aqui apresentado tem como objetivo pensar o Serviço Social no Brasil com suas heranças e resistências, concepções do conservadorismo e seus impactos para o exercício da profissão, considerando que trata-se de uma atividade permeada de pensamentos anacrônicos e reformistas<sup>26</sup>, pautados em justificativas ideopolíticas que se renovam e se perpetuam na evolução do Serviço Social.

De outro modo, a herança conservadora presente no Serviço Social também perpassa pela histórica relação de subordinação teórico-metodológica aos corolários das Ciências Sociais, na sua fase definidamente tradicional, enquanto profissão técnica operativa, pragmática, sustentada no pensamento conservador das Ciências Sociais, em especial da Sociologia, Psicologia e Antropologia, fato ainda presente no conjunto da produção do conhecimento, embora em formato de resquícios.

Ressalta-se que trazemos um debate premente à atualidade da profissão, uma vez que o momento histórico tem apresentado a existência de um processo acelerado de avanço do conservadorismo, que na atual conjuntura tem se fortalecido em todos os campos da sociabilidade: político, religioso, cultural, social e moral. E, crescentemente, o Serviço Social vem conduzindo o assistente social a buscar elementos para compreender essa realidade que materializa a profissão desde o surgimento do conservadorismo, sua concepção dentro do Serviço Social, seus impactos no exercício da profissão, até se chegar às estratégias de enfrentamento que se expressam nos dias atuais.

É importante observar que o conservadorismo acompanha o Serviço Social desde a sua gênese e nunca deixou de permear a formação e o trabalho profissional do assistente social. Às vezes explícita, por vezes implicitamente, sempre esteve presente, embora não seja uma exclusividade do Serviço Social, mas de todas as profissões implantadas pelo Estado burguês, organizador da sociedade capitalista. Nas contribuições de Boschetti (2015), verifica-se que o conservadorismo não é um traço exatamente novo e atual que distanciaria uma “base” conservadora de assistentes sociais de uma suposta “vanguarda” progressista. O que estabelece essas

26 Forças sociais anacrônicas e reformistas têm marcado o desenvolvimento do Serviço Social desde a sua gênese. O tom conservador que configura o Serviço Social Tradicional, a partir da Reconceituação da Profissão foi considerado anacrônico. Todavia, o reformismo, que também sempre acompanhou a gênese da Profissão, este nunca se dissipou. O Serviço Social, como produção das reformas viabilizadas pelo capitalismo monopolista é notadamente reformista, deixando sempre um espaço para a herança conservadora.

reflexões é uma perspectiva que defende que o conservadorismo é, e sempre será, alimento imprescindível da reprodução do capital, por isso nunca sai de cena. Ou seja, é um alimento central para conservar a sociedade capitalista e sempre estará a seu dispor.

## O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: HERANÇA E RESISTÊNCIA

Para uma análise do conteúdo conservador historicamente existente no Serviço Social, não há como desconsiderar as determinações gerais que levaram ao surgimento da profissão. Porém, como na análise de Yazbek (2016, p.17), observamos que “não é tarefa fácil abordar a profissão, nesse seu percurso histórico das origens à contemporaneidade na sociedade capitalista”. Esse é um debate que nos convida a repensar o passado.

Compreender o Serviço Social na atualidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo como forma de decifrá-lo e participar de sua recriação, sobretudo, quando nossa reflexão se volta para o conservadorismo pertinente à profissão, considerando os ensinamentos de Yamamoto (2013, p. 17), para quem o conservadorismo, na história da profissão nunca esteve ausente, e sim, sempre mantido no decorrer da sua trajetória sociohistórica. Característica essa, que desde sua gênese mostra a face política da profissão.

A profissão não se caracteriza apenas como nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho (IAMAMOTO, 2013, p. 20).

Com essa reflexão, a autora considera que no decorrer dessa particularidade conservadora, o Serviço Social entra na cena da classe trabalhadora para resolver os problemas vistos como sociais e orientado pelo princípio do individualismo burguês, que negligenciava a condição de classe e as contradições sociais a que foi chamado para intervir e, sobretudo, negando atenção à classe operária e suas organizações políticas em ação, na época da emergência da profissão.

Esse formato da gênese do Serviço Social no Brasil revela que a profissão se institucionaliza e se legitima como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com suporte da Igreja Católica, na perspectiva de enfrentar a questão social, a partir dos anos 1930 (YAZBEK, 2016). Para além desses elementos, o Serviço Social brasileiro,

[...] gestou como profissão da prática na divisão sociotécnica do trabalho, como resposta conservadora às expressões da questão social, destinada a prestar bens e serviços para assegurar a integração da classe trabalhadora na economia mercantil e para administrar uma política de manutenção da ordem do capital (BOSCHETTI, 2015, p.640-641).

Especialmente, no Brasil, o Serviço Social assume o papel fundamental de intervenção junto aos impasses vividos pela classe trabalhadora. A profissionalização e o desenvolvimento da profissão são frutos do padrão de desenvolvimento do pós-guerra, sob a hegemonia norte-americana, tencionada pela Guerra Fria, ante as propagandas “ameaças comunistas” (grifo nosso).

Esse padrão de desenvolvimento demarca um largo ciclo expansionista da economia internacional, sob a liderança do setor industrial (IAMAMOTO, 2011). Sobre esse cenário, Yazbek aponta que,

[...] trata-se de um contexto de expansão do capitalismo monopolista que recoloca em novo patamar as contradições que configuram a ordem burguesa. É, pois, quando ganham visibilidade no país as manifestações da questão social, seja pelas iniciativas de resistência e organização da classe trabalhadora, seja pela precarização das condições de vida dos trabalhadores e dos seguimentos mais empobrecidos da população, é quando surgem as ações de caráter assistencial, religioso e filantrópico [...] (YAZBEK, 2006, p. 18)

Como podemos observar, ambas as autoras defendem a tese de que o Serviço Social surge a partir da necessidade do capital enfrentar as múltiplas expressões da questão social. E, com a criação das primeiras Escolas de Serviço Social em 1936, cujo projeto de formação profissional esteve sob a orientação da Igreja, a profissão, evidentemente, surge com um caráter conservador, compreendendo a questão social como um problema moral e de responsabilidade do próprio indivíduo.

Um segundo elemento que nos permite analisar o Serviço Social em seu contexto histórico é o movimento de reconceituação e a ruptura com o conservadorismo. Paulo Netto (2011) define o movimento como uma “intenção de ruptura” e, apesar do enfrentamento hegemônico, o autor afirma que o conservadorismo não foi extinto da profissão.

Das análises pesquisadas para explicar o conservadorismo no serviço social, há quem aponte para uma possível dualidade que colocaria uma distância entre assistentes sociais com uma suposta formação progressista e assistentes sociais com uma prática profissional conservadora; contudo, para Boschetti (2015), trata-se de uma análise conservadora e pragmática, porque remete para uma dualidade dicotômica entre teoria e prática, ou profissionais de vanguarda e base, e ainda para formação e intervenção profissional.

O terceiro elemento é a interlocução do Serviço Social com o marxismo, mas, antes que essa interlocução acontecesse, o serviço social sofreu influências do pensamento social da Igreja, baseado em São Tomás de Aquino e da teoria social positivista dominante no séc. XIX, inaugurada por Augusto Comte como o modelo do pensamento conservador em defesa da ordem estabelecida (YAZBEK, 2018). Segundo Ribeiro (2001):

[...] como método e como doutrina. Como método, embasado na certeza rigorosa dos fatos de experiência como fundamento da construção teórica; como doutrina, apresentando-se como revelação da própria ciência, ou seja, não apenas regra por meio da qual a ciência chega a descobrir e prever (isto é, saber para prever e agir), mas conteúdo natural de ordem geral que ela mostra junto com os fatos particulares, como caráter universal da realidade, como significado geral da mecânica e da dinâmica do universo (RIBEIRO, 2001, p. 13).

Enquanto pensamento dominante da organização da sociabilidade capitalista, o positivismo critica duramente as formações sociais mais abertas da democracia liberal. As instituições sociais e as políticas sociais, a princípio pensadas para suprir as mazelas e os conflitos vivenciados pela classe trabalhadora na dinâmica de exploração do trabalho humano a que estavam submetidas pelo modo de produção capitalista, tais como “o sufrágio universal, o sistema de

partidos políticos, as liberdades públicas, as garantias individuais, assim como o próprio conceito de democracia” (RIBEIRO, 2001, p. 13) são reavaliados e substituídos por instrumentos de forte coerção e opressão popular.

Nesse patamar de conservação do poderio capitalista, o Serviço Social aparece em sua forma ideopolítica definido pela “alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido” (MARTINELLI, 2008, p. 66), como uma profissão designada pelo Estado burguês como instrumento de dominação e manutenção da hegemonia capitalista, como um expediente de controle social das classes pauperizadas, fatos que colocam-no no cenário histórico enquanto uma profissão de particular identidade (própria) para atuar nas relações contraditórias da dinâmica capitalista, expressando-se como uma verdadeira síntese das práticas pré-capitalistas, como indica Martinelli (2008), de caráter repressoras e controlistas, próprias dos mecanismos e estratégias produzidas pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista.

Fetichizado misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o Serviço Social era, pois, na verdade, um importante instrumento da burguesia, que tratou de imediato de consolidar sua identidade atribuída, afastando-o da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que as engendram e são por ela engendradas (MARTINELLI, 2008, p. 67).

Esse perfil profissional do Serviço Social imposto pela hegemonia burguesa do séc. XIX só vai começar a se modificar nos meados do século XX, com o processo de desestalinização da Rússia e as revisões marxistas, a começar pela Revolução Cultural Chinesa e suas repercussões no mundo ocidental central do capitalismo. Em seguida, chega às sociedades periféricas sinalizada pela Revolução Cubana na América Latina. A partir daí, junto com o imperialismo norteamericano, o pensamento marxista invade a América Latina e o Brasil oferecendo subsídios teóricos e metodológicos para o Serviço Social pensar em si - e para si - como uma profissão que atua com a classe trabalhadora e, portanto, precisa estar perto dessa. É então que a Profissão eminentemente reacionária e tradicional sacode seus sustentáculos conservadores e se aproxima das tendências marxistas.

A aproximação com o ideário marxista só vai ocorrer nos anos de 1960, do séc. XX, em meio ao ambiente do Movimento de Reconceituação, que se fortaleceu no continente latino-americano, quando:

[...]a profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político [...] este movimento que surge no serviço social na sociedade latino – americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de que questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino – americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx. Embora esta apropriação se efetive em tortuoso processo (YAZBEK, 2009, p.148)

Posto isso, a reação a essa herança conservadora, nomeada por Paulo Netto (2011) como “intenção de ruptura”, começa a se gestar timidamente nos anos 1960, ganha densidade a partir do final dos anos 1970 e forja coletivamente o Projeto Ético-Político, que tem no Congresso da Virada de 1979, sua mais emblemática expressão.

Paulo Netto (2009) sinaliza que a reação ao conservadorismo e a construção do Projeto Ético-Político Profissional só foram possíveis pela conjunção de importantes processos, vejamos:

[...] primeiro, pela incorporação da teoria crítica marxista no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento pelo Serviço Social, que alçou a profissão à estatura das melhores produções críticas existentes sobre questão social, política social, direitos e emancipação, fundamentos do Serviço Social, ética, e lhe permitiu romper com o pensamento conservador predominante nas ciências sociais. Segundo, pela articulação do Serviço Social com movimentos sociais e partidos políticos anticapitalistas, o que lhe atribui um compromisso ético-político e profissional com as classes trabalhadoras, incrustado em nosso Código de Ética Profissional. Terceiro, pela superação do até então monopólio conservador que orientava a formação e o trabalho profissional, por meio do confronto crítico de ideias, valores, princípios e teorias. E quarto, pela construção de uma organização teórica-política-profissional — Conjunto CFESS/ CRESS, ABEPSS e ENESSO — comprometida com valores e lutas anticapitalistas (PAULO NETTO, 2009, p. 149).

Somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, é que os profissionais do Serviço Social iniciam o processo de ultrapassagem da condição de executores de políticas sociais para assumir importantes posições no planejamento e na gestão de políticas sociais (YAZBEK, 2016). Nesse cenário, Ramos e Santos (2016, p. 211) explicam que, “os assistentes sociais, assim como toda a classe trabalhadora, vivenciam as determinações da lógica destrutiva do capital”. Essas determinações provocam profundo impacto nos espaços ocupacionais e nas demais dimensões da vida social.

Especialmente no Brasil, nos últimos anos, as múltiplas expressões da questão social vêm sofrendo uma maior complexidade, isso porque estamos vivendo com uma maior incidência de precariedade, insegurança, vulnerabilidade do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores que, a cada dia, perdem direitos humanos e sociais, enfrentando constantemente o problema do desemprego e do trabalho informal e precarizado. Situações como a alteração da CLT, que, após seis meses de vigência, vem provocando mudanças negativas em diferentes frentes, por exemplo, na fragilização das entidades que representam a classe trabalhadora; o desmonte da seguridade social, feito pela intervenção burguesa na “Previdência”, se constituindo como mais uma panaceia para as mazelas sociais.

O avanço do conservadorismo, atrelado à eleição do atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, representante da ultradireita brasileira, provocou cortes no orçamento da seguridade social, educação e demais políticas sociais e o avanço devastador da necropolítica neoliberal. Transferindo todo o aporte de riqueza brasileira ao capital estrangeiro, o Estado está entregando as empresas estatais, pois entre as mais indicadas para serem privatizadas estão a Casa da Moeda (CMB), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Dataprev e Instituto de Resseguros do Brasil (IRB); participações (Eletropar) das geradoras eólicas Arara Azul, Ventos de Angelim, Ventos de Santa Rosa e Ventos de Uirapuru, Bentevi, além de Ouro Verde I, II e

III, BR Distribuidora, Transpetro, Braspetro Oil Services Company (Brasoil), Petrobras Gás S.A (Gaspetro), Gás Brasileiro Distribuidora (GasBrasiliano), Liquegás, Petrobras Logística de Gás (Logigas), Petrobras America Inc (PAI), Petrobras Logística de Exploração e Produção (PB-Log), Petrobras Bolivia Inversiones y Servicios (Pebis), entre outras estatais.

A criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças. A violência social e doméstica, da qual as vítimas são mulheres, crianças, adolescentes, idosos; discriminação por questões de gêneros e etnia, moradia na rua ou em habitações precárias e insalubres; as crianças e adolescentes sem proteção, as dificuldades dos portadores de deficiência e dos doentes mentais, o envelhecimento sem recursos, fome e alimentação insuficiente e outras tantas injustiças têm sido vivenciadas cotidianamente pela sociedade brasileira desde o golpe de 2016, quando a presidenta Dilma foi retirada do poder, colocando o Brasil num destino até agora desconhecido, sobretudo com relação ao avanço do conservadorismo, aos fortes ataques aos direitos sociais à classe trabalhadora. Fatos que comprovam as observações de Yamamoto (2011, p.18), quando afirma categoricamente estarmos vivendo “tempos de crise, em que cresce o desemprego, o subemprego, a luta por meios para sobreviver no campo e na cidade: para a defesa do trabalho e para a organização dos trabalhadores”. Este é o cenário posto ao Serviço Social, que põe para a sua categoria profissional o grande desafio de descobrir como resistir e lidar com essas questões nesta conjuntura sociohistórica.

Boschetti (2015), ao analisar o processo de concepção do serviço social no Brasil aponta que o combate ao conservadorismo não foi algo trivial, salienta a autora:

Não foi sem luta que o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou na profissão sob dois ângulos fundamentais. Na proposta de formação constante nas diretrizes curriculares da Abepss, fundada na teoria crítica marxiana e em suas categorias centrais: totalidade, historicidade, contradição, mediação e multideterminação dos fenômenos. E na regulação ético-política da profissão estabelecida no Código de Ética, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas legislações daí decorrentes, que assumem ética e politicamente o compromisso profissional com a classe trabalhadora e com movimentos e lutas sociais, na perspectiva da emancipação humana, recusa a todas as formas de conservadorismo, de exploração, opressão e discriminação (BOSCHETTI, 2015, p.6).

Embora o Serviço Social tenha participado ou construído ao longo do tempo instrumentos legais, apropriando-se do materialismo histórico dialético e logrado compromisso junto à classe trabalhadora em torno da busca pela emancipação humana e a renúncia do conservadorismo, o que temos presenciado na atualidade é um acentuado declínio aos postulados do conservadorismo, e sobre isso, destaca Boschetti (2015).

Se o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou e nos permitiu construir o Projeto Ético-Político Profissional, não significa que ele o extirpou da profissão, até porque esta se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador, já apontadas. Conforme mencionado, nossa luta contra o conservadorismo vem enfrentando, nas últimas três décadas, um contexto de forte ofensiva capitalista, no contexto de uma crise mundial, com mudanças que impactam diretamente na classe trabalhadora e nos seus projetos de superação da ordem burguesa. (BOSCHETTI, 2015, p.6).

Nesse sentido, Mota e Amaral apontam como primeiro desafio, a defesa do projeto ético-político e a contraposição à nova ofensiva conservadora, que,

[...] por meio do pensamento pós-moderno, do pragmatismo e do ecletismo, insiste em reduzir o projeto profissional à sua visibilidade prática, tecnificando-o e imprimindo uma racionalidade e instrumentalidade negadora de seus princípios e propósitos (MOTA E AMARAL, 2014, p. 41 apud RAMOS E SANTOS, 2016 p. 214).

Não restam dúvidas, o caminho da resistência perpassa pela defesa do Projeto Ético-Político. A atual conjuntura exige densa reflexão teórica e capacidade ético-política, orientada pelo conhecimento crítico sobre a sociedade capitalista e a apreensão das mediações voltadas às particularidades da profissão. Dessa forma, enfrentar essa realidade exige do Serviço Social organização política e interlocução com diferentes sujeitos políticos (segmentos de outros profissionais, movimentos sociais e partidos políticos), unificados por um ideário de esquerda. (RAMOS E SANTOS, 2016).

## CONCEPÇÕES DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL

Escorsim Netto (2018) apoiando-se em Cueva (1989) aponta que o pensamento antidemocrático, antipopular e antiprogressista dos anos 1980 é considerado como *tempos conservadores*.

Cabe aqui, porém, reiterar que a resultante da onda conservadora, subjacente ao que foi chamado de “ofensiva neoliberal”, que, afetou indiretamente a intelectualidade, foi ainda mais impactante para as *massas* nas sociedades ocidentais (mais exatamente, para sociedades civis dos Estados ocidentais, com as incontornáveis implicações nestes mesmo Estado). Num período de poucos anos, um que parecia rumar para a “esquerda” navegou decididamente à “direita”: o pensamento conservador ganhou um fôlego aparentemente assombroso (ESCORSIM NETTO, 2011, P.36)

É notório que o pensamento conservador foi construindo ao longo da história e anterior aos anos de 1980. Assim, estamos situando o conservadorismo contemporâneo que segundo Escorsim Netto (2011) “consiste em que ele não se apresenta como conservadorismo, e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores” (ESCORSIM NETTO, 2011, P.36)

Antes que possamos apresentar as concepções do conservadorismo no bojo do Serviço Social e suas modificações ao longo da história, apresentaremos ainda, de forma sumária, os elementos para compreendermos o surgimento do conservadorismo. Nesta direção, Escorsim Netto (2011, p.36), afirma que “a noção mais recorrente do pensamento conservador (ou de conservadorismo) está imediatamente ligada ao verbo conservar, que nos remete à ideia de conservar as coisas e ideias que valorizamos e acreditamos”.

Esta compreensão engendrada no senso comum não permite reflexões aprofundadas sobre o conservadorismo, qualquer tentativa de compreender a partir desse ponto limitar-se-á ao pensamento cotidiano. Na análise de Escorsim Netto (2018), o conservadorismo é parte do “ser



homem”, um ser que estruturalmente está dado e não muda. Netto e Vicente observam que os conservadores fazem tal utilização desta noção porque “concluíram que o conservadorismo não é apenas uma doutrina política, mas, além disso, está incrustado na essência da própria vida. Essa ideia torna a humanidade, em *massa*, conservadora” (VICENTE, 1995, p.65 apud ESCORSIM NETTO, 2011, p. 37).

Nas ciências sociais, em particular na teoria política, o conservadorismo possui um sentido mais técnico, o uso do termo

[...] mais patente é geralmente datado [...] de depois da Revolução Francesa. Muitos estudiosos admitem que sua verdadeira origem política data mais precisamente no início da década de 1800, nos Estados Unidos [...]. Alguns dos primeiros membros do Partido Nacional Republicano Americano intitularam-se conservadores neste sentido. Na França, o termo foi criado pelo jornal de Chateaubriand, *Le Conservador*, da década de 1820. Esse periódico destinava-se a propagar ideias sobre a restauração política e clerical. Na Grã-Bretanha, apareceu pela primeira vez no *Jornal Quaterly Review*, em 1830. Por volta de 1835, tornou-se a designação oficial do Partido Tóri. Blaker observa que sua adoção gradual a partir de 1832 “foi uma tentativa deliberada de expurgar do partido suas antigas associações e simbolizar, senão um rompimento com o passado, pelo menos uma mudança em curso”. O termo propagou-se pela Europa a partir da década de 1940. As sublevações políticas de 1829-30 e 1848 focalizaram a atenção do pensamento conservador nos perigos da revolução, embora a industrialização e democratização também desempenhassem um papel significativo (VICENTE, 1995, p.65 apud ESCORSIM NETTO, 2011, p. 37).

Na atualidade, o conservadorismo é conforme aponta Yazbek (2018) e Nisbet (1987), pelo menos em sua forma filosófica, produto da Revolução Francesa e da Revolução Industrial.

[...] o conservador elabora seu pensamento como reação a circunstâncias históricas e ideias que se afiguram ameaçadoras à sua influência na sociedade. O conservadorismo torna-se consciente, no plano da reflexão, como defesa, recorrente da necessidade de armar-se ideologicamente para enfrentar o embate das forças oponentes. (IAMAMOTO, 2013 p.28).

Nas análises de Yazbek (2018), o conservadorismo não significa apenas conveniência de ideias presentes na herança intelectual do século XIX, mas ideias que, ao longo do tempo, foram atualizadas e transformadas em favor da manutenção capitalista. Destaca-se, neste atual cenário, o desenvolvimento de vertentes irracionistas em sua relação com a ideologia fascista, especialmente a nazifascista no mundo europeu. O irracionismo que, na visão de Barroco:

[...] dissemina o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências. O irracionismo e o conservadorismo encontram as condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social, exercendo a função de enfrentamento das tensões e contradições sociais e contribuindo, direta ou indiretamente, para a apologia do capitalismo. (BARROCO, 2015, p.624)

Nas formulações de Ferreira e Botelho (2010)

O pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições; como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento [...] Estruturado como reação ao Iluminismo e às grandes transformações impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (FERREIRA, BOTELHO, 2010, p. 11, 12).

Diante da atual crise, é necessário observar que o conservadorismo é um pacto de ordem vigente, do projeto dominante do Estado, mínimo para os trabalhadores e máximo para a burguesia, de controle das famílias pobres, do individualismo, do abuso, da opressão e exploração da classe trabalhadora, que se propõe a qualquer custo eliminar direitos. Esse “neoconservadorismo busca sua legitimação por meio da repressão dos trabalhadores ou pela criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana” (BARROCO, 2011 p.209).

Embora tenhamos apresentados vários elementos para compreender o conservadorismo, Iamamoto (2013) apresenta importantes características do pensamento conservador.

[...] destaca -se sua vocação para o passado, terreno, germinativo da inspiração para a interpretação do presente. A sociedade tende a ser apreendida como constitutiva de entidades orgânicas, funcionalmente articuladas, cujo modelo é a família e a corporação [...]. O conservador pensa à base do “nós” o indivíduo não é uma partícula insolada e atomizada na sociedade, mas é parte de unidades mais amplas, dos grupos sociais básicos. O ser mais profundo do homem é sua individualidade e sua essência moral. Assim, a liberdade é levada, restritamente, à esfera privada e subjetiva da vida, enquanto as relações “externas” e sociais devem ser subordinadas aos princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina. O conservador reage aos princípios universalizantes e abstratos do pensamento dedutivo [...] A mentalidade do conservador não possui predisposição para teorizar. Sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordenação natural do mundo, o conhecimento visa a um controle prático das situações presentes (IAMAMOTO, 2013, p. 29-28).

Para além de toda a discussão dos aspectos históricos e técnicos, é necessário compreender o conservadorismo e sua relação com o Serviço Social. É preciso situar essas marcas de origem no bojo do reformismo conservador (IAMAMOTO, 2013) totalmente presentes na construção da Profissão no Brasil, constituída dentro de um processo doutrinário, isso porque a Igreja Católica foi responsável pelos conteúdos e pelos processos de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros. Essa vinculação vai imprimir uma profissão que se inicia com caráter conservador e

de apostolado e com uma abordagem da questão social como um problema moral, notadamente imbuída pelo ideário da Encíclica “Rerum Novarum” promulgada em 15 de maio de 1891, manuscrito e fonte inspiradora das posições e programas assumidos diante dos problemas sociais, colocando aos cuidados da Igreja Católica a questão social como matéria moral e religiosa. Neste cenário, atua:

[...] sobre valores e comportamento de seus “clientes” na perspectiva das integrações na sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes. Trata-se de um enfoque individualista, psicogizante e moralizador da questão social, que terá como referenciais orientadores do pensamento e da ação da emergente profissão o pensamento social da igreja (doutrina social da igreja católica) de cunho humanista conservador e contrário ao ideário liberal e socialista (YAZBEK, 2018, p. 52).

Soma-se a esse cenário a outra fonte doutrinária para o Serviço Social encontrada no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino, uma doutrinação imposta pelo positivismo como pensamento dominante liberal daquele momento histórico (YAZBEK, 2018), marcando o caráter reformista conservador de acordo com os debates feitos por Yamamoto (2013); para além da desarticulação do movimento operário abalado pelos conflitos e contradições postos pela primeira guerra mundial e pelas revisões feitas dentro do pensamento marxista com resultados sociais desastrosos para a classe trabalhadora, tais como o recrudescimento das posições democráticas e a instalação de políticas sociais, naquele momento, ineficazes para atender as demandas postas pela questão social.

Portando, o pensamento conservador, que é objeto de análise deste trabalho, é o mesmo compartilhado por Escorsim Netto (2018):

O pensamento conservador, [...] não é um “estilo de pensamento” intemporal, a-histórico, encontrável em qualquer tempo e em qualquer sociedade. Nem se confunde com quaisquer formas intelectuais e comportamentais que valorizam, sancionam e defendem o existente - forma a que acabe a denominação tradicionalismo. Antes, o pensamento conservador é uma expressão cultural (obviamente complexa e diferenciada, como veremos) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico e muito preciso. [...] (ESCORSIM NETTO, 2011, p.46).

Feito essas considerações é oportuno questionar. Como o conservadorismo tem se reatualizado dentro do “fazer profissional”? Na visão de Paulo Netto (2009) a hipótese mais assertiva seria o afastamento sistemático da visão crítico dialético no fazer profissional; comenta o autor: “vê-se, pois, que, lançada à rua pela porta da frente, a velha representação do Serviço Social como ‘profissão da prática’ invade a nossa casa pelas janelas do fundo” (PAULO NETTO, 2009, p. 161).

Boschetti (2009) entende que “*porta dos fundos*”

faz referência é a reatualização do pragmatismo, da ênfase no Serviço Social como profissão da prática, da busca por metodologias conservadoras no âmbito das Ciências Sociais, sobretudo aquelas assentadas no pensamento pós-moderno (BOSCHETTI, 2015, p. 615)

Os dois sentidos expostos pelos autores, Paulo Netto e Boschetti, demonstram que a profissão está permeada pelo pensamento conservador. Segundo Boschetti, a porta dos fundos representa a ideia de que a “reatualização do conservadorismo no âmbito do “fazer profissional” está intimamente relacionada, e mesmo determinada, pelo avanço de certos traços conservadores na formação profissional” (BOSCHETTI, 2015, p. 615). Nesta direção, a autora aponta ainda alguns traços da incorporação do pensamento pós-moderno nos currículos do curso de Serviço Social, claro, à revelia das Diretrizes Curriculares.

*O metodologismo* ressurge sob a forma de ênfase no tecnicismo e legalismo positivista, como elemento crucial na formação e na pesquisa, em detrimento do questionamento, da crítica, da grande política como elementos fundamentais do pensamento crítico. Fortalece-se a suposição de que uma boa técnica, ou um arsenal de técnicas, pode substituir a análise crítica e a ação política coletiva na transformação do real. [...] *O teoricismo acrítico* é outro traço conservador e se caracteriza como conceituação operacional e adoção de categorias pós-modernas e conservadoras das Ciências Sociais (sobretudo Sociologia, Psicologia e Antropologia), que aceitam sem criticidade as teses do “fim da história”, ou mesmo teorias que defendem as relações mercantis, ainda que sob a égide da social-democracia. Trata-se da ênfase às abordagens abstratas que não desvendam o real em sua totalidade e reiteram a conservação de relações mercantis e mercantilizadas. Abordagens que supõem, falsamente, que a neutralidade é possível e não percebem (ou escondem) que a suposta neutralidade ou acriticidade é uma poderosa arma da conservação. O teoricismo acrítico incorpora no arcabouço teórico do Serviço Social categorias próprias do arsenal conservador, como integração, vigilância, vulnerabilidade, empoderamento, justiça social, terceiro setor, entre outras. *O aligeiramento* da formação e da pesquisa é um traço absolutamente contemporâneo. O expansionismo superficial de cursos é extremamente funcional ao conservadorismo, pois conserva e mesmo agudiza a perspectiva de formação funcional ao mercado e subordina os conteúdos profissionais à demanda do mercado, ou seja, do capital. *O pragmatismo* alimenta um tipo de formação, mas também de trabalho profissional, baseado na filosofia utilitarista, no imediatismo, no famoso discurso de que “na prática a teoria é outra”. Tal postura leva à negação da teoria, à adesão ao praticismo acrítico, à ação imediatista, desprovida de compromisso político com a transformação estrutural das relações socioeconômicas. [...] *O voluntarismo* revela um subjetivismo descolado da objetividade e das múltiplas determinações do real. Alimenta-se na pobreza teórica que considera desnecessário estudar, ler, conhecer em profundidade as teorias e seus autores. Favorece a ação pragmática individualizada e a responsabilidade pessoal e profissional no trato das expressões da questão social. [...] *O contentamento com o possibilismo* é típico do conformismo com mudanças no quadro das instituições capitalistas existentes. É a concordância com a “melhoria” social possível nos marcos do capitalismo. O “reformismo” social-democrata do pós-Segunda Guerra Mundial possibilitou a ampliação de alguns direitos no capitalismo, mas jamais se propôs a emancipar a humanidade das relações de exploração capitalista, acabando por se render ao possibilismo contrarreformista. [...] (BOSCHETTI, 2015, p. 648-649, *grifos da autora*).

De tais colocações, repletas de consequências ao Serviço Social, ressaltamos que, o crescimento acelerado da profissão não pode colocar em risco esse precioso e importante patrimônio construído coletivamente, que é o Projeto Ético-Político Profissional. Por essa razão, a formação e o trabalho profissional devem estar permanentemente permeados de indignação com a barbárie, a recusa ao naturalismo das coisas e pela convicção de que a história é construída por sujeitos, homens e mulheres, que essa compreensão deverá ser sempre alimentada pelo conhecimento teórico da realidade (BOSCHETTI, 2015).

Feito essas considerações, entende-se o conservadorismo como uma marca fundante do Serviço Social. Embora tenha enfrentado a dura crítica do movimento de reconceituação e do movimento de intenção de ruptura, permanentemente somos convidados a discutir o avanço do conservadorismo dentro do próprio Serviço Social e, atualmente, pensarmos em estabelecer estratégias para o seu enfrentamento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão realizada nos conduz a pensar que diante das investidas do capital, especialmente por meio do conservadorismo, o atual cenário requisita do(a) assistente social, o conhecimento atualizado do cenário político, econômico e social e o posicionamento político e crítico. Observa-se que não há a mínima chance de isenção, de neutralidade. A ameaça conservadora tem buscado tornar natural o que não é natural, comum o que não é comum, criando uma falsa ilusão quanto a não acreditar mais na possibilidade de mudança. É a perda da perspectiva de luta, que nos transforma em meramente técnicos.

Como já visto, o Serviço Social foi concebido dentro de um viés conservador e, embora houvesse o movimento de reconceituação e a ruptura com o conservadorismo, a aproximação com o marxismo e a construção do projeto ético-político ao longo de décadas, durante o presente estudo bibliográfico, foi possível perceber que o conservadorismo nunca foi superado no interior da profissão e que nos dias atuais tem se fortalecido.

Verifica-se que o metodologismo, o teorismo acrítico, o aligeiramento, o pragmatismo, o voluntarismo e o contentamento com o possibilismo tem provocado enormes transformações na formação e na atuação de grande parte dos assistentes sociais brasileiros, isso ao ver, nos convida a discutir o avanço do conservadorismo dentro do próprio Serviço Social, bem como criar estratégias, planos e ações de enfrentamento dos traços balizadores que atualmente tentam sucumbir o serviço social crítico.

Importa destacar que enfrentar esse enorme desafio não é responsabilidade apenas e exclusiva das instituições conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO ou de renomados autores/autoras do serviço social. Este compromisso constitui responsabilidade de toda a categoria profissional.

Nesta perspectiva, a resistência e o enfrentamento do conservadorismo perpassam pela exigência de profunda reflexão teórica e capacidade ético-política, compreensão quanto à necessidade histórica de fortalecer as lutas e práticas de resistência, que se consolida na elaboração de um projeto político emancipatório.

Além disso, enquanto categoria profissional, o assistente social precisa ocupar os espaços políticos para além da profissão. Não deve perder de vista que esta profissão, o Serviço Social, constitui um grande legado de participação política no Brasil. Assim, ocupar espaços importantes na sociedade e fazer interlocução com diferentes sujeitos políticos e, a partir desses espaços, lutar pela defesa do projeto ético-político da nossa profissão; seguridade social; direitos da infância/adolescência/idosos/mulheres; dos trabalhadores, agenda da diversidade /sexual/étnico-racial, entre outros, são tarefas ético-políticas do assistente social.

É preciso posicionamento político para expressar nossa luta pela democracia e justiça social. Precisamos de unidade e de alianças políticas de maneira a centralizar as lutas pelos direitos humanos e direitos da classe trabalhadora, contra toda e qualquer forma de exploração e de opressão. Isso só será possível se na atuação profissional em todas as suas dimensões, enquanto espaço de combate à onda simplificadora dos fundamentos teórico-metodológicos e éticos-políticos do Serviço Social.

As anotações aqui registradas têm caráter aproximativo e provisório. Com essa característica, sinalizamos a necessidade de maior concretização de algumas importantes determinações, a exemplo das relações entre a crise estrutural do capital e as tendências do cenário ideológico da burguesia. Do mesmo modo, é necessário avançar no sentido de qualificar melhor a recepção do *conservadorismo* pelo pensamento social brasileiro e especificamente dentro do Serviço Social, possibilitando assim melhor clareamento da situação do serviço social nesta atual conjuntura.

Diante de tanto e tamanhos desafios para a categoria dos assistentes sociais, finalizamos essas reflexões apoiados na chamada de Boschetti (2015) quando bem observa que crescimento acelerado da profissão não pode destruir ou desvirtuar este precioso patrimônio histórico construído coletivamente, que é o Projeto Ético-Político Profissional. E convoca-nos a estar permanentemente indignados com a barbárie, por meio da recusa ao naturalismo das coisas e do otimismo e da convicção de que a história é construída por sujeitos, homens e mulheres, alimentados pelo conhecimento teórico da realidade.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional.** Serv. Soc. & Soc., São Paulo, n. 124, p. 637-651, out. /dez. 2015.

BLANCH, Josep. **O Processo de Bolonha e a intensificação do trabalho na universidade: entrevista concedida a Lucídio Bianchetti.** *Educação Social*, Campinas, v. 31, n. 110, p. 263-285, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v31n110/14.pdf>>. Acesso em: 05 de agosto 2019.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização crítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. *In*: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v.3).

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 13 a. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2 a. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social – Identidade e alienação**. 12a. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao método na teoria social**. *In*: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/Abepss, 2009. p. 667-700.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2011.

RAMOS, S.R.& SANTOS, M.M. **Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas**. *In* SILVA, M.L. O. (org.) Serviço Social no Brasil: Históricas de residência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

RIBEIRO, João. **O que é positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 2001 (Coleção Primeiros Passos)

YAZBEK, M.C. **Serviço Social no Brasil: História de Resistência e de Ruptura com o Conservadorismo**. *In* SILVA, M.L. O. (org.) Serviço Social no Brasil: Históricas de residência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

YAZBEK, M.C. **Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social**. *In* GUERRA, Yolanda. et al. (org.) Serviço Social e seus fundamentos: Conhecimento e Crítica São Paulo: Papel Social, 2018.

# **SINCRETISMO E NEOCONSERVADORISMO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Davi Machado Perez

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho resulta de reflexões teóricas amadurecidas ao longo de nosso processo de formação e exercício da docência em Serviço Social, buscando aprofundar o debate sobre o significado social da profissão e seus rebatimentos no âmbito do ensino e da pesquisa em nossos espaços pedagógicos. De que maneira dialogamos e nos apropriamos de teorias e concepções advindas de diferentes áreas das ciências sociais e humanas? Qual o significado do sincretismo em suas dimensões profissional, ideológica e “científica”? Como a teoria social marxista pode continuar contribuindo como ferramenta teórico-metodológica para nossas análises e projeções? Quais desafios estão postos para a formação em Serviço Social diante do avanço de diferentes tendências do conservadorismo ou do neoconservadorismo no interior da profissão?

Para esmiuçar essas problemáticas resgatamos alguns fundamentos ontológicos presentes em nossas diretrizes curriculares, situando-os na totalidade histórica da sociedade capitalista e de suas transformações contemporâneas. Abordamos algumas polêmicas presentes no debate sobre o significado social da profissão, ressaltando também as convergências existentes em ambos os lados do debate. Buscamos reafirmar o marxismo como concepção de mundo e de humanidade, como um método que demanda sempre o aprofundamento e a atualização do conhecimento e que não impede que qualquer objeto específico seja apreendido, em aproximações sucessivas, a partir de seus pressupostos. Apresentamos, portanto, alguns elementos que consideramos fundamental ter em conta no enfrentamento ao ecletismo, ao neoconservadorismo e na afirmação de nosso atual Projeto Ético-Político e Diretrizes Curriculares.

## **SINCRETISMO E NEOCONSERVADORISMO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

A formação em Serviço Social no Brasil obteve importantes conquistas ao longo das últimas décadas. Nos princípios e projeções presentes em nossas Diretrizes Curriculares de 1996, afirma-se a indissociabilidade de seus núcleos estruturantes: os fundamentos teórico-metodológicos da vida social são ponto de partida para o desdobramento dos outros dois núcleos. As categorias que compõem a ontologia do ser social, situadas na totalidade histórica da emer-



gência e desenvolvimento da sociedade burguesa, perpassam as particularidades da formação sócio histórica da sociedade brasileira e os fundamentos do trabalho profissional das/dos assistentes sociais.

É importante salientar que o primeiro núcleo, responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, analisa os componentes fundamentais da vida social, que serão particularizados nos dois outros núcleos de fundamentação da formação sócio histórica da sociedade brasileira e do trabalho profissional. Portanto, a formação profissional constitui-se de uma totalidade de conhecimentos que estão expressos nestes três núcleos, contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades (ABEPSS, 1996, p. 8).

Quando particularizamos elementos da totalidade sócio-histórica em um processo de aproximações sucessivas, que permite rumar do abstrato ao concreto, não podemos desconsiderar as determinações gerais e sua imbricação nas questões específicas analisadas. Esse é o esforço necessário para captar reflexivamente as mediações que operam na realidade e que, quando processadas na mente humana, transpõem, com certos limites, seus elementos ontológicos para o âmbito da reflexão. Afirma-se, então, a totalidade não como soma de partes funcionalmente integradas, mas como um complexo de complexos constituído por interações recíprocas entre as dimensões singulares, particulares e universais presentes no conjunto das continuidades (movimento sincrônico) e descontinuidades (movimento diacrônico) históricas.

A partir do primeiro núcleo das diretrizes buscamos compreender o trabalho como categoria fundante do ser social - processo de prévia ideação e objetivação em que o ser social, transformando a natureza, desenvolve o por teleológico primário. Entendendo por teleologia uma finalidade, uma intencionalidade que torna a ação humana plena de sentido. Com o desenvolvimento do processo de trabalho surgem os pores teleológicos secundários que constituem as demais formas de práxis e abrangem a interação dos seres humanos com os demais seres humanos: práxis educativa, política, artística etc. Esse conjunto de atividades implicam no “desenvolvimento da socialidade, da consciência, da universalidade e da capacidade de criar valores, escolhas e novas necessidades, e, como tal, desenvolver a liberdade” (ABEPSS, 1996, p. 10). O trabalho é modelo para as demais formas de práxis, e em todas elas impõe-se a necessidade de conhecer a realidade natural e social em sua concretude e transformá-la teleologicamente através das ferramentas e mediações necessárias.

Segundo Georg Lukács (2013, p. 47):

[...] o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. É claro, como veremos mais adiante, que não se deve exagerar de maneira esquemática esse caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; precisamente a consideração das diferenças bastante importantes mostra a afinidade essencialmente ontológica, pois exatamente nessas diferenças se revela que o trabalho pode servir de modelo para compreender os outros pores socioteleológicos, já que, quanto ao ser, ele é a sua forma originária.

O pensador e revolucionário húngaro situa a categoria trabalho como fundante do ser social, mas não atribui a ela uma centralidade total em relação às demais formas de práxis, e

sim uma vinculação ontogenética que faz com que o trabalho seja modelo dos pores teleológicos secundários, preservando a importância da diferença destes. A formação em Serviço Social permeia o bojo dos pores teleológicos secundários, constituindo-se como práxis educativa e política. Essas formas de práxis não podem ser idealizadas e vislumbradas fora dos limites históricos impostos pela parcialidade dos processos de alienação-estranhamento frutos da sociabilidade burguesa e seu modo de produção e reprodução da vida social. São ideias prévias e ações teleológicas que pululam em meio aos dois vetores que interagem como contradição viva em toda trajetória do Serviço Social: suas requisições *extrínsecas* e *intrínsecas*.

Para Paulo Netto (2011) a afirmação do estatuto profissional do Serviço Social dá-se mediante um duplo dinamismo: de um lado, sua função socialmente colocada; e, do outro, as reservas próprias de força construídas teoricamente e na prática social, tendo relativa autonomia em relação às suas requisições extrínsecas. O sistema de saber do Serviço Social tem, então, sua incidência no campo conflitante desses dois vetores. Esse tipo de relação é comum a toda profissão inserida na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa da era monopólica, não cabendo aqui absolutizar nenhum desses dois elementos (sua função própria à sociedade e sua relativa autonomia), mesmo que o parasitismo próprio desta sociedade exerça significativa influência no desenvolvimento de cada profissão específica.

Em outras palavras, trata-se de uma polarização entre - o desenvolvimento relativamente autônomo profissional e suas disputas democráticas internas, que desembocaram no atual Projeto Ético-Político e nas atuais Diretrizes Curriculares; e – as imposições e demandas que o Estado burguês sob a ordem monopólica e as instituições públicas e/ou privadas colocam para a profissão. Ressaltando que os referidos vetores conformam uma unidade na diferença, sendo parte constitutiva de um mesmo complexo, o que significa que a institucionalidade é ela mesma influenciada também pelos movimentos autônomos da profissão, e o movimento relativamente autônomo da profissão é, da mesma maneira, ele mesmo influenciado pelas requisições institucionais do Estado e das instituições privadas sob a ordem monopolista. Os dois extremos das concepções “fatalistas” e “messiânicas”, tão bem expostas por Marilda Iamamoto (2013), derivam da não compreensão deste caráter contraditório da institucionalidade profissional.

José Paulo Netto demonstra que o Serviço Social emerge como profissão não apenas como um resultado da “questão social” tomada abstratamente, mas como necessidade de um momento específico do processo de constituição da sociedade burguesa: a transição para o capitalismo dos monopólios. Neste contexto a profissão adquire “funcionalidade no espectro da divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura” (PAULO NETTO, 2011, p.18). A fase monopolista/imperialista do capitalismo radicaliza as chamadas expressões da “questão social”, com o aumento da miséria, do desemprego e com a precarização das relações de trabalho. Esse contexto coloca ao Estado burguês a necessidade de um profissional qualificado para lidar diretamente com as expressões da “questão social”, na tentativa de atenuar os conflitos decorrentes das mazelas intrínsecas ao sistema capitalista em sua fase monopolista.

Segundo Silva (2013, p. 57):

A departamentalização e a fragmentação da “questão social” em “questões sociais” tratadas por políticas setoriais sustentam-se na perspectiva da integração social, da redução de disfuncionalidades e da atomização, singularização e individualização de demandas imediatamente identificadas como pontuais, publicizando e desclassificando os “desarranjos” estruturais intrínsecos ao mundo

do capital. Sob essa perspectiva, naturaliza-se a ordem burguesa, sua sociabilidade, e o social é reduzido a problemas e disfunções patológicas que remetem os insucessos e sucessos à esfera individual (por mais elaborada que seja a perspectiva aqui considerada).

Desse modo, a profissão busca a coerção e o consenso ao lidar com os conflitos sociais e consolida pouco a pouco um tecnicismo que se sustenta na psicologização dos problemas sociais e em fragmentos teóricos recolhidos sincreticamente das ciências sociais. Marilda Yamamoto (2014) se contrapõe à tese do sincretismo elaborada por José Paulo Netto (2011), afirmando que o autor incorreria num fatalismo por não levar em conta a potencialidade da dimensão política no espaço institucional. Concordamos com a importância da mediação política, mas não nos parece que a tese do sincretismo caia no fatalismo ou anule os potenciais da referida dimensão. Reconhecer com realismo os limites do Serviço Social como profissão não significa negar as potencialidades colocadas pela dimensão política da ação profissional.

Quando, a partir das devidas mediações, conseguimos transitar do singular ao particular e, através do particular, ascender ao universal, logramos contribuir para o complexo desafio de constituição de um bloco histórico que efetivamente crie as condições necessárias à emancipação humana. Isso envolve, a partir da dimensão reflexiva da mediação, projetar mediações que efetivamente direcionem e impulsionem os enfrentamentos da luta de classes no rumo de um projeto de poder que vise o trânsito para além do capital. Sem deixar de considerar as limitações do Serviço Social como profissão e sem superestimar o seu papel parcial como uma categoria dentre outras que compõe a classe trabalhadora.

É nessa perspectiva, que encara com realismo as possibilidades de mediação que o Serviço Social oferece na luta por outro projeto societário, que José Fernando Siqueira da Silva (2013, p. 60) vai considerar que não há fatalismo na tese do sincretismo elaborada por José Paulo Netto:

Em que pese a pertinência das observações feitas por Yamamoto (sobretudo em relação à necessária riqueza da “prática indiferenciada” e da possibilidade e necessidade de se pensar o homem e a profissão para além da dimensão alienado-estranhada), não parece que a análise de José Paulo Netto seja imediatamente marcada por um “pessimismo da razão” que engessa o Serviço Social e a atuação profissional, mas por um realismo (marxista) impenitente que não alimenta abstrações. Resumidamente: se por um lado é fundamental valorizar as contradições e as possibilidades de uma profissão (e isso de fato precisa ser tratado com maior atenção), por outro é igualmente importante não nutrir ilusões.

A autoimagem que tradicionalmente o Serviço Social construiu sobre sua afirmação e desenvolvimento acaba obscurecendo o duplo dinamismo que evidencia suas contradições e seu acirramento nos momentos de fundação, renovação e/ou refundação da profissão. José Paulo Netto (2011) considera que é equivocada a visão que trata de um suposto fundamento científico que teria originado o perfil profissional das/dos assistentes sociais. Tal ideia endógena da profissão oculta o seu aparecimento como consequência de uma necessidade da própria ordem capitalista em uma determinada fase de seu desenvolvimento, negando os conflitos entre a dinâmica das forças teóricas e prático-sociais próprias do Serviço Social e o seu papel socialmente colocado.

Até a primeira metade da década de 1960, o Serviço Social no Brasil não apresentava no seu interior disputas teórico-políticas com alguma relevância, prevalecendo certa homogeneidade em suas projeções interventivas e certa unidade nas propostas profissionais. É a *laicização* que dá as bases para a ruptura com esse cenário, principalmente a partir do golpe de 1964 e a instauração da ditadura empresarial-militar que coloca a profissionalidade do Serviço Social sob novas condições. Conjuntamente com a laicização ocorre a *diferenciação* da categoria profissional em todos os seus níveis e a disputa pela hegemonia do processo e do projeto profissional. A laicização abre maior espaço para que a Teoria Social Crítica se insira nas disputas pelo projeto político-profissional do Serviço Social, incidindo pouco a pouco no contexto de *renovação* em que se fizeram presentes a *perspectiva modernizadora*, a *reatualização do conservadorismo*, até desembocar na *intenção de ruptura* (PAULO NETTO, 2010).

A partir do processo da chamada “redemocratização” ocorrido ao longo dos anos 1980, em que a sociedade brasileira se oxigena politicamente, culturalmente e teoricamente, o Serviço Social consolida pouco a pouco seu atual Projeto Ético-Político calçando-se na teoria social crítica. Essa construção, em âmbito profissional, inicia-se na transição da década de 1970 para a década de 1980, e se expressa na busca por superar o conservadorismo em suas diferentes expressões, bem como na necessidade de compreender a realidade social em sua dinâmica contraditória e histórica.

É nessa perspectiva de intenção de ruptura que “o Serviço Social se insere com maior assiduidade no espaço acadêmico” e a “interlocação com profissionais de diversas áreas do saber (historiadores, filósofos, sociólogos) cria oportunidade para o desenvolvimento da pesquisa e da produção do conhecimento”, emergindo nesse meio a pesquisa “como um dos principais pré-requisitos para a formação e o exercício profissional” (LARA, 2011, p.34). Tem início, então, a interlocação da profissão com a obra de Marx, contato que num primeiro momento se dava de maneira enviesada e com duvidoso rigor teórico. Mais tarde, já na década de 1980, essa interlocação se enriquece, de acordo com Ricardo Lara (2011, p. 34-35), “[...] com outros pensadores da tradição crítica como Antonio Gramsci, com as abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia”, também com Georg Lukács e o “resgate dos enunciados ontológicos da obra de Marx; com Agnes Heller, na problematização sobre o cotidiano, os valores e a ética; com E. P. Thompson, na concepção acerca das “experiências humanas””, entre outros.

Essa mudança de direção “que caracteriza o processo de renovação do Serviço Social brasileiro está relacionada, também, à política cultural e educacional vigente no período”, pois “a cultura que ia se gestando nos meandros da “abertura democrática” recolocou em debate diferentes tendências no âmbito do marxismo” (SIMIONATTO, 1995, p. 83). O Serviço Social se aproxima, deste modo, de matrizes teóricas que colocam os movimentos populares, as lutas de classes e a “questão social” como elementos fundamentais na análise e entendimento da realidade social.

A concepção de formação profissional que se constitui nesse processo tem uma clara intencionalidade, compreendendo a classe trabalhadora como portadora da potencialidade histórica de superação do atual modo de produção e reprodução da vida social, através da edificação de um novo projeto societário que já se coloca no presente como tendência<sup>27</sup> futura, intrínseca às

27 Aqui não se trata de nenhuma inevitabilidade histórica, de nenhum destino pré-concebido. Trata-se da possibilidade real de transcender a auto alienação humana e a lógica do capital, desde que as forças sociais interessadas empreendam conscientemente uma transição histórica viável que marche no rumo deste horizonte.

próprias contradições da sociedade burguesa. A orientação que direciona nossa atuação na busca da construção de um novo projeto de sociedade aparece nitidamente no atual Código de Ética das/dos Assistentes Sociais, que propõe um projeto profissional vinculado à luta por um projeto societário sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero.

O horizonte de um projeto societário sem dominação e exploração não pode ser apenas um postulado abstrato, mas sim uma estratégia efetiva que vise conscientemente mover as forças sociais e políticas identificadas objetivamente e subjetivamente<sup>28</sup> com esse projeto. As lutas parciais do trabalho possuem limites objetivos que se impõem mostrando que tal parcialidade é insustentável em longo prazo. Somente “sua força *potencialmente* positiva é de fato sustentável porque, pela sua própria natureza, não se limita à busca de objetivos *parciais*” (MÉSZÁROS, 2010, p. 153). A realização de uma transição para além do capital só é viável pela “força positiva do trabalho, entendido como alternativa sistemática ao modo de controle do capital que deve considerar a si próprio como o princípio estrutural radical do sociometabolismo como um todo” (MÉSZÁROS, 2010, p. 153).

A radicalidade de projetar uma sociedade nova, livre da exploração e da opressão, é hoje pressuposto de nosso projeto profissional hegemônico que enfrenta imensos desafios para sua materialização. No âmbito da formação, o direcionamento imposto pelo mercado e pelo Estado brasileiro através de uma política de privatização e desmonte do ensino superior público, conjuntamente com o incentivo ao crescimento das instituições de ensino superior privadas e do ensino à distância, apresentam constantemente choques e tensões na efetivação de nossas propostas curriculares, nos empurrando a desafios e contradições cada vez mais latentes. A quantidade de formandos na modalidade EaD ultrapassou o número de formandos na modalidade presencial em 2012, atingindo “15.307, frente aos 12.367 formados em cursos presenciais. Até 2011, os concluintes formados na modalidade presencial eram sempre maioria, sendo tal realidade ultrapassada no ano seguinte” (PEREIRA; FERREIRA; SOUZA, 2016, p. 196).

Ao mesmo tempo, crescem no interior de nossos espaços de formação diferentes tendências do conservadorismo ou do neoconservadorismo. O neoconservadorismo apresenta-se através de uma diversidade de facetas que convergem em uma perspectiva antimoderna (BARROCO, 2015), a exemplo do neoconservadorismo pós-moderno, que pode inclusive ser mesclado ecleticamente com alguns conceitos pinçados da obra marxiana ou de obras marxistas, embora estes apareçam geralmente como detalhes dentro de um arcabouço teórico mais funcionalista, weberiano ou neopositivista do que marxista. A metodologia de cunho positivista “constrói *a priori* os métodos e técnicas de pesquisa antes de aproximar-se do *modo de ser e existir* dos objetos de estudo” (LARA, 2011, p. 201).

Ao debater as soluções fundamentais dos problemas da indução na sociologia, Fernandes (1972, p. 98) afirma que tanto Durkheim quanto Weber “[...] apresentam em comum a mesma tendência a eliminar do campo da análise a pretensão de compreender a realidade social como algo *concreto*”. Esse afastamento da concretude, segundo o autor, se manifesta em Durkheim pela influência do naturalismo, que eterniza relações e modos de organização social especificamente históricos; e, em Weber, apesar da crítica ao método funcionalista, pela arbitrariedade

28 A identificação subjetiva com uma sociedade para além do capital envolve o difícil processo de constituição da classe-em-si e da classe-para-si, algo que não ocorre automaticamente e que tão pouco está predestinado a acontecer, depende, isto sim, da ação consciente das forças políticas e sociais que almejem um novo projeto societário.

dos “tipos ideais”, que são elaborados *a priori* e tendem a ter sua determinação exagerada nos processos sociais.

Todas essas concepções que negligenciam a análise da historicidade e das contradições sociais servem de sustentáculo ao pensamento conservador. Jamerson de Souza (2016, p. 164) fala de um paralelo nítido em que o conservadorismo dos nossos tempos tende a convergir: a ideia de que enquanto mais as classes populares se fizerem presentes nas estruturas contraditórias do Estado, maior será o perigo de um desfecho revolucionário: “Nesse sentido, sua atuação política precisa ser a da contrarrevolução preventiva permanente, lançando mão de instâncias especializadas para a manutenção desse tipo de atividade”. O autor ainda fala de uma aliança no Brasil entre “conservadores e liberais”, em coro comum na acusação de que “as políticas sociais públicas seriam a própria causa dos problemas da sociedade, cabendo, portanto, sua reversão ao mercado” (SOUZA, 2016, p. 174-175).

Tais tendências, de maneira aberta ou enrustida, disputam os espaços políticos e acadêmicos da profissão ameaçando seu atual projeto hegemônico e a legitimidade social, política e institucional de suas conquistas históricas.

[...] a revitalização do conservadorismo profissional com base no neoconservadorismo pós-moderno tem particularidades derivadas não só do momento histórico, mas, sobretudo, do enfrentamento posto pelo movimento de renovação profissional. Ou seja, o conservadorismo agora tem como pré-requisito para se fortalecer a descredibilização da vertente crítico-dialética e o faz, do ponto de vista teórico, incorporando as críticas pós-modernas ao marxismo; e do ponto de vista ideopolítico, investindo na deslegitimação do projeto ético-político-profissional (SANTOS, 2007, p. 110-111).

A referida ameaça se manifesta: - na obsessão em combater a Teoria Social Marxista com distorções e falsas dicotomias; - na fomentação do irracionalismo e da manipulação que nega a razão dialética e combina acriticamente, de acordo com a conveniência, compreensões antagônicas, produzindo uma sopa eclética de “convicções”, ora naturalistas, ora culturalistas; - na invisibilização e no combate às principais categorias que permitem a classe trabalhadora compreender e transformar positivamente a sociedade capitalista, tais como *trabalho, luta de classes, capitalismo e imperialismo*; - na negação da possibilidade de compreensão da totalidade social, tornando-a um privilégio dos que detém o poder e relegando aos explorados e oprimidos somente um “olhar” superficial sobre situações efêmeras, descontextualizadas de sua historicidade e de sua interação com os complexos particulares e universais da realidade.

Reafirmamos que para nós é importantíssimo o aprofundamento do debate e das lutas contra todas as formas de dominação e opressão étnicas e de gênero. Consideramos inclusive que quando essas relações de dominação e opressão são compreendidas em sua historicidade e no modo como foram apropriadas e perpetuadas pelo modo capitalista de produção e reprodução social, estas ganham ainda mais centralidade, pois passam a ser pautadas em todos os espaços e pelo conjunto dos setores explorados e oprimidos da sociedade.

Segundo dados da pesquisa PNAD, o rendimento médio dos negros no Brasil é de R\$1570 e dos brancos é de R\$2814 (PNAD contínua 2017), a taxa de analfabetismo entre os brancos é de 4,2% e entre os negros ou pardos é de 9,9% (PNAD contínua 2016). A taxa de desocupação entre brancos é de 9,5%, entre pardos é de 14,5% e, entre negros, 13,6% (PNAD contínua 4º

TRI 2017). Esses dados contemporâneos evidenciam a importância de pautar a problemática da situação da população negra nos espaços da produção e da reprodução social no Brasil. Não é o proletariado incipiente e frágil que oferece primeiramente a referência para construir uma interpretação do Brasil. A referência é a escravidão e o que ela fez com a multidão dos negros traficados da África para o cativeiro doloroso nos engenhos, fazendas e estâncias. A escravidão “gerou uma estrutura social vigorosa, produziu instituições duradouras e engendrou mentalidades que persistem de algum modo até nossos dias. Ainda hoje pagamos pesado tributo a essa herança. Não é casual que ainda haja escravidão no Brasil” (MARTINS; FERNANDES, 2005, p. 20).

Heleieth Saffioti (2013, p. 507) foi pioneira nos estudos sobre a condição da mulher na sociedade de classes, desenvolvendo tal empreendimento “através da análise das relações entre o fator natural sexo e as determinações essenciais do modo capitalista de produção”, buscando desvendar “os mecanismos através dos quais operam as sociedades de economia de mercado, visando à regulação das atividades das duas categorias de sexo de modo a atenuar conflitos gerados pela ordem social competitiva”, num processo em que a “determinação *sexo* é selecionada socialmente para operar como filtro anterior e concomitante ao processo de competição, objetivando restringir o número de pessoas em condições de, legitimamente, dele participar”.

De acordo com Claudia Mazzei Nogueira (2010, p. 61), estudiosa da força de trabalho feminina no Brasil contemporâneo, “[...] o capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, visto que ele necessita, para a preservação do seu sistema de dominação, do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo”, preservando, em ambos os casos, “os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher”. Portanto, questionar a opressão masculina sob a mulher, segundo Nogueira (2010, p. 61), deve envolver também o questionamento da relação capital/trabalho, uma vez que na lógica da expansão capitalista “o espaço produtivo absorve cada vez mais a força de trabalho feminina, confirmando a sua feminização”. Essa inserção da força de trabalho feminina não ocorre porque o capital tenha interesse na emancipação da mulher, mas sim pela própria lógica de maior acumulação de valor.

O pensamento neoconservador prioriza desvincular o debate das relações de dominação e opressão da totalidade sócio-histórica, visando domesticar as lutas dos setores explorados e oprimidos, acomodando-as aos reajustes da própria ordem burguesa. A respeito da penetração do neoconservadorismo pós-moderno no âmbito da formação em Serviço Social, Josiane Soares Santos (2007, p. 110) observa:

O Serviço Social [...] tem no conservadorismo um elemento central da sua constituição ídeo-teórica e histórica, o que, somado ao sincretismo que lhe é igualmente constitutivo, torna-o um terreno bastante propício a proposições antimodernas e conservadoras, a exemplo do pensamento pós-moderno. O motivo de espanto é que, pela primeira vez após a reconceituação, o conservadorismo profissional não está restrito apenas ao chamado “campo da prática”, onde é reconhecida a dificuldade de penetração da vertente crítico-dialética [...] A ofensiva neoconservadora pós-moderna tem fortes influências acadêmicas, especialmente no âmbito das ciências sociais.

Cabe ressaltar que mesmo o *reformismo conservador* vinculado ao movimento da reação católica possuía, opondo-se tanto ao comunismo quanto ao liberalismo, elementos discursivos de um abstrato “anticapitalismo”, embora nunca apontando para o futuro, mas sim para a restauração do passado (IAMAMOTO, 2013). E o neoconservadorismo pós-moderno, tão antimo-

dermo quanto o reformismo conservador, também pode se apoiar em retóricas aparentemente rebeldes ou “anticapitalistas”, mas nunca apresentando um horizonte que vislumbre a transformação radical na totalidade das relações socioeconômicas vigentes. Este fato demonstra que diferentes facetas, aparentemente antagônicas, do conservadorismo ou do neoconservadorismo podem expressar um mesmo processo de decadência ideológica, fruto da radicalização da manipulação na sociedade burguesa contemporânea na era monopolista-oligopolista do capitalismo. Inclusive porque é funcional à ordem burguesa a aparente polarização entre distintas alternativas que não representam ameaça alguma ao poder capitalista/imperialista global.

O referido sincretismo, como vimos, possui uma base ontológica que é medular quando se trata da natureza do Serviço Social enquanto profissão, e advém de sua própria inserção em distintas instituições que operam políticas sociais como mediações que incidem nas multifacetadas expressões da “questão social”. O sincretismo ideológico e “científico” é consequência do sincretismo profissional<sup>29</sup> e resulta no diálogo eclético com diferentes áreas das ciências humanas e sociais e com diferentes concepções teórico-filosóficas sem o devido rigor, dentro dos limites da fragmentação do conhecimento na época da decadência ideológica da burguesia.

Ricardo Lara (2013, p. 97) identifica a decadência ideológica da burguesia em três estágios que:

[...] apresentam tendências presentes, com maior ou menor incidências, na concepção científica burguesa que levaram água ao moinho das ciências sociais particulares. As categorias fundamentais do pensamento moderno - razão, historicismo e humanismo - tendem a se esgotar no âmbito das “ciências do espírito” da ideologia decadente. A preocupação com o progresso e o futuro, bem como a crença na razão como meio de compreender e transformar a realidade social (herança do iluminismo) vão se esgotando ao longo do avanço da decadência ideológica. O irracionalismo é seu resultado e evidencia a total descrença na humanidade e a aversão à possibilidade radical da emancipação humana pela lógica do trabalho.

Se o sincretismo profissional do Serviço Social está ontologicamente vinculado à própria natureza do Serviço Social, isso não significa que o sincretismo ideológico e “científico” não possa ser constantemente submetido à crítica. Tal criticidade pode se desenvolver na busca por superar o eclétismo e a fragmentação do conhecimento a partir de uma perspectiva de totalidade que, paulatinamente, nos aproxime da ciência da história projetada por Marx e Engels (2007, p. 86-87) nos seguintes termos:

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. A história da natureza, a assim chamada ciência natural, não nos diz respeito aqui; mas, quanto à história dos homens, será preciso examiná-la, pois quase toda a ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida dessa história ou a uma abstração total dela. A ideologia, ela mesma, é apenas um dos lados dessa história.

29 Cabe aqui enfatizar que essas dimensões do sincretismo – profissional, ideológica e “científica” - não estão mecanicamente separadas, ambas interagendo entre si e são reciprocamente determinantes.



Essa pretensão não anula a pesquisa e o estudo das especificidades em suas dimensões particulares e singulares, mas afirma a importância de compreendê-las no contexto da universalidade natural e social. O problema da departamentalização e divisão das disciplinas na concepção burguesa de ciências sociais não se enfrenta acrescentando propostas “inter”, “multi” ou “transdisciplinares”, mas almejando superar o próprio caráter *disciplinar* do conhecimento, o que envolve deixar de lado a simples negação - embriagada de preconceitos - da dialética materialista e sua proposta teórico-filosófica totalizante, que não desconsidera as dimensões singulares e particulares e entende a realidade enquanto um complexo de complexos.

Para István Mészáros (2012, p. 310) “[...] todo grande sistema de pensamento, inclusive a orientação marxiana da crítica social, é simultânea, e ‘incorrigivelmente’, também uma ideologia”. Pautar a disputa no âmbito da ideologia e da produção de conhecimento científico envolve compreender que ciência e ideologia ao mesmo tempo em que são, para nós, inseparáveis, pois todo conhecimento científico carrega consigo um direcionamento ideológico, devem ser compreendidas na sua diferença. O simples acesso ao conhecimento científico não determina automaticamente o engajamento ideológico em favor dos interesses históricos da classe trabalhadora, e o próprio direcionamento ideológico vislumbrado não desenvolverá sua potencialidade se não estiver amparado em uma sólida compreensão científica da realidade histórico-social.

Na sociedade vigente, a afirmação de um direcionamento ideológico transformador ou revolucionário não significa necessariamente uma necessidade de mistificar a realidade, mesmo que existam prioridades na análise orientada pela finalidade desta alternativa política. A condição de parcialidade imposta pelas circunstâncias históricas de uma sociedade de classes direciona a produção de conhecimento para um dos polos antagônicos que movimentam a contradição intrínseca ao sistema do capital. Somente em meio a essa polarização, e tomando partido pelas classes trabalhadoras, é possível levar tal conflito à sua superação para efetivamente atingir um estado de coisas em que a universalidade do gênero humano possa transpor os limites da parcialidade atual. A busca por essa restauração do ser genérico que compreende, intervém e transforma o mundo real, coloca a necessidade da superação dos particularismos vinculados a concepções de mundo (religiosas, políticas, teóricas, etc.) que eternizam relações estranhadas e impedem a efetivação de um projeto generoso que englobe os reais interesses de preservação e desenvolvimento das potencialidades humanas em nível global (PEREZ, 2018, p. 151).

Reafirmar o projeto de uma formação generalista envolve manter o contato crítico com as mais avançadas tendências no âmbito das ciências sociais e humanas, o que nesse sentido significa uma postura pluralista. Mas é crucial que essa postura combata o ecletismo e reafirme a importância da coerência metodológica e teórico-filosófica na apreensão da realidade social. Há diferença entre incorporar uma categoria advinda de outra concepção teórico-filosófica, deixando nítida sua crítica para com esta concepção; e a apropriação acrítica de categorias advindas de uma concepção antagônica àquela que você pretensamente é signatário, “comprando o seu pacote” sem as críticas, depurações e superações necessárias.

Vislumbrando a trajetória da profissão em seu passado mais remoto e mais próximo, José Paulo Netto (2011, p. 150) conclui:

[...] postas as condições do exercício profissional, do arcabouço ideológico e da filiação teórica, o ecletismo era *inevitável*. Para o passado mais próximo, cenário de um relevante processo de renovação do Serviço Social, indicam que a superação do sincretismo ideológico e teórico só é uma alternativa viável se, além de cortar com o seu travejamento original e tradicional, cancelar-se uma pretensão teórico-metodológica própria e autônoma. A experiência mostrou que, mantida esta – e, com ela, sub-repticiamente, *as incidências da tradição positivista (e neopositivista)* – a renovação do Serviço Social reitera o ecletismo.

A resistência diante do aprofundamento da barbárie social envolve também o embate ideológico, pois a decadência ideológica da burguesia vem se radicalizando e propagando o irracionalismo e o reacionarismo em níveis alarmantes. Neste sentido, somente uma sólida formação ancorada na profundidade do pensamento crítico-dialético nos colocará à altura do desafio histórico, em termos de análise da realidade e da projeção de táticas e de estratégias coerentes, tanto em nível profissional como das lutas políticas e sociais em geral. A dimensão profissional e a dimensão da militância política, ao mesmo tempo em que se determinam reciprocamente, também não se confundem e possuem especificidades próprias que devem ser consideradas na projeção de mediações capazes de aproveitar o potencial de cada espaço.

O desafio envolve empreender, para além da resistência, a ofensiva capaz de constituir um verdadeiro bloco histórico contra hegemônico (GRAMSCI, 2001) que vislumbre como horizonte não somente a afirmação de direitos e a consolidação da emancipação política relegada cada vez mais pela burguesia reacionária, mas a *emancipação humana*: a edificação de uma sociedade sem exploradores e explorados, sem opressores e oprimidos, em que cada um contribua socialmente de acordo com suas potencialidades e usufrua do fundo social de acordo com suas necessidades, o que pressupõe, como estágio final de uma transição histórica, a ausência do domínio da lei do valor e o definhamento do Estado (MARX, 2012).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pressuposto de nossas diretrizes curriculares que afirma o entendimento de que as categorias que compõem a ontologia do ser social não podem ser desvinculadas dos demais eixos que abordam a formação social brasileira e o significado social da profissão já demonstra por si só que as categorias que dizem respeito ao conjunto dos processos de produção e reprodução da vida social não podem ser mais ou menos importantes do que qualquer elemento vislumbrado na realidade social, elas na verdade perpassam todos os âmbitos da existência, pois nenhum ser humano pode abstrair a produção e a reprodução da sua vida e a sua inserção na divisão social do trabalho. Essa compreensão não diminui a importância de nenhum elemento da realidade, pelo contrário, permite compreender como que esses elementos operam no âmbito da anatomia da sociedade civil (desvendada através da crítica da economia política) e como interagem com sua dimensão superestrutural (política, jurídica, ideológica etc.).

Compreender o caráter contraditório do Serviço Social e das políticas sociais envolve, para nós, afirmar sim as potencialidades da dimensão política e das mediações que podem impulsionar um processo contra hegemônico, mas também envolve encarar com realismo e não se iludir com a institucionalidade profissional, entendendo seu caráter limitado e parcialmente

histórico. Se o sincretismo profissional é insuperável, consideramos importante submeter constantemente o sincretismo ideológico e “científico” à crítica radical ontológica, buscando superar o ecletismo teórico e a fragmentação do conhecimento imposta pela divisão social do trabalho na sociedade burguesa. Para isso é mister reafirmar a profundidade do método histórico-dialético e desmistificar as distorções e falsas polarizações que superficialmente buscam negar pressupostos fundamentais da concepção inaugurada por Karl Marx. A superação do sectarismo e do corporativismo entre distintos grupos pode possibilitar uma troca produtiva que resulte em sínteses capazes de amadurecer as disputas e embates teórico-políticos no âmbito da categoria, desde que não se renuncie aos princípios fundamentais de nossas Diretrizes Curriculares e de nosso Projeto Ético-Político Profissional.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 1996.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social**. Serviço Social e Sociedade. Número 124. São Paulo out./dez. 2015.
- CFESS. **Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais**. 1993.
- FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo, SP: Companhia Editoria Nacional, 1972.
- GOMES, Irene; MARLI, Mônica. **IBGE mostra as cores da desigualdade**. Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>> Acesso às 20h em 10/06/2019.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 1: **Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2013.
- LARA, Ricardo. **Produção de conhecimento no Serviço Social: O mundo do trabalho em debate**. São Paulo: UNESP, 2011.
- LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- PEREIRA, Larissa Dahmer; FERREIRA, Andreza Telles dos Santos; SOUZA, Andréa Cristina Viana de. **Análise comparativa entre expansão dos cursos de Serviço Social EAD e presenciais**. Temporalis, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 181-202, jan./jun. 2014.
- MARTINS, José de Sousa. *Prefácio de A revolução burguesa no Brasil*. In: FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Globo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István.. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução**. **Aurora**, ano IV, número 6: agosto de 2010.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo (SP): Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e serviço social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREZ, Davi Machado. **Método, ideologia e Estado: aproximações a partir do legado de Marx**. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 147-156 jan./abr. 2018 ISSN 1982-0259.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo. Tese de Doutorado em Serviço Social**. Recife: UFPE/CCSA/PPGSS, 2016.

## **SOBRE OS AUTORES**

### **DAVI MACHADO PEREZ**

Assistente Social. Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGSS – UFSC); Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins e professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSocial) da UFT; Membro do Núcleo de Estudos em Pesquisas em Trabalho, Práxis e Questão Social (UFT) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas: Trabalho, Questão Social e América Latina (UFSC). E-mail: davi.perez@uft.edu.br

### **VALTEIR CONCEIÇÃO DA SILVA**

Assistente Social, Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Assistente Social da Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Imperatriz – MA e do Hospital Macro Regional Dra. Ruth Noleto, em Imperatriz – MA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Práxis e Questão Social/UFT. E-mail: valteir.gazati@gmail.com

### **MARIA HELENA CARIAGA**

Assistente Social, Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Campus Miracema e Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC/SP, Pós-doutoranda na Universidade de Brasília no PPGPS/SER/UnB. E-mail: mhcarriaga@uft.edu.br

### **ANDRÉ LUIZ AUGUSTO DA SILVA**

Assistente Social (CRESS 25º Região); especialista em Segurança Pública (PUC-RS); mestre em Serviço Social (UFPE); doutor em Serviço Social (UFPE); Graduando em Filosofia (UFT); professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), vinculado ao colegiado de Serviço Social e ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSSocial - UFT); diretor do Campus Universitário da UFT de Miracema-TO; coordenador do Grupo e Estudos e Pesquisas em Ética e Área Sociojurídica da UFT (GEPE-ASJ-UFT); Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação nas Prisões (NEPEEP-UFT). E-mail: andre0l Luiz@uft.edu.br

## **WELLINGTON MACEDO COUTINHO**

Assistente Social (CRESS 25º Região); mestrando em Serviço Social (UFT); estudante do curso de Direito (UFT); membro do Grupo e Estudos e Pesquisas em Ética e Área Sociojurídica da UFT (GEPE-ASJ-UFT); Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Educação nas Prisões (NEPEEP-UFT). E-mail: wellington\_mix@live.com

## **CÉLIA MARIA GRANDINI ALBIERO**

Graduada em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP), 1985; Mestra e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), 2000 e 2006 respectivamente. Atualmente, é Professora Associada II da Universidade Federal do Tocantins (UFT/TO), Docente desde 2008 e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social desde 2018. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GPESSFEP) desde 2008. Membro da comissão de formação profissional do CRESS - 25ª região. E-mail: celiaalbiero@uft.edu.br.

## **MARYVALDA MELO SANTOS COSTA**

Mestranda da 1ª turma do curso de Serviço Social da UFT (2019.1); Especialista em Política Social e Serviço Social (UFT/Março de 2019); Especialista em Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (ENSP/FIOCRUZ, 2015); Preceptora do PET Saúde Interprofissionalidade; Membro do Grupo de Pesquisa em Formação e Exercício Profissional (GPESSFEP). Orientadora: Célia Maria Grandini Albiero. E-mail: mary.melo@mail.uft.edu.br.

## **GLETE FABIANA VALE**

Assistente Social – Possui Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Universidade Estadual da Paraíba (2012). Atualmente é Assistente Social da Previdência Social em Palmas/TO. Mestranda em Serviço Social Universidade Federal do Tocantins. E-mail: gletefabiana@hotmail.com

## **ELIANE MARQUES DE MENEZES AMICUCCI**

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela UNESP/Franca. Docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT), vinculada ao colegiado de Serviço Social e ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSSocial - UFT). Membro do Grupo de Pesquisa em Formação e Exercício Profissional (GPESSFEP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Práxis e Questão Social/UFT e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação –GEPESSE da UNESP/Franca. E-mail: eliane.amicucci@uft.edu.br

## **MARILÉA BORGES**

Assistente Social, Mestre em Educação, Doutora em Serviço Social e docente do colegiado da graduação e pós-graduação do Serviço Social da UFT/Campus de Miracema. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho, Práxis e Questão Social/UFT. E-mail: mborges@uft.edu.br

## **MICHELI BURGINSKI**

Professora do Curso de Serviço Social e do mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Campus Miracema. Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: burginski@uft.edu.br

